



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA



RE - HABITAR O PALÁCIO RIBEIRA

Estudo do Habitar Setecentista Aplicado a Novos Usos:
Arquitectura Doméstica Temporária

VOLUME I

Joana Morais Gomes Cêra

Projecto para a obtenção de Grau de Mestre em

Arquitectura de Interiores

Orientador Científico: Professor Doutor Arqt.º José Afonso

Co-Orientador Científico: Professora Doutora Marieta de Morais Dá Mesquita

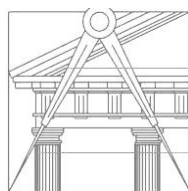
Júri:

Presidente: Professor Doutor Michel Toussaint

Vogais: Professor Doutor Arqt.º Sérgio Infante

Professor Doutor Arqt.º José Afonso

Lisboa, FAUTL, Dezembro 2010



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura

RE-HABITAR O PALÁCIO RIBEIRA

Estudo do Habitar Setecentista Aplicado a Novos Usos: Arquitectura Doméstica Temporária

Joana Morais Gomes Cêra

Orientador: Professor Doutor José Afonso

Mestrado Integrado em Arquitectura de Interiores

Setembro de 2010

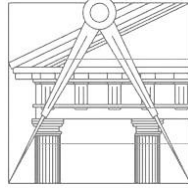
RESUMO

Verifica-se actualmente uma tendência para uma reabilitação de edifícios históricos para fins económicos e comerciais mais elevados, como é o caso de hotéis, numa sociedade que começa a aperceber-se do potencial deste tipo de edifícios para outros fins, que respondem não só como economicamente viáveis, mas porque contribuem em diversas componentes, para a regeneração urbana.

O presente trabalho pretende analisar a habitação setecentista através da observação de um objecto arquitectónico a intervir em Projecto de Arquitectura de Interiores, no sentido de permitir a sua conversão para hotel de charme. Foram objectivos desta investigação abordar e compreender os modos de habitabilidade e a história da vida privada aliados a uma compreensão da memória de um lugar, transformando-a numa possibilidade tangível no sentido de habitá-la e de evitar transformá-la num museu. Procura-se igualmente demonstrar que reabilitar é o primeiro passo para uma cidade sustentável e viva, e que habitar um edifício histórico é a melhor forma de conservar as suas características e a sua memória, no sentido de compreender a arquitectura setecentista e a sua recuperação possível para usos actuais.

Pretende-se assim um acompanhamento à leitura de uma proposta de Projecto para o Palácio Ribeira, na sua conversão para arquitectura doméstica temporária, de acordo com a problemática contemporânea da intervenção em património construído, numa componente interdisciplinar entre a Arquitectura, a História e a Reabilitação.

Palavras-chave: Palácio Ribeira; hotel; habitar; charme; setecentista.



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura

RE-INHABIT RIBEIRA PALACE

Study of the 18th Century Housing Applied to New Uses: Temporary Domestic Architecture

ABSTRACT

Nowadays there seems to be a current trend towards the architectural rehabilitation of historical buildings to economic and commercial uses, such as hotels, in a society that begins to realize the potential of this kind of buildings for another purposes, which respond not only as economically viable as they contribute in several manners to urban regeneration.

This study aims to analyze the eighteen-century housing through the observation of an example that is at the same time the intervention object for this interior architecture project, in order to adapt it to a boutique hotel. The research goals were to address and understand the history of housing and the evolution of habitability, with an understanding of the memory of a place, and turn it into a tangible possibility to inhabit and avoid turning it into a museum. It also seeks to demonstrate that rehabilitating a building is a first step towards a sustainable city, in the same way that inhabiting an historic building is the best form to preserve its features and its memory, in order to understand the eighteenth-century architecture and its possible recovery for current uses.

By so, it is intended as a complement to the interior architecture project proposal for the Ribeira Palace, in its conversion to a temporary domestic architecture, according to the contemporary challenge of intervention in the built heritage and in an interdisciplinary component between architecture, history and rehabilitation.

Key-words: Ribeira Palace; hotel; inhabit; charm; eighteenth-century.

Dedico este trabalho aos meus Pais, que me apoiaram incondicionalmente durante toda a minha vida, e que contribuíram para a concretização de mais esta etapa no meu percurso. Pelo carinho, pela força, por acreditarem em mim.

Ao meu irmão Miguel que esteve sempre do meu lado, e me fez ver que a vida também passa por momentos de descontração. Pela paciência infinita, e por fazer de mim melhor pessoa.

À Maria João, amiga de sempre, que não me deixa desistir nunca. E que trouxe uma nova luz à minha vida.

À Marta, que acredita em mim incondicionalmente. De sempre, para sempre.

À Maria, ser humano magnífico, amizade à primeira-vista. Por ser uma amiga incansável, pela entrega absoluta, pela disponibilidade total, e pela companhia em noites longas.

À Maria Mafalda, amiga e alma-gémea. Por acreditar em mim, principalmente nos momentos em que eu não acredito.

A todos, o meu profundo obrigado.

Agradecimentos

A realização deste projecto não teria sido possível sem os Professores da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa:

O meu orientador, Professor Arqt.^o José Afonso, que acreditou em mim desde o primeiro momento e que permanentemente me incentivou.

Professora Dra. Marieta Dá Mesquita, que me contagiou com a sua paixão pela História e pela Arquitectura. Pelo apoio e incentivo a desenvolver este trabalho.

Professora Arqt.^a Dulce Loução, cujo gosto pela Arquitectura e pelo Design transparecem constantemente na forma como ensina. Pelo acompanhamento, pelas críticas e pelas palavras motivadoras que durante estes dois anos tanto contribuíram para a minha formação.

Professor Arqt.^o Victor Lopes dos Santos, pela oportunidade.

Professor Arqt.^o João Pernão, que me levou a compreender a investigação como ferramenta essencial na arquitectura.

Esta investigação deve-se também ao apoio e cooperação dos seguintes:

Arquitecta Fernanda Castelo, responsável pelo Projecto de Arquitectura da Escola Secundária Rainha D. Amélia, no Palácio Ribeira, que se disponibilizou na divulgação do seu projecto.

Dra. Júlia Serra, do Ministério da Educação, que se mostrou incansável na procura da documentação existente sob a alçada dessa entidade.

Agradeço também aos profissionais da antiga DGEM, actual IHRU, pela paciência e pela persistência em ajudar-me nesta investigação.

Ana Filipa, pela disponibilidade em ajudar, e pelo apoio e fé que deposita em mim.

Joana, Estrela e Guida, cuja amizade se reflecte naturalmente na minha vida e que me apoiaram incondicionalmente na realização deste projecto.

Por último, gostaria de agradecer aos meus colegas, que desde o início me apoiaram, que caminharam ao meu lado neste percurso de dois anos de Mestrado. E que no fim, venceram comigo.

ÍNDICE DE CONTEUDOS VOLUME I

1.	Introdução	01
2.	Estado da Arte	03
3.	Palácio Ribeira: Enquadramento Histórico	05
4.	O Palácio Ribeira Enquanto Objecto de Intervenção	08
5.	A Rua da Junqueira e a Problemática da Reabilitação Urbana	13
6.	O Habitar Setecentista	14
7.	Palácio Ribeira: Reconstituição Conjectural	21
8.	Hotel e a Habitação Temporária no Século XXI	29
	8.1 Introdução Histórica	29
	8.2 O Hotel no Século XXI	31
	8.3 Luxo e Charme em Hotelaria	32
9.	Pistas para Pensar a Memória	34
	Memória Descritiva do Projecto	
	9.1 Programa Proposto	35
	9.2 Ideias de Estruturas no Projecto	36
	9.3 Iluminação	38
	9.4 Conforto Ambiental	39
	9.5 Design	40
	9.6 Pré-Existência: Palácio Ribeira	42
	9.7 Pormenores a Conservar	43
	9.8 Fase de Execução no Palácio Ribeira:	45
	Suite de Mobilidade Condicionada	
	9.9 Nova Intervenção	45
	9.10 Fase de Execução:	48
	Quarto Convencional	

10.	Conclusões	49
11.	Bibliografia	50
12.	Periódicos	52
13.	Referências Bibliográficas	53
14.	Cibergrafia	54

Anexo I: Figuras

Anexo II: Mapas

II – 01. Tabelas de Referência para Iluminação em Hotelaria

II – 02. Organograma Funcional do Projecto

II – 03. Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

1. INTRODUÇÃO

Esta investigação foi iniciada no âmbito do exercício de quarto ano de Arquitectura de Interiores no segundo semestre do ano lectivo de 2008/2009. A proposta pressupunha a concepção de um projecto de recuperação do Palácio dos Condes da Ribeira Grande, sito na Rua da Junqueira em Lisboa, no sentido de se ver desenvolvida a sua conversão para um edifício de hotelaria de conceito “de charme”. O trabalho desenvolvido ao longo desse semestre afigurou-se como pertinente, justificando a sua continuidade para a investigação que aqui se propõe. Assim, este trabalho procurará demonstrar de que forma o objecto de estudo pode ser lido numa análise espacial do viver habitativo da sociedade, enquanto projecto de arquitectura contemporânea “riscado” sobre um objecto arquitectónico secular.

Um espaço hoteleiro por excelência é aquele cuja apropriação deve ser conseguida por quem o habita, durante um momento de estadia. Sendo o habitar um acto fundamental da condição humana, e uma vez que o objecto de estudo em questão se trata de um antigo palácio residencial, propõe-se um percurso pela habitação setecentista de forma a enquadrar, interpretar e compreender a arquitectura doméstica não só na perspectiva de projectista como de utilizador. Pretende-se aqui uma leitura do espaço doméstico do século XVIII nacional, inquirindo naturalmente a sua adaptação a novos usos, a partir da organização, distribuição e funcionalidade dos edifícios da época e as mudanças ocorridas até aos dias de hoje. Procurou-se, através desta investigação, chegar a um Projecto de Arquitectura de Interiores de um Hotel de charme, cujas características contemporâneas contribuam para uma relação com a memória do que já foi.

Tratando-se de uma tipologia que “compila” funções de habitação – ainda que temporária e com características de espaço público – graças a um programa complexo de Hotel Urbano, esta investigação pretende assim contribuir não só para uma compreensão de modos de habitar de uma sociedade lisboeta de século XVIII, mas como esta pode ser adaptada a novas formas de habitabilidade nos dias de hoje, no sentido em que procura responder de forma eficiente e integrada a uma problemática projectual contemporânea.

O método adoptado para a realização desta investigação passou por uma investigação qualitativa em forma de estudo de caso, que se dividiu em três fases distintas, que inevitavelmente se resumem no que aqui se apresenta: **pesquisa documental** das principais teorias e investigações conduzidas de acordo com a temática em diversas áreas onde se insere (Arquitectura, História, Reabilitação), bem como da Legislação em vigor em Portugal para a concepção de um projecto de hotelaria; **análise do objecto de estudo** nas suas vertentes compositivas, de percursos, relações espaciais, exigências de habitabilidade, lacunas e erros de projecto (dado tratar-se de um edifício com várias fases de intervenção); **proposta projectual** como resposta à tipologia pretendida, desde o Estudo Prévio ao Projecto de Execução de zonas escolhidas e de acordo com o tema proposto.

Foram objectivos desta investigação abordar e compreender os modos de habitabilidade e a história da vida privada aliados a uma compreensão da memória de um lugar, transformando-a numa possibilidade tangível no sentido de habitá-la e de evitar transformá-la num museu. Procura-se igualmente demonstrar que reabilitar é o primeiro passo para uma cidade sustentável e viva, e que habitar um edifício histórico é a melhor forma de conservar as suas características e a sua memória, no sentido de compreender a arquitectura setecentista e a sua recuperação possível para usos actuais.

2. ESTADO DA ARTE

O estudo do habitar setecentista em Portugal é já uma realidade em disciplinas como a História da Arte, História da Arquitectura e História das Sociedades, apoiado essencialmente em investigações decorrentes há largos anos noutros países europeus, nomeadamente em França, onde os exemplares de arquitectura são, comparativamente aos existentes no nosso país, em número mais elevado. Considera-se pertinente o estudo da história da vida privada e de modos de habitar como essencial para o Arquitecto da actualidade, numa sociedade que começa a aperceber-se que a realidade das cidades passa cada vez mais pela reabilitação e menos pela nova construção.

No que respeita a projectos semelhantes ao que aqui se propõe, será de destacar o Projecto de Reabilitação do Palácio Valle Flor, reconvertido no Pestana Palace Hotel, no Alto de Santo Amaro, em Lisboa. Trata-se de um edifício histórico, que, tal como o Palácio Ribeira, sofreu nas várias fases na sua edificação, modificações e ampliações. Ambos os edifícios tiveram como último inquilino o Estado; no Palácio Valle Flor funcionou o Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, no Palácio Ribeira a Escola Secundária Rainha D. Amélia. Hoje hotel de luxo com características de charme, o projecto para a sua transformação em hotel esteve a cargo do Arquitecto Manuel Tainha, com o qual foi homenageado com o Prémio MIPRIM (2000). Este projecto surge assim como referência para o trabalho a desenvolver, não só pela capacidade de adaptação do original para usos contemporâneos, mas como exemplo bem sucedido de um projecto desta magnitude.

Destaca-se ainda outro exemplo considerado para observação e apoio nos primeiros passos do pensamento de projecto, onde também se verifica uma recuperação para fins económicos e comerciais; o Hotel M'AR De AR Aqueduto, em Évora. Trata-se de uma reabilitação e conversão do antigo Palácio dos Sepúlveda, um edifício quinhentista localizado no centro histórico de Évora (zona classificada como Património da Humanidade pela UNESCO) em hotel boutique, onde a componente histórica e patrimonial é aliada a uma intervenção contemporânea pela mão da dupla de arquitectos Sofia Salema e Pedro Guilherme.

Os dois projectos aqui referidos não foram considerados como estudo de caso, da mesma forma que não se ousou pretender uma análise comparativa entre estes exemplos e a proposta de projecto, dado que o que aqui se apresenta se trata de um exercício de conclusão de mestrado, e não se considerou pertinente uma comparação com exemplos de profissionais que se destacam na arquitectura nacional em projectos que reflectem a experiência de anos de profissão.

O Pestana Palace Hotel e o M'AR De AR Aqueduto inserem-se num contexto de intervenções contemporâneas de soluções de recuperação e adaptação de edifício de habitação adaptados a um novo uso de habitação doméstica temporária, com programas e características semelhantes à proposta de projecto aqui apresentada. Serviram como objectos de observação e de compreensão de uma tipologia complexa, que alia funções de espaço público e de habitação.

O Palácio Ribeira enquanto objecto de intervenção de projecto de arquitectura de interiores encontra-se actualmente encerrado, a aguardar a conclusão de um processo entre o grupo a que pertence e a Câmara Municipal de Lisboa. O processo em questão trata de um Plano de Pormenor para a zona do Centro de Congressos, cuja área abrangida inclui o Palácio dos Condes da Ribeira Grande e o Edifício da Standard Eléctrica. O projecto do Palácio está em análise pela Câmara Municipal de Lisboa e a proposta passa pela sua recuperação e conversão para hotel de cinco estrelas e museu de arte contemporânea. O projecto é da alçada da Metro Urbe e do Grupo Fibeira e data de Setembro de 2008.

As referências bibliográficas consultadas para a realização deste trabalho contribuíram não só para a investigação da sua componente historicista, nomeadamente no que diz respeito à história do objecto de estudo a par da habitabilidade da época em que se insere, mas igualmente como apoio à componente de projecto de arquitectura. As mesmas referências serão essenciais para a sua fundamentação, no sentido em que se procura, com este relatório, o acompanhamento à leitura de um Projecto de Arquitectura de Interiores, justificando as opções propostas. Destaca-se a relevância das autoras Monique Eleb-Vidal, Anne Debarre-Blanchar e Marieta de Moraes Dá Mesquita (co-orientadora deste trabalho) cujos trabalhos publicados foram fundamentais para a investigação aqui presente.

3. PALÁCIO RIBEIRA: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O Palácio Ribeira situa-se em Lisboa, nos números 62 a 78 da histórica Rua da Junqueira. Está referenciado no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), sendo que o grau de protecção é mantido, há largos anos, como «em vias de classificação¹» (Anexo I - Figuras I, II, III).

Edificado *numa antiga zona de ocupação de cariz aristocrático caracterizada pela existência de um número significativo de casas nobres de características eminentemente barrocas*², a sua edificação inicial data de 1701, pelo 2º marquês de Nisa, D. Francisco Luís Baltazar da Gama. Seria apenas em 1750, e já sob a alçada dos Câmaras, Condes da Ribeira Grande, que este edifício, até então um conjunto de casas nobres, terá ganho os contornos apalaçados que hoje lhe conhecemos. Por esta altura a Junqueira era já palco de grandes transformações, tornando-se por excelência num dos locais preferidos pela Nobreza para o Verão. Encontramos referências de autores acerca da transformação do antigo juncal à beira-rio. (Anexo I - Figura IV)

O sítio da Junqueira arrasta consigo esta designação – aliás bem simpática, quasi poética – desde os séculos velhos, não sendo inverosímil tomar “Junqueira” por “Juncal”, que é o que tudo isto seria, em sua orla húmida, sem trânsito à beira do rio que não fosse o de praia (Araújo, 1993).

Foi no princípio do Século XVIII que o nosso sítio começou a desenvolver-se, graças a um alvará, datado de 15 de Janeiro de 1701 que o Morgado João Saldanha, que foi Presidente do Senado da Câmara Municipal de Lisboa, obteve de D. Pedro II. (...)

Ainda o século não tinha chegado ao meio e já existiam, enfileiradas do lado Norte da mesma rua, (...), várias casas nobres, tendo quasi todas seus terraços para os respectivos moradores nelas poderem recrear-se com a vista desafogada do Tejo e dos montes da “outra-banda”, que lhes ficavam em frente. Fizeram-se então, por exemplo, as seguintes casas e palácios importantes: (...) o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, mandado fazer pelo Marquês de Niza, em cuja quinta moraram numas barracas, em seguida ao Terramoto, os Condes de Atouguia, e onde se juntaram os Chefes das forças que tomaram parte da Belemzada³ para resolverem a contenda (...) (Lamas, 1922).

Em fins do século XVIII, Belém começava a ser o sítio preferido por várias famílias titulares, para passarem a estação calmosa do ano, ao afastarem-se da cidade, em busca da brisa amena do oceano. (...)

Os terrenos, alguns baldios, outros pertencentes aos frades do Convento de S. Jerónimo, retalhavam-se, ao serem adquiridos por diversos titulares que pretendiam edificar, naquele sítio aprazível, suas casas de campo (Sanches, 1970).

(...) Mandado erguer pelo Marquês de Niza (era local aprazível à beira-rio e o enorme casarão de Xabregas não servia para o Verão...) (Souto, 1963).

¹ 28 de Junho de 1991: Despacho de abertura do processo de classificação, IPPAR.

² Teresa Vale, Carlos Gomes, Lobo de Carvalho, João Marques, Ricardo Porfírio em www.monumentos.pt

³ Revolta, feita em Belém, em 1836.

A história do edifício dilui-se na história de Lisboa; um século antes da Belemzada, sobrevivia, praticamente incólume, ao terramoto de 1755.

A sua existência não foi, no entanto, pacífica. No século XIX (1840) o então proprietário D. Francisco de Sales Maria José António de Paula Vicente Gonçalves Zarco da Câmara, 8º Conde e 1º Marquês da Ribeira Grande (1819-1872), empreende obras de reedificação no Palácio, alterando a toda a fachada Sul até à Capela e acrescentando um novo edifício a ocidente da mesma, com a Travessa do Conde da Ribeira. Terá sido também nesta época que foram acrescentadas duas alas térreas ao alçado Norte do edifício, formando dois pátios interiores e unificando toda a fachada do jardim, e que terão sido acrescentadas dependências aos interiores pré-existentes (Capítulo: Reconstituição Conjectural).

Foram encontradas referências do Palácio Ribeira em diversos testemunhos históricos, onde é particularmente notório o fascínio que a imponência do alçado provocou, ao longo dos anos. Pelo contrário, no que respeita aos interiores, longe de causarem impacto, as reacções são, de modo geral, de grande desilusão⁴, sendo que as poucas descrições encontradas referem principalmente a ausência de pormenores interessantes a considerar.

O século XX marcou a história do edifício pela sua descaracterização e profunda transformação; no princípio deste século o Palácio é desanexado da Capela, que é vendida, e que servirá como elemento de divisão de funções do edifício; o edifício principal é alugado e é ali instalado o primeiro de vários inquilinos, que irão contribuir para a constante alienação daquele que poderia ser um exemplar de arquitectura doméstica nacional. Apenas o edifício mais recente, com entrada pela Travessa do Conde da Ribeira, continua a ser habitado pela família Câmara.

⁴ (...) *Transposta a Travessa, começa a que foi a esplêndida propriedade dos Condes da Ribeira Grande (...). Mas se entrarmos o belo portão central, que desilusão! A escada que logo se espera não existe, e sim duas horríveis escadas que ligam o corredor, estreito e tortuoso do rés-do-chão, a outro corredor e casas horríveis do primeiro andar.*

Só virando à esquerda, e andando muitos passos, se encontra um lanternim, com uma dupla escada de caracol, menos má, que deita para uma das inúmeras salas do primeiro andar. Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal em *Os Velhos Palácios da Rua da Junqueira* (Revista dos “Amigos de Lisboa” Olisipo), p.114.

Concebido para funções residenciais, o Palácio Ribeira vai sofrer, a partir da década de vinte do século XX, constantes e profundas alterações nos seus interiores, para albergar funções de escola. O primeiro colégio ali instalado, o Colégio Arriaga, terá sido um dos principais responsáveis pelas alterações, ao preparar os espaços para a nova função, seguindo-se o Colégio Novo de Portugal (1936), Liceu D. João de Castro (1939), Liceu Rainha D. Leonor (1963), e por fim a Escola Secundária Rainha D. Amélia, que se manteve no edifício até ao seu encerramento (2002).

No Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa, onde se encontra o Processo de Obra deste Imóvel⁵, foi possível consultar documentos referentes a pedidos de autorização para intervenções no edifício: entre as décadas de trinta e cinquenta o Palácio sofreu intervenções menores, nomeadamente pinturas de fachadas, vistorias, e limpezas, e algumas alterações mais definitivas, como a criação de salas de aulas e reparações dos telhados.

As últimas intervenção realizadas no Palácio Ribeira datam da década de noventa, com um projecto de Recuperação da zona central, da autoria da Arquitecta Fernanda Castelo, e obras de conservação da cobertura da zona lateral direita, alguns anos mais tarde.

(...) E foi assim que chegaram até nós as casas senhoriais, algumas de antiquíssima fundação, mas todas, exteriormente, com o cunho do século XVIII (Leão, 1964).

⁵ Arquivo Municipal de Lisboa: Processo de Obra 11797.

Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-CP/01/10385

4. O PALÁCIO RIBEIRA ENQUANTO OBJECTO DE INTERVENÇÃO

Enquanto objecto de estudo, o Palácio Ribeira possui uma carga histórica inegável, numa localização privilegiada da cidade de Lisboa, que pressupõe uma sensibilização para a problemática da intervenção no parque edificado construído. Assim, considera-se relevante uma primeira abordagem para as características que fazem dele *candidato* a monumento e património histórico de interesse significativo.

As entidades responsáveis pela classificação, protecção e manutenção do património construído, já aqui referidas, são responsáveis por uma base de dados – comum – onde é possível aceder a informações que podem ser à partida difíceis de obter, nomeadamente quando não são passíveis de serem observadas *in loco*. Desta forma, considera-se relevante para compreensão deste trabalho a descrição elaborada pelos técnicos da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais⁶:

Tipologia	Arquitectura civil residencial, barroca e ecléctica. Palácio urbano.
Utilização Inicial	Residencial: palacete.
Utilização Actual	Devoluto.
Propriedade	Privada: pessoa colectiva.
Época de Construção	Século XVIII.
Autor/Arquitecto	Desconhecido.
Dados Técnicos	Paredes autoportantes, estrutura mista.
Materiais	Alvenaria mista, reboco pintado, cantaria de calcário, mármore, estuques pintados, madeira dourada e pintada, ferro forjado.
Características Particulares	Palácio organizado dentro de um rectângulo, integrando capela como entidade semi-autónoma e tratamento diferenciado ao nível do alçado.
Enquadramento	(...) Numa situação sobranceira ao rio, materializa-se sobre um terreno rectangular de acentuada direcção Nordeste/Sudoeste paralelo ao eixo que define a Rua da Junqueira, contribuindo de forma significativa para a composição e definição do plano de rua. Integrada num conjunto urbano consolidado, é limitada a Sul pela rua da Junqueira e a Oeste pela Travessa do Conde da Ribeira e encontra-se adossado ao Palácio Burnay.

⁶ Através da antiga Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), actual Instituto da Habitação e da Recuperação Urbana (IHRU), foi possível consultar o Processo referente ao Palácio Ribeira. O processo actualmente existente no inventário desta entidade encontra-se incompleto, nomeadamente no que respeita a informação gráfica. Essa informação terá sido entregue à Direcção Geral de Equipamentos Educativos (DGEE), sob a alçada do Ministério da Educação. Todas as diligências efectuadas junto desta entidade no sentido de obter informações referentes ao Processo da antiga Escola Secundária Rainha D. Amélia revelaram-se infrutíferas.

A informação aqui descrita foi retirada da base de dados do IGESPAR, cuja informação é partilhada pelo IHRU. É possível aceder através dos seguintes: www.igespar.pt e www.monumentos.pt.

Inventário – N^o IPA PT031106020296 (Vale, Gomes, Carvalho, Marques, & Porfírio, 2003)

Descrição

Em *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*⁷, o autor fornece uma descrição completa e pormenorizada do que considera ser relevante no Palácio dos Condes da Ribeira Grande. Denota-se uma clara ausência de interesse nos interiores; encontrar-se-ia já muito semelhante ao que existe actualmente: um conjunto de sobreposições e acrescentos profundos que escondem a essência do antigo Palácio.

Pelo facto de se tratar de um documento detalhado, de grande interesse não só para o capítulo em questão, mas para todo o trabalho proposto, considerou-se pertinente descrevê-lo na íntegra.

A imponente fachada, não obstante certos elementos arcaizantes, que podem sugerir um parentesco com o Palácio de Queluz, é bem representativa da sua época.

É uma extensa construção, de dois andares e quinze tramos, em que dominam as linhas horizontais, sublinhadas por fiadas de cantaria no andar térreo. Esta tendência é, contudo, temperada pela composição em altura do corpo central, e pelas pilastras que definem dois corpos extremos, cujo alçado se repete nas faces leste e oeste. O corpo central constitui o eixo de simetria, e avança, em relação aos outros dois, o suficiente para criar espaços laterais de protecção às janelas do andar térreo, por meio de gradeamentos implantados em murete e ritmados por pilares de pedra. Nele se rasga um portão, ladeado por outros mais estreitos, cobertos todos por uma varanda que abarca as três aberturas do andar nobre. Sobre este conjunto levanta-se o frontão triangular, com as armas dos Câmaras, encostado a um alto espaldar, coroado por platibanda arrendada e ornado de acrotérios. Uma forte cornija parte da base do frontão, ao longo de toda a fachada, continuando pelas faces laterais, acompanhada de platibanda semelhante à do corpo central. Todas as janelas do andar nobre são de sacada, coroadas de sobreverga angular nos corpos extremos e central. O conjunto é completado, a nascente e poente, por dois corpos dum só piso e três vãos, cobertos por terraço e coroados por platibanda de balaústres. Uma lápide mandada colocar pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1922, num dos nembos da fachada, recorda o poeta e dramaturgo D. João da Câmara – filho do primeiro marquês da Ribeira Grande – que, neste palácio, nasceu, habitou e veio a falecer.

A ordem e a simetria exteriores não têm correspondência no interior do palácio, onde a planta é dificilmente legível; o que mostra que a fachada foi aposta a um complexo conjunto de acrescentamentos. Isto explica certas incongruências, sendo a primeira que a entrada que figura como principal, pareça menos do que secundária, apenas uma passagem de recurso, sem acesso ao andar nobre. Efectivamente, a escadaria de honra – que se desenvolve em dois ramos inscritos num cilindro de base elíptica, coberto por uma cúpula com óculos iluminantes e uma clarabóia que não deve ser primitiva – encontra-se quase no extremo ocidental do edifício, perto da entrada das carruagens. É hoje uma das partes mais interessantes do palácio, e que mais lembram a possível influência de Queluz.

Merece referência a fachada nobre, sobre os terrenos dos antigos jardins. Apresenta cinco corpos, sendo o do meio e os dos extremos de dois pisos, e mais antigos que os intermédios, que são térreos. O corpo central remata por frontão triangular, também com as armas dos Câmaras. Do lado ocidental, avulta a caixa da escadaria nobre.

A ocidente do palácio segue-se a capela, da invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de origem talvez setecentista, mas cuja fachada, tal como a do palácio, data do século passado. Apesar das suas dimensões, invulgares em capelas particulares, ou tem passado

⁷ Ataíde, M. & Gonçalves, A. (1962), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa: Tomo III*. Junta Distrital. Lisboa, p.120-123.

despercebida ou tem sido referida depreciativamente, o que não leva em conta, pelo menos, a sua indiscutível originalidade. A fachada apresenta três corpos de dois andares, correspondentes: o do meio, ao interior da nave, e os outros, mais estreitos, às capelas laterais e às tribunas. O primeiro é coroado por frontão triangular, sobrepujado por um elevado ático, onde se rasga uma clarabóia semicircular. A concordância com os corpos laterais faz-se por aletas curvas. O interior é especialmente interessante. A nave, de planta quase quadrada, mais larga do que comprida, e de elevado pé direito, tem no tecto uma larga cobertura circular, com varandim de balaústres. Uma calote, a maior altura, suspensa sobre seis colunas, difunde a luz recebida de janelas laterais e da clarabóia do frontispício já referida, que não se vêem do interior da nave. A elevada capela-mor tem abóbada de canhão, segmentar. O seu retábulo é constituído por duas altas colunas que suportam um tímpano em arco de círculo, e enquadra uma apreciável pintura representando a padroeira, de Máximo Paulino dos Reis⁸ (1781-1866). Em frente à capela-mor, eleva-se o coro alto sobre o guarda-vento e, à mesma altura, abrem-se as tribunas – duas do lado da Epístola e uma apenas do lado do Evangelho, porque a capela lateral deste lado, destinada ao Santíssimo, invade o espaço da tribuna que falta. Também na capela-mor se abre, de cada lado, uma tribuna. Na capela do lado epístola, um quadro que representa Nossa Senhora com o Menino, sentada, foi esboçado pelo pintor açoriano Marciano Henriques da Silva⁹ (1833-1867), e, após a sua morte, acabado por Manuel Maria Bordalo Pinheiro¹⁰ (1815-1880), pai de Rafael e Columbano. Tem a data de 1875. Os tectos da capela-mor e da nave estão cobertos de ornatos de estuque e pinturas a têmpera que representam motivos relacionados com a invocação da capela. Na calote que ilumina a nave vêem-se as letras A M, monogramadas, rodeadas por uma auréola de cabeças de anjos (Ataíde, 1988).

⁸ Artista de referência do século XIX, contemporâneo de Bocage. Lecionou a disciplina de Pintura Histórica na Academia de Belas Artes de Lisboa e distinguiu-se pela sua arte na Corte, tendo-lhe sido concedido o privilégio de usar a farda de *Mestre da Real Casa*, pelo Rei D. Miguel I. Fonte: Luis Varela Aldemira em *Um Ano Trágico: Lisboa em 1836 – A Propósito do Centenário da Academia de Belas Artes*, p. 207-208 in <http://books.google.pt>, e *Gazeta de Lisboa n.º 1 de 1830*, p. 131 in <http://books.google.pt>.

⁹ Artista de referência da pintura romântica portuguesa do século XIX, que se destacou pelo seu trabalho sob a égide do Rei D. Luís I de Portugal. Grande parte da sua obra encontra-se no Palácio Nacional da Ajuda. Fonte: Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org>, e Instituto dos Museus e da Conservação (IMC): <http://www.ipmuseus.pt>.

¹⁰ Considerado um dos mais curiosos representantes da Arte Romântica em Portugal, destaca-se pelo seu traço inspirado na pintura holandesa e estilo flamengo. Deixou um espólio generoso de quadros, muitos dos quais premiados em exposições fora de portas. Fonte: Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas (CITI), da Universidade Nova de Lisboa (UNL): <http://www.citi.pt>, e Assembleia da República: <http://www.parlamento.pt>.

A partir de testemunhos que passearam na Junqueira¹¹, foi possível uma tentativa de reconstituição conjectural, do que teriam sido os interiores deste Palácio. Uma a uma, cada descrição acabou por permitir chegar a conclusões sobre como seriam determinados espaços. Apesar de praticamente inexistentes, muitas vezes deficientes e vagos, existem ténues registos documentais que, aliados aos Desenhos de Levantamento do Palácio Ribeira¹² permitiram uma leitura dos interiores existentes que de outra forma teria sido impossível. (Anexo III - 01)

Esta reconstituição terá também como fundamento o estudo de projectos de Palacetes (*hôtel*¹³) contemporâneos ao objecto de estudo¹⁴, no sentido de se conseguir uma leitura crítica do espaço doméstico setecentista a partir da descodificação dos seus elementos estruturantes. Pretende-se desta forma enquadrar e interpretar a arquitectura doméstica na perspectiva dos seus encomendadores; o Palácio Ribeira, com as suas constantes sobreposições, parece ter seguido a norma que caracterizava a construção de setecentos em Portugal; *depois do Rei e do Clero, a Nobreza surge como um encomendador de terceira grandeza, e as suas propostas serão menos radicais, girando em torno de um conservadorismo significativo*¹⁵, e cujos projectos eram responsabilidade não de arquitectos, mas de mestres-de-obras ou pedreiros, que se mantinham fiéis a formas e soluções do passado¹⁵.

¹¹ *O edifício não possui aspecto digno de menção, tratando-se apenas de uma construção de dois pisos, com um corpo central e dois recuados, os quais possuem um terceiro piso amansardado. A entrada é larga, e vêem-se aos lados as dependências, outrora destinadas a cavalariças e a recolha de carruagens. As janelas do segundo piso são de sacada, e junto aos corpos laterais há, de cada lado, uma vasta varanda, que antigamente proporcionava belas vistas sobre o Tejo.* José Dias Sanches em *Belém do Passado e do Presente* (Separata do Jornal “Ecos de Belém”), p. 183 – 184.

(...) *Reedificou completamente as casas que dos Nizas haviam sido, e aformoseando o Palácio exteriormente, no aspecto que hoje se mantém.*

O interior deste Palácio não possui hoje cousa alguma de representativo, pois mesmo no tempo da sua aura nobre no século XIX era trivial nas decorações arquitectónicas, posto que valorizado por recheio artístico. Norberto de Araújo em *Inventário de Lisboa: Fascículo VII*.

¹² Gentilmente cedida para fins académicos à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, pelo Grupo Fibeira Engenharia, Lisboa 2009.

¹³ Hôtel: definição francesa para palácio nobre; residência sumptuosa de uma pessoa eminente ou rica. Fonte: *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Edição Século XXI.

¹⁴ Será feita uma comparação através de casos franceses, contemporâneos ao Palácio Ribeira, através do tratadista J.F. Blondel.

¹⁵ José Fernandes Pereira em *Arquitectura Barroca em Portugal*, p.187.

Alguns autores parecem partilhar da opinião de que o domínio espanhol será particularmente responsável por esta tendência; com a corte a residir em Madrid, todo o país terá ficado mergulhado numa dormência que condicionou o desenvolvimento da arquitectura civil. Apesar de tudo, segundo Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, será no século XVIII que se verificará uma evolução na arquitectura doméstica, graças a modificações sociais que, alterando a psicologia colectiva, se revelarão na concepção dos interiores, numa maior procura de privacidade e intimidade. E será precisamente neste século que *os palácios portugueses (ou simples casas nobres) atingem o seu período áureo*¹⁵. Lisboa, no entanto, *mostra-se parca em construções civis de qualidade (...). Será na sua periferia que as casas de recreio, articuladas com jardins, apresentarão alguns exemplos significativos*¹⁵. O Palácio Ribeira terá sido um desses exemplos.

5. A RUA DA JUNQUEIRA E A PROBLEMÁTICA DA REABILITAÇÃO URBANA

E pela Junqueira, carregadinha de tradições e de palácios mortos, (...) o eco das festas na praia e nos salões (Araújo, 1993).

A Junqueira como hoje a conhecemos será o sinónimo de cidade decadente e vazia, repleta de sinais da história de Lisboa aos quais, aparentemente, é dado muito pouco valor. Considerando o actual panorama das cidades, onde se observa uma tendência para uma reavaliação das políticas de intervenção no património e na reabilitação dos núcleos históricos urbanos (como exemplo, os Programas de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa para a Baixa Pombalina, Marvila e Mouraria, bem como do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com o Projecto EFTA), a Junqueira levanta a questão da cidade do passado que se vira para o futuro, enquanto património e enquanto potencial para o amanhã de uma cidade em desenvolvimento, estando já incluída num Plano de Pormenor.

A reabilitação urbana de núcleos históricos é vista actualmente como um conjunto de vantagens socioeconómicas: pela questão de envelhecimento da população nas áreas designadas, pela estagnação da economia local e pela preservação do património construído. Projectos como o que aqui se propõe, de uma nova habitabilidade para um edifício com elevada carga patrimonial, poderão servir como charneira para os olhos que olham e não vêem as possibilidades que existem em zonas históricas como a que destacamos. No que refere a intervenção em edifícios com elevada carga patrimonial, existentes em núcleos com elevadas características históricas, *o restauro e a conservação, ao requererem um enorme emprego de mão-de-obra e reduzida utilização de técnicas mecanizadas – ainda que também necessite de recorrer a tecnologias evoluídas, ou altamente especializadas –, não deixa de ser uma opção válida para a reconstrução e renovação urbanas*¹⁶.

Pretende-se aqui não só restituir à Junqueira uma vida própria, relacionando-a com Belém e o Tejo, numa integração total a uma cidade cujo turismo é uma das principais componentes económicas, mas acima de tudo reabilitar a sua memória, num exercício cujo objectivo concreto passa pela recuperação, pelo restauro, pela conservação e pela reutilização de um edifício cuja carga histórica é inegável, e cuja memória faz ainda parte da psicologia colectiva de gerações.

¹⁶ José Aguiar em *A Cidade do Futuro Já Existe Hoje*, p. 2 - p.4.

6. O HABITAR SETECENTISTA

Quando o exercício de projecto passa pela intervenção em edifícios históricos, considera-se pertinente uma abordagem às suas características funcionais, normativas e programáticas. Tal abordagem deve ser feita através de *metodologias específicas tendo em conta os objectos em estudo e o quadro de interrogações previamente colocadas*¹⁷. Neste caso, o objecto em estudo caracteriza-se por um conjunto de interrogações; um edifício constantemente intervencionado e cujas características primitivas se encontram diluídas num emaranhado de adições e subtracções. Assim, as questões colocadas foram essenciais para a resolução do projecto a que nos propusemos, onde uma *tentativa de reconstituição funcional, hierarquização espacial e sistema distributivo*¹⁷ permitiu obter uma *leitura qualitativa do espaço habitativo e das suas bases normativas e programáticas*¹⁷.

O Palácio Ribeira não poderia ser um estudo de caso ideal para o estudo do habitar setecentista, tal como não seria possível, dadas as suas características, defini-lo como um exemplo desta arquitectura em Portugal, uma vez que se encontra num avançado estado de degradação, aliado ao facto de ter sido constantemente intervencionado, o que resultou numa desvirtuação da sua componente arquitectónica e estética. Alguns autores afirmam inclusivamente que não existirão muitos exemplares verdadeiramente eruditos da arquitectura do barroco no nosso país. No entanto foi possível decifrar, através de um exercício projectual em que se procurou encontrar (lendo as adições provocadas para uma função muito distinta da original) a essência do edifício primitivo, elementos e espaços cujas características permitiram compreender e destacar as bases da habitação setecentista dos Condes da Ribeira.

De forma a permitir uma melhor compreensão deste projecto, considera-se pertinente uma introdução ao habitar setecentista, no sentido de conduzir o leitor pelas mesmas premissas que conduziram o estudo prévio deste projecto. Desta forma, pretende-se a integração do estudo da História da Arquitectura com a disciplina de Projecto de Arquitectura de Interiores, permitindo assim uma maior complementaridade num projecto que deverá ser resultado de um pensamento multidisciplinar.

¹⁷ Marieta de Morais Dá Mesquita em *Metodologias para o Estudo do Habitar Setecentista – O Contributo da Tratadística e a Decifração dos Códigos Habitativos*, p. 61 – 62.

O habitar setecentista caracteriza-se como um marco importante na história do habitar humano, no sentido em que se verifica, a partir dele, uma evolução considerável nos modos do habitar e na história da vida privada. A história da arquitectura, graças à qual é possível compreender a evolução da habitabilidade, torna-se uma disciplina essencial para a compreensão destas questões: *Os tratados de arquitectura civil, que particularmente desde o século XVII começam a circular com alguma frequência, afirmam-se como fontes privilegiadas de investigação em ordem a uma reconstituição científica das hierarquias funcionais da casa. (...)*

*A história da arquitectura utilizando a tratadística como base de estudo pode responder a duas questões – em primeiro lugar a compreensão de mecanismos pedagógicos de produção dos objectos, por outro a reconstituição rigorosa dos espaços, das suas funções específicas e a partir daí o reconhecimento de marcas do imaginário dos arquitectos e dos fruidores dos edifícios.*¹⁸

Será graças a estes tratados que o novo sentido do habitar se começa a revelar nos interiores setecentistas eruditos, ou seja, aqueles que resultam de um diálogo complexo entre os seus criadores e os seus encomendadores e fruidores. Passa, acima de tudo, por uma maior procura de conforto e intimidade, em oposição ao que se verificaria nos séculos anteriores, que se caracterizam pela promiscuidade em todos os momentos. *O novo sentido do habitar setecentista – conforto – intimidade – distribuição científica – está certamente associado a uma nova leitura da casa – não só como território da magnificência adequada ao perfil do seu encomendador, mas como terreno experimental de novos métodos distributivos, de sistemas de circulação, de uma nova dinâmica entre os conceitos de interior e de exterior.*

*O século XVIII inaugura na arquitectura doméstica novos postulados – em que se destacam a especialização funcional dos espaços, e a importância conferida a sistemas de distribuição que possibilitem a continuidade de programas habitativos de aparato associados a preocupações de conforto e de intimidade*¹⁸.

Afigura-se pertinente a compreensão das razões socioculturais que levaram a uma alteração da psicologia colectiva, numa época em que o Estado começa a *interferir no espaço social anteriormente abandonado às comunidades*¹⁹.

¹⁸ Marieta de Moraes Dá Mesquita em *Metodologias para o Estudo do Habitar Setecentista – O Contributo da Tratadística e a Decifração dos Códigos Habitativos*, p.62 – 63.

¹⁹ Philippe Ariès em *História da Vida Privada – Volume III*, p.9.

O século XVIII é testemunho de mudanças sociais e culturais, e consequentemente do indivíduo e da forma como este se vê perante o mundo, que se vão reflectir no aparecimento de uma nova forma de conceber e organizar o quotidiano doméstico e social. As transformações sociais responsáveis por estes movimentos serão resultado directo do Concílio de Trento²⁰ e posteriormente da Revolução Francesa, e provocarão alterações profundas no que refere à procura de intimidade e, consequentemente, na forma como serão geridas dentro do habitar setecentista, as relações sociais e domésticas. Será também resultado destas transformações a profunda alteração do pensamento projectual dos arquitectos, como resposta a representações mentais do indivíduo enquanto habitante destes espaços; as suas reacções, exigências, valores, sensibilidade e, acima de tudo, as suas aspirações na sociedade²¹.

Naturalmente todas estas questões irão reflectir-se na arquitectura, sendo que serão as alterações dentro do seio do grupo doméstico que provocarão as alterações do tipo de espaços, das quais destacamos a dimensão das divisões, que se tornam consideravelmente menores, aliada à multiplicação de pequenos espaços, que surgem inicialmente como apêndices das divisões principais, mas onde se concentra a actividade, e que rapidamente ganham autonomia. Torna-se mais evidente uma privatização para além da que é proporcionada pelo espaço, partindo de dispositivos de dissociação espacial dentro da habitação aristocrata: a criação e multiplicação de dispositivos de passagem, e o desdobramento de circulações.

²⁰Considerado um dos três concílios fundamentais na Igreja Católica, realizou-se de 1545 a 1563, tendo sido convocado pelo Papa Paulo III, como reacção à Reforma Protestante, que dividiu a Europa. Este Concílio vai alterar significativamente a relação com o corpo; socialmente surge o Puritanismo. Fonte: Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org>.

²¹ *O arquitecto procura resolver a antinomia entre o sistema de desenho, a teoria e as regras de uso, sugerindo duas opções projectuais possíveis: nous donnerons deux plans faits pour le même palais: dans le premier, nous avons sacrifié une partie des dedans au dehors, dans le second au contraire, nous avons préféré la commodité intérieure à la beauté extérieure. (...) Está agora presente um novo diálogo entre o arquitecto e o mecenas, em que o primeiro através de uma normativa de gosto procura equacionar uma nova preocupação – a da perfeita correspondência entre arquitectura e sociedade – alicerçada agora no binómio comodidade/decoração, apesar de a magnificência e aparato continuarem a nortear o habitáculo nobre.* Marieta de Moraes Dá Mesquita em *Metodologias para o Estudo do Habitar Setecentista – O Contributo da Tratadística e a Decifração dos Códigos Habitativos*, p.65.

L'économie n'est pas un critère déterminant quand un «grand» se fait construire une maison, puisqu'il s'agit avant tout pour lui de montrer son statut. Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard em *Architectures de la Vie Privée: maison et mentalités: XVII^e - XIX^e siècles*, p.45.

Surtem nomenclaturas de compartimentos específicos, ordenadores da própria vida quotidiana nos habitantes: espaços de trabalho e de produção, espaços de recepção, espaços de acolhimento e espaços de aparato/representação. (Anexo I - Figura V)

Jacques François Blondel (1705-1774), descendente de arquitectos da época de Luís XIV, destacou-se como um dos principais arquitectos e teóricos da arquitectura do século XVIII, apresentando a distribuição como o principal “objecto” da arquitectura. Foi considerado uma *personnage capital de l’histoire du goût français*²², tendo leccionado arquitectura em Paris, e as suas ideias exercerão enorme influência, nomeadamente devido às suas numerosas publicações. Defende a necessidade de adaptar o conforto do interior com a harmonia do exterior. O *conceito de distribuição de um edifício doméstico é encarado pelo arquitecto como algo que deve sustentar-se em três pressupostos: (...) il est trois choses essentielles à observer: la première, dans toutes les espèces de distribution, d’avoir égard aux pièces de nécessité; la deuxième, d’observer celles de commodité, & la troisième enfin, de donner toute son attention à celles de bienfiance. Définissons ces trois objets en particulier. (...)*

*Manifesta-se aqui a preocupação de o edifício revelar na sua estrutura o seu destino próprio, e simultaneamente assumir a “comodidade” como imperativo categórico, revelador de uma nova dimensão do habitar*²³.

Blondel propõe um sistema ordenador do espaço doméstico aristocrata, partindo do desdobramento de divisões, que resultará numa série de dispositivos cuja função é a de resposta à nova problemática da intimidade. Este sistema tem como premissa a criação de uma unidade espacial e funcional, o *appartement*, que se multiplicará em três registos distintos: *appartement de parade*, *appartement de société* (destinados à sociedade electiva, onde os donos da casa receberiam diariamente a família e relações mais próximas) e *appartement de commodité* (dirigidos aos senhores da casa e destinados aos assuntos íntimos, domésticos).

²² Peter Thornton em *L’époque et Son Style – La Décoration Intérieure: 1620-1920*, p. 89

²³ Marieta de Morais Dá Mesquita em *Metodologias para o Estudo do Habitar Setecentista – O Contributo da Tratadística e a Decifração dos Códigos Habitativos*, p.64.

A sua concepção vai permitir a diferenciação e a triagem entre os membros da casa e as visitas sociais, e será submetido a regras pragmáticas decorrentes dos seus usos e funções específicas. A partir desta hierarquização, Blondel sugere, através de uma legenda complexa dos espaços da casa nobre, uma série de divisões que permitirão uma organização hierárquica entre espaços principais (recepção e apartamentos privados) e espaços secundários (serviços e aposentos dos domésticos). Constitui-se assim pelos seguintes: vestíbulos, salas, antecâmaras, salas de companhia, salas de reunião, gabinetes, guarda-roupas, salas de aparato, galerias, capela, espaços de serviço, espaços de higiene.

No fundo, trata-se de um *catálogo hierático que antecipa o tipo de correspondência que articula os efeitos arquitectónicos aos diversos usos da sociedade. Surge agora um novo sentido da ligação da teoria à prática projectual (...) em favor da descoberta da intimidade doméstica, onde os dispositivos espaciais inauguram a dissolução dos princípios de hierarquia, gradação e harmonia que tinham regrado a arquitectura desde o Renascimento até ao último quartel do século XVIII*²⁴. (Anexo I - Figura VI)

A circulação do habitáculo nobre faz-se por corredores previstos para esse efeito, sendo que existe uma clara distinção entre esses sistemas de circulação, propostos por Blondel. O corredor horizontal principal, que surge ao longo da fachada, relaciona os espaços nobres e tem como função distribuir os apartamentos de comodidade, a partir do qual surge também um sistema de circulação vertical secundário, através de escadas. Os espaços e circulações definidos nas zonas secundárias da casa são concebidos para oferecer percursos alternativos não só aos donos da casa, mas acima de tudo aos domésticos; é assim criado o afastamento entre os habitantes do palacete e os visitantes, no sentido de proteger a vida privada dos seus ocupantes²⁵. (Anexo I - Figura VI)

²⁴ Marieta de Morais Dá Mesquita em *Metodologias para o Estudo do Habitar Setecentista – O Contributo da Tratadística e a Decifração dos Códigos Habitativos*, p.66.

²⁵ *Chaque espace est qualifié par ce qui s'y passe. Sa forme et sa décoration son déterminées et sa place est située par rapport au reste de l'habitation dans un système de circulation précis.* Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard em *Architectures de la Vie Privée: maison et mentalités: XVII^e - XIX^e siècles*, p.46.

O papel do Concílio de Trento na habitabilidade setecentista irá mais longe no que respeita ao papel da mulher na sociedade – e, naturalmente, na casa –, e que terá repercussões na forma como o corpo é encarado. Naturalmente, também estas questões se reflectirão na concepção das habitações; a casa aristocrata, apesar de desenhada com total simetria entre aposentos masculinos e femininos, sofrerá, a partir do século XVIII algumas alterações: assiste-se a uma aproximação dos espaços, transformando algumas divisões, como vestíbulos e salas, em divisões comuns aos dois. Trata-se de uma definição clara da chamada “sociedade íntima”, que vai ditar as regras no que respeita a relações entre o casal e os outros membros da casa, bem como dos seus visitantes. Esta sociedade íntima é marcada, nos tratados de arquitectura, através de espaços distintos – saleta (*boudoir*), quarto e gabinete –, que se destacam entre masculinos e femininos, e que no caso da mulher serão pormenorizados a um nível mais elevado, relacionado com o culto do próprio corpo, secreto e misterioso desde o Concílio de Trento. *A insistência na higiene feminina é, pela primeira vez, muito explícita. (...) Na verdade, é contemporâneo de outra transformação, mais importante por atingir os espaços e as intimidades: a dos aposentos de comodidade. (...) É uma prática de mulheres. Para além da referência à ociosidade e à feminilidade, a prática instala-se como um suplemento de prazer que o luxo autoriza. E é precisamente esse luxo que os primeiros arquitectos das casas de banho do século XVIII começam por explorar*²⁶.

Espaços como o guarda-roupa, a toilette e a sala de banho, começam a demonstrar uma importância crescente. *Lentamente, nos toucadores na alta nobreza, começa a elaborar-se uma série de critérios inéditos. O banho é pensado com atenções e locais próprios*²⁶. Tal deve-se ao facto de que o banho está, no século XVIII, já integrado no quotidiano de uma elite restrita; tem uma nova presença, numa altura em que a mudança de roupa deixa de ser o único gesto de higiene e cuidado da pele. A casa de banho é feita para o calor do Verão; situa-se nas fachadas orientadas a norte, junto a zonas de jardins pouco expostos.

²⁶ Georges Vigarello em *O Limpo e o Sujo: a Higiene do Corpo desde a Idade Média*. Capítulo terceiro: *Da Água que Penetra no Corpo à Água que o Reforça*, p.80.

Esta será uma das principais alterações na arquitectura dos palacetes aristocratas, dificilmente encontradas nas plantas de Le Muet²⁷, do século anterior. *O que diferencia, por exemplo, os modelos dos grandes palacetes de Blondel em 1737 ou em 1752, do dos palacetes de Le Muet, um século antes, é uma divisão mais recolhida entre diversas partes da habitação: os aposentos de convívio e bem-estar, onde se desenrola o essencial da sociabilidade nobre, organizam-se nas zonas mais retiradas, destinadas aos gestos mais familiares. Os quartos anexam dependências cuja função é específica: gabinetes diversos, pequenos e grandes, caracterizados pelas respectivas funções («aquecimento», «biblioteca», «tocado», «guarda-roupa», etc.)²⁸.*

No que refere ao habitar setecentista, e como já referido anteriormente, Portugal caracteriza-se por um ligeiro atraso em relação ao resto da Europa, nomeadamente à França, que nesta altura se impõe à Itália na influência exercida no campo das Artes. E quando a Europa se iniciava já nos primeiros passos do Rococó, Portugal mantinha ainda um Barroco conservador, aliado ao tradicionalismo que caracterizava a nossa sociedade da época.

No entanto, conseguimos observar nos espaços setecentistas algumas linhas que caracterizam este novo movimento, nomeadamente no que respeita à decoração, onde o Rococó assumidamente extravasou. *Portugal puede presentar en este siglo XVIII una preciosa serie de mansiones en que se consiguen las más bellas decoraciones combinando el granito, los muros encalados y los paneles de azulejos que en atrios, escaleras, salones y jardines dan una nota alegre y colorida. Los azulejos desempeñan aquí el papel de las tapicerías o de los frescos en la decoración mural.*²⁹

²⁷ Pierre Le Muet (1591-1669) foi um importante arquitecto francês que se destacou pelos seus tratados de arquitectura, numa época em que se começam a verificar alterações fundamentais na arquitectura e na habitabilidade europeia. O seu texto mais conhecido *Manière de bâtir pour toutes sortes de personnes*, vai distinguir-se dos tratados convencionais pelo carácter analítico dos seus desenhos, pela complexidade das plantas das habitações propostas e por inovações técnicas introduzidas, nomeadamente escadas e chaminés, aliadas à concepção de novos espaços domésticos, que muito influenciarão o trabalho de Blondel. Fonte: Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org>.

²⁸ Georges Vigarello em *O Limpo e o Sujo: a Higiene do Corpo desde a Idade Média*. Capítulo terceiro: *Da Água que Penetra no Corpo à Água que o Reforça*, p.80.

²⁹ Ettore Camesasca em *Historia Ilustrada de la Casa*, p.214.

7. PALÁCIO RIBEIRA: RECONSTITUIÇÃO CONJECTURAL

A reconstituição conjectural presente nesta investigação é resultado de um trabalho desenvolvido ao longo de meses de pesquisa, que frequentemente se deparou com dificuldades na obtenção de informação considerada necessária para o seu desenvolvimento.

Não se pretende, de forma alguma, afirmar uma verdade absoluta com este trabalho; apresentar-se-á uma reconstituição conjectural daquilo que se acredita ter sido o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, graças aos elementos encontrados e fornecidos por entidades já aqui referidas, e como resultado comparativo de exemplos contemporâneos ao exemplar em questão. Não foi no entanto possível chegar ao nível de detalhe de enumeração de cada espaço; os resultados finais não permitiram avançar com esse tipo de conjectura devido às alterações a que o edifício foi submetido durante praticamente um século, para as funções a que foi direccionado, e que exigiam uma tipologia de espaços distinta da existente, que correspondia a funções de habitação.

Destaca-se inclusivamente que a presente reconstituição poderá sofrer, num futuro mais ou menos próximo, profundas alterações, se nova documentação for cedida; quer pelo acesso a documentos familiares da Família Câmara (descendentes directos dos Condes da Ribeira), quer numa eventual possibilidade de serem feitos e divulgados estudos aos materiais constituintes da construção (que resultam naturalmente em conclusões mais fidedignas).

Numa primeira impressão, os Desenhos de Levantamento do Palácio Ribeira (Anexo III – 01) revelam-se com uma dificuldade de interpretação; trata-se de um edifício de planta rectangular onde a ordem e a simetria se encontram diluídas num conjunto de acrescentos de difícil leitura. Num esforço de exercício de depuração consegue-se no entanto, e através da própria leitura dos elementos constituintes, compreender as intervenções ali criadas. Para aqui chegar foi feito um levantamento das adições: compreender, através da planta e graças às diferentes expressões de paredes, o tempo delas. Em visitas, e graças a sondagens já feitas no edifício e à observação directa, as tipologias construtivas, os materiais, as características dos espaços. (Anexo I - Figura VII)

Através de *layers* criadas para esse propósito, foram surgindo inevitavelmente os elementos que constituem a base do edifício, e que permitiram uma tentativa de reconstituição conjectural: espaços de circulação principal e secundária, sistemas de distribuição e de compartimentação, diferenciação de elementos nobres, pés direitos, orientação do próprio edifício, zonas nobres e zonas de serviço.

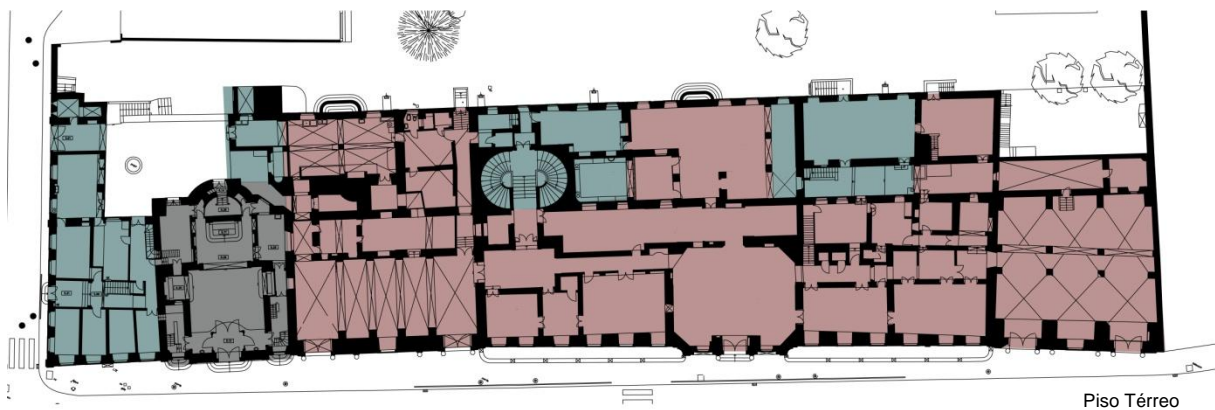
Compreende-se, por exemplo, que existe uma clara diferença entre o modo de pensar e conceber a habitação francesa, e a forma como este Palácio foi edificado; existem nuances dessa influência, numa métrica simplificada, pouco dedicada ao detalhe e à pormenorização que se verifica nos exemplares franceses. O que hoje nos é apresentado é o resultado de uma alienação de património, uma malha complexa de várias intervenções. Centremo-nos por isso no primeiro século de história deste edifício: a edificação de casas nobres, a reedificação, cinquenta anos mais tarde, para a sua transformação em palácio, e finalmente, já no século XIX, as suas *obras de embelezamento*.

A planta inicial deste edifício, ao ser edificado numa escala mais palaciana do que as iniciais casas nobres, formaria três alas distintas, com dois pátios entre elas, sendo que o volume central, onde vemos o Brasão dos Condes da Ribeira Grande (Anexo I - Figura VIII), seria uma das entradas principais do edifício, levando a que se coloque em hipótese se o alçado Norte terá sido, em tempos, o alçado principal da Casa dos Câmaras.

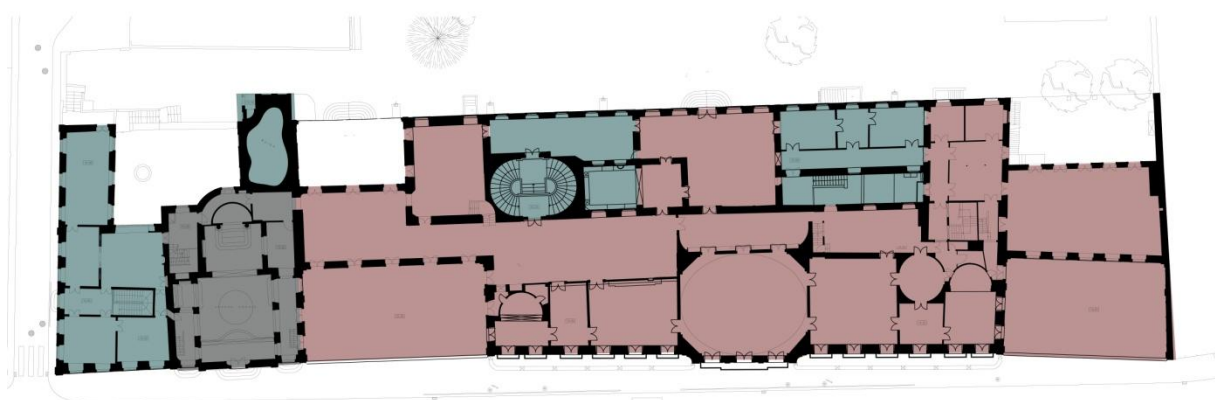


Reconstituição Conjectural 1 (pela Autora): Plantas do Palácio dos Condes da Ribeira – 1ª Fase (1750)

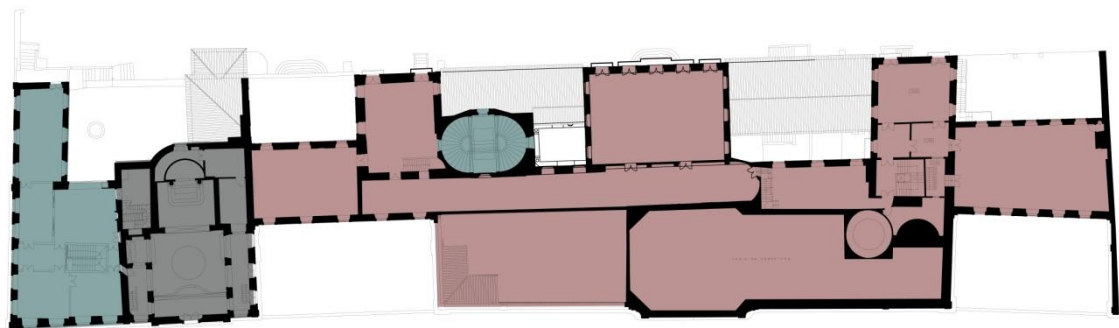
Assume-se que as obras de embelezamento a que foi submetido tenham contribuído para uma maior complexidade da sua planta, por duas razões distintas: a primeira, graças à adição do volume da escadaria principal; a segunda graças à construção de duas novas alas perpendiculares às existentes, que uniram todos os volumes do alçado Norte, unificando-o, e da qual resultaram os pátios interiores do edifício.



Piso Térreo



1º Piso (Nobre)



2º Piso

Reconstituição Conjectural 2 (pela Autora): Plantas do Palácio dos Condes da Ribeira – 2ª Fase (1840)

A capela setecentista terá sofrido obras de considerável melhoramento e imponência, a ocidente da qual foi construído um novo edifício. As *obras de embelezamento* resultaram assim num aumento significativo de área construída, mas terão mantido as características de habitabilidade setecentista da planta inicial.

Sabemos *a priori* que existiu uma intenção de unidade – que se reflecte na fachada (na sua componente estilística e volumétrica) –, cujos elementos de século XVIII e XIX demonstram que terá sido ali “colocada” no sentido de oferecer ao Palácio uma componente mais nobre³⁰. Blondel defenderia uma posição em que a comodidade interior seria, se não preferida à beleza exterior, igualável a ela; por oposição, o Palácio Ribeira oferece uma demonstração clara de nobreza e poder na sua fachada principal, que provocou – e provocaria durante anos – uma desilusão no que aos interiores diria respeito.

É também perceptível em planta a clara distinção entre os espaços principais, associados ao alçado sul do edifício, e o espaços secundários e de serviço, que inicialmente se teriam localizado apenas no piso térreo, e que na segunda fase de edificação terão sido expandidos para alguns compartimentos do primeiro piso, associados ao alçado norte. Compreende-se também as circulações por pisos, associadas a zonas nobres e zonas de serviço, e aliadas ao princípio de sucessão de espaços que caracteriza o habitáculo nobre setecentista.

Apesar de terem chegado até nós apenas resquícios do que teriam sido os interiores deste Palácio, é ainda visível o traço cenográfico da casa aristocrata; espaço de trabalho e de constantes representações pessoais e políticas, a habitação é também pensada com base na família. Assim, toda a cenografia da casa é tratada de acordo com estes princípios: a entrada é mediatizada, o aparato é visível através da multiplicação dos espaços numa procura de distanciamento em relação às visitas e aos próprios domésticos, verificando-se assim a procura de intimidade, já antes referida. Os espaços caracterizam-se por serem intercomunicantes, e pela sua sucessão até às escadas monumentais – de aparato –, por onde se acede às salas mais importantes no piso nobre.

³⁰ *A fachada da capela terá sido reconstruída, tal como toda a fachada, no século XIX (1840). Para que houvesse unidade entre as duas construções feitas com cerca de um século de diferença, sobrepôs-se ao frontão triangular da construção de 1750 uma decoração que “no todo” passou a rectangular. Não foram porém alterados os corpos avançados da fachada que dá para o pátio, que é portanto primitiva.* Excerto de um texto retirado do trabalho académico da Escola Secundária Rainha D. Amélia, sob a orientação das Professoras Isabel Leonor R. e M. Teresa Segarra, 1984.

A simetria da planta no andar nobre é também vestígio de um dos maiores artifícios na habitação aristocrata, demonstrando a casa como símbolo de identidade pessoal, e separando as alas para o senhor e a senhora da casa.



Reconstituição Conjectural 3 (pela Autora): Plantas do Palácio dos Condes da Ribeira – 1ª Fase (1750)

Compreende-se nestas plantas que o piso térreo, maioritariamente dedicado aos espaços de serviço, possui zonas de recepção e de aparato, que surgem através do monumental átrio de entrada, associado ao qual existem salas que se inter-relacionam simetricamente com dois espaços de considerável imponência. As subtrações que a alteração de função exigiu reflectem-se inclusivamente na ausência de uma escada principal de acesso ao andar nobre; no entanto, descrições do Palácio permitiram concluir que elas existiram, sem a monumentalidade que lhes seria exigida,

o que justifica a edificação tardia do volume da escadaria monumental: *A escada que logo se espera não existe, e sim duas horríveis escadas que ligam o corredor, estreito e tortuoso do rés-do-chão, a outro corredor e salas horríveis do primeiro andar.*³¹

Pelas descrições encontradas, os dois espaços secundários do piso térreo, que se caracterizam por tectos abobadados e revelam alguma magnificência, estarão relacionados com os espaços de recepção neste piso. A chegada ao Palácio Ribeira era naturalmente feita de carruagem, e os espaços mencionados tinham como função a guarda das carruagens e as cavalariças do Palácio. Compreende-se assim que sejam espaços de algum valor arquitectónico, porque neles entrariam visitantes da casa, e estarão relacionados com as salas de recepção por essa mesma razão. Mas são, também, espaços associados ao serviço doméstico, pela natureza da sua função.

No primeiro piso reflecte-se já o conceito simultâneo de recepção e intimidade, onde apenas algumas visitas acederiam, e onde passariam mais tempo os donos da casa e a família. Existe, por isso, uma hierarquização dos espaços no que refere a áreas e localização, onde as circulações serviriam principalmente para os habitantes da casa; os visitantes acederiam ou não aos espaços através das portas que comunicam entre eles.

Torna-se extremamente difícil nomear os espaços que existiriam no primeiro piso, dentro dos apartamentos ali existentes; os vestígios demonstram espaços maiores, associados a dispositivos de aparato e de sociedade, e espaços menores e mais protegidos, associados a divisões de intimidade e comodidade, onde se encontram desenhos de antecâmaras de distribuição. São também visíveis os espaços que seriam as alcovas dos apartamentos de comodidade: caracterizam-se por salas de áreas menores, por onde se chegava atravessando outros espaços, e cujas características remetem às dos espaços semelhantes em exemplos contemporâneos franceses. (Anexo I - Figura IX)

A proposta de projecto, que serviu como pretexto para esta investigação, foi concebida aliando as conjecturas aqui descritas a um programa complexo de hotelaria. Desta forma, nem todos os espaços puderam ser mantidos com base nos pressupostos das suas funções primitivas, sendo que foi objectivo do projecto em questão viabilizar conceitos de habitabilidade setecentista aplicados a um novo uso, o de habitação doméstica temporária.

³¹ Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal em *Os Velhos Palácios da Rua da Junqueira* (Revista dos "Amigos de Lisboa" Olisipo), p.114.

A memória descritiva do Projecto de Arquitectura de Interiores, a consultar neste trabalho, fará referência a este capítulo, no sentido de melhor se compreender as premissas que guiaram as diferentes fases de projecto, onde se procurou não só reabilitar um edifício patrimonial, mas acima de tudo qualificá-lo enquanto objecto de arquitectura adaptado às exigências da actualidade.

Nota

No que respeita às intervenções feitas no Palácio Ribeira para adaptação à função de escola, considera-se pertinente a referência ao único Projecto de Arquitectura que se encontrou, da Arquitecta Fernanda Castelo, realizado em finais da década de oitenta do século XX. As intervenções anteriores, realizadas durante todo o século XX, a encontrarem-se documentadas, não foram disponibilizadas para esta investigação. Segue-se um excerto da Memória Descritiva da última intervenção no edifício, antes do seu encerramento:

O presente estudo e projecto relativo à 1ª fase de remodelação – recuperação (...) teve início em Fevereiro de 1986 quando o Projecto de Estruturas (consolidação da estrutura existente) tinha já sido executado em obra, o que originou uma série de erros irreversíveis em termos do trabalho arquitectónico dos espaços. (...) (Anexo I - Figura X)

Assim, este projecto de remodelação e recuperação da parte central – poente (Anexo I - Figura XII) do edifício tem em conta que apenas um elemento existente importa conservar: a escadaria de pedra de configuração oval (...).

Haverá ainda nesta empreitada uma outra preocupação dominante: tentar “salvar” e, se possível, valorizar os azulejos que, por toda a escola, estão distribuídos e disfarçados em rodapés. (...) Após terem sido convenientemente organizados por cenas ou padrões, proceder-se-á a um projecto que integrará esses painéis reconstituídos, no pátio interior, possibilitando a sua recolocação. (...) (Anexo I - Figura XI)

Por último, chamamos a atenção para o facto de se ir recuperar o maior número possível de portas dado que são de madeira maciça com guarnições e molduras ao gosto do século XVIII.

Arquitecta Fernanda Castelo³²

³² Para a Direcção-Geral dos Equipamento Educativos (DGEE) – Gabinete Técnico.

8. HOTEL E A HABITAÇÃO TEMPORÁRIA NO SÉCULO XXI

Do francês hotel, que tem a mesma origem (do latim hospitalis) que as nossas “hospital” e “hostal” (casa que recolhe peregrinos, doentes, etc.).

Hotel significava, originalmente, em França, a residência sumptuosa de uma pessoa eminente ou rica (...) e mais tarde, passou a designar os grandes edifícios destinados a estabelecimentos públicos. O vocábulo internacionalizou-se depois com o significado genérico de estabelecimento onde, a troco de uma retribuição pelos serviços prestados, os viajantes podem alojar-se, geralmente, alimentar-se durante as suas deslocações. Aliás, neste significado mantém-se o da forma arcaica ostel (...).

Em Portugal, foi o Decreto n.º 15824, de 4 de Agosto de 1928, que pela primeira vez definiu Hotel nos seguintes termos: «... a hospedaria luxuosa e asseada, onde se dá um tratamento mais esperado [esmerado?].» (...) A exploração de Hotel está subordinada a disposições legais e são normalmente classificados de acordo não só com o seu nível de luxo e de conforto mas ainda com a sua localização e importância de serviços. A primeira vez que se previu, em Portugal, uma classificação hoteleira em diversas categorias foi no Decreto n.º 1121, de 28 de Novembro de 1914 (Ministério do Fomento).³³

8.1 Introdução Histórica

O comércio é o responsável histórico pelas formas mais antigas de oferta hoteleira. As rotas comerciais da Antiguidade, na Ásia, na Europa e na África, geraram núcleos urbanos e centros de hospedagem para o atendimento aos viajantes. Na Idade Média, a hospedagem era feita em mosteiros e abadias (...)³⁴. O que previamente se adequa a um conceito de hospedagem, que se manteve inalterado até ao declínio das grandes monarquias (seria exercida pelo estado nos palácios da Nobreza), sofre alterações profundas com a Revolução Industrial. Será apenas nesta altura em que a expansão do capitalismo provoca a implantação da sociedade industrial e os transportes se desenvolvem (nomeadamente os caminhos-de-ferro), que uma tipologia se torna indispensável nas cidades; é preciso criar soluções para fixar as pessoas em meio urbano. Surge então o conceito de hospedagem como uma actividade estritamente económica a ser explorada comercialmente.

³³ *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Edição Século XXI.

³⁴ Nelson Andrade, Paulo L. Brito e Edson W. Jorge em *Hotel: Planejamento e Projecto*, p.18.

O hotel com staff padronizado, formado por gerentes e recepcionistas, aparecem somente no início do século XIX³⁵, num conceito ainda ligeiramente diferente do actual: a frequência em hotéis estava associada às temporadas da ópera, fazendo do hotel um espaço cativo, de longa permanência³⁶.

No que respeita à sua concepção, os primeiros hotéis vão reproduzir as casas da época, nomeadamente a habitação burguesa, no que à hierarquia dos espaços diz respeito. Assim, a planta do “hotel ideal” caracteriza-se por um acesso a um hall monumental, precedida pela chegada à escadaria de aparato. O piso térreo estaria associado à vida lúdica, e era composto por salas de estar e de jogos, bar, restaurante e salas de eventos, reservando ao piso nobre, os espaços mais restritos, tais como salões de jantar e de leitura (bibliotecas), e naturalmente a zona de hospedagem, cujas suites remetiam aos apartamentos burgueses.

(...) Apesar das pioneiras concretizações destes estabelecimentos se apresentarem relativamente homogéneas no início do século XIX, as tipologias de hotel sofrerão uma evolução totalmente divergente no que respeita ao continente europeu e ao americano, tendendo, neste último caso, a partir do primeiro terço da centúria, para soluções grandiosas e consumistas, de valorização de tamanho, do equipamento e da localização, em detrimento de um carácter habitativo e à escala humana, em termos espácio-funcionais e de gramática arquitectónica, não obstante, e não deixando de se afirmar como monumental e luxuosa, se bem que a uma distinta escala, a “contenção” das habitações temporárias europeias afastar-se-á do “excesso” do hotel americano (...)

Este conceito de hotel, sofrerá uma reformulação, com o advento do espírito modernista e funcionalista que o século XX trará, tanto a nível estilístico como funcional, o que não sucederá, simultaneamente, por toda a Europa; a elaboração dos objectos de habitação temporária perderá o seu carácter historicista e “excessivo” das habitabilidades residenciais que, subvertidas, corporizarão o utilitarismo luxuoso da funcionalidade temporária e passageira, em programas e concepções daquelas tipologias eminentemente pragmáticas³⁷.

³⁵ Nelson Andrade, Paulo L. Brito e Edson W. Jorge em *Hotel: Planejamento e Projecto*, p.18.

³⁶ *Datam de inícios de oitocentos as primeiras manifestações de indiscutíveis tipologias de hotel, sendo estas, como já mencionámos, de carácter ainda excepcional no circuito europeu; em Portugal, nomeadamente em Lisboa, são ainda inexistentes. De qualquer forma, os hotéis surgidos na maioria dos restantes países europeus, foram os modelos para a posterior situação portuguesa, como as devidas adaptações (...).* Filipa Rodrigues Pires em *Para uma Leitura da Arquitectura Doméstica Temporária: Uma Investigação sobre a Produção de uma Tipologia Habitativa no Século XIX Português*, p. 210.

³⁷ Filipa Rodrigues Pires em *Para uma Leitura da Arquitectura Doméstica Temporária: Uma Investigação sobre a Produção de uma Tipologia Habitativa no Século XIX Português*, p. 212, p. 216.

8.2 O Hotel no Século XXI

Actualmente, as exigências dos utilizadores dos hotéis sofreram alterações consideráveis graças às transformações dos valores culturais, económicos, sociais e políticos que caracterizam a sociedade contemporânea. Desta forma, os critérios que durante anos orientaram as premissas de concepção desta tipologia deixaram de ser válidos, verificando-se naturalmente uma alteração no pensamento dos arquitectos e dos designers envolvidos neste processo.

Uma das principais alterações que se verificam actualmente diz respeito ao tipo de clientela dos hotéis, que actualmente se constituem por grupos sociais associados a tipologias muito específicas, e cujas exigências diferem drasticamente; em sectores como a economia e o marketing são definidos como segmento de mercado³⁸. De um modo geral, o segmento de mercado que frequenta um *Boutique Hotel* ou um *Design Hotel* terá naturalmente um tipo de exigência e de expectativa diferente do que frequenta uma Pousada ou um *Hostel*. Daí que actualmente exista uma série de mecanismos que permitem uma rápida percepção da tipologia dentro da própria tipologia de hotel, no sentido de se identificar rapidamente o produto em questão: *os hotéis constituem uma tipologia que hoje está cada vez mais sujeita a padrões de qualidade, entrando no circuito do Marketing e dependendo das cadeias a que pertencem. Este aspecto de padronização leva a que muitas vezes se criem repetições e variações sobre princípios de conceptualização pré-definidos, o que se chama catálogo, que ajudam a identificar a marca da cadeia a que pertence o hotel em qualquer parte do mundo.*³⁹

³⁸ *Em relação ao sector hoteleiro, o segmento de mercado é o conjunto de consumidores cujos interesses irão orientar o tipo de produto, no caso o tipo de hotel, que satisfaça especificamente aqueles interesses. (...) Nelson Andrade, Paulo L. Brito e Edson W. Jorge em Hotel: Planejamento e Projecto, p.29.*

³⁹ Rui Barreiros Duarte em *P01 Arquitectura: Sheraton Porto Hotel – Domínio do Espaço e da Luz. Arquitectura e Vida* revista mensal n.º 53, 2004.

8.3 Luxo e Charme em Hotelaria

Já uma vez me perguntaram o que seria para mim um quarto de hotel de luxo. Eu respondi que fazia quatro paredes brancas, um divã com um bom colchão, e punha um quadro de Picasso em frente. Adormecia a olhar para um quadro. O luxo, para mim, é isto.⁴⁰

Durante séculos, o luxo foi visto como uma tentação ou um privilégio, reservado à aristocracia, símbolo de poder e influência. Terá sido em finais do século XVIII, ainda que timidamente, que o luxo se tornou numa aspiração legítima para as classes trabalhadoras. A burguesia nasceu destas premissas, uma classe social que é fruto da Revolução Industrial, que ascendeu e transformou profundamente a sociedade e a ordem das coisas.

A questão do luxo, apesar de estritamente ligada à questão economicista, sobressai em relação a ela, nomeadamente numa altura em que quanto maior é a problemática económica no panorama mundial, maior parece ser a demanda por bens de luxo, provocando uma discussão premente na sociedade consumista que caracteriza os nossos dias; será o luxo acompanhante da ostentação, ou pelo contrário, deve ser associado a uma componente minimalista do *less is more*? Esta questão não pode deixar de ser associada à componente do *gosto*, e levada para campos em que existe uma clara tendência para a individualização destes conceitos.

Não se pretende, no entanto, entrar numa discussão da componente do lado pessoal do *gosto*, e naturalmente do que é o luxo para cada indivíduo. No que respeita ao tema da habitabilidade temporária num edifício com características históricas, o luxo é factor que deve estar associado a uma série de componentes que, no todo, oferecem um projecto global de qualidade. Desta forma, num projecto hoteleiro por excelência, o luxo está relacionado a diversas componentes, desde a arquitectura e o design, à própria oferta de serviços num mercado altamente competitivo, onde o consumidor final, além de exigente, é actualmente considerado pelos especialistas como “imprevisível”.

Assim, o luxo deverá estar associado ao conceito de exclusividade e de diferenciação, em ambientes que conciliam a memória e a contemporaneidade, através do recurso a materiais e técnicas construtivas tradicionais e contemporâneos,

⁴⁰ Eduardo Souto de Moura em *O património defende-se vivendo nele*, a propósito do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade de Tavira (Convento das Bernardas). *Arquitectura e Construção* revista bimestral n.º 51, 2008.

aliados a uma escolha de equipamento e mobiliário sob as mesmas exactas premissas.

No caso particular de hotéis de luxo com características de charme, inseridos em contextos arquitectónicos específicos - prédios históricos ou de valor cultural -, a principal mais-valia que os distingue é precisamente o cunho histórico que transmitem, aliado à localização privilegiada em metrópoles de elevado interesse histórico, cultural, artístico e económico, como é o presente caso. A componente que alicia o segmento em questão⁴¹ é a própria questão do exclusivo.

Este tipo de hotéis distingue-se pela qualidade do serviço, aliado a uma referência à memória histórica dos próprios edifícios, em instalações que unem o melhor da contemporaneidade e do luxo com a tradição e cultura do país ou da região. O que distinguirá esta tipologia da de um hotel de luxo *convencional* (ou de implantação contemporânea) será acima de tudo a cumplicidade e proximidade dos colaboradores com os clientes, num ambiente que se destaca pela sensação de acolhimento.

O objectivo de um investimento num hotel cujo cunho é feito através de um imaginário particular é feito através de um ambiente arrojado mas com desafio histórico e temático, comportando um número modesto de quartos, o que não invalida um tratamento diferenciado. *La necesidad de intimidad de los visitantes, considerada un valor supremo en los modernos hoteles, ha dado lugar a nuevas estructuras y a nuevos diseños del espacio interior.*⁴²

⁴¹ O contingente de mercado caracterizado por executivos, políticos e artistas que procuram hotéis de alto nível, que ofereçam mais descrição e preservem o hospede. (...) Nelson Andrade, Paulo L. Brito e Edson W. Jorge em *Hotel: Planeamento e Projecto*, p.29.

⁴² Martin Rolshoven e Anja L. Oriol em *Hoteles Urbanos – Relajación y Diseño*, p. 9.

9. PISTAS PARA PENSAR A MEMÓRIA

Memoria Descritiva do Projecto

Quando se trata de um projecto com as características do Hotel Palácio Ribeira, em que existe uma componente muito forte de reabilitação e relação com o passado, aliada a uma contemporaneidade e uma exigência de tipologia e de projecto, deve ser gerado um pensamento multidisciplinar que conduza todo o processo. Procurou-se, numa primeira abordagem, compreender um palácio para incorporar um hotel; um exercício desenvolvido com base numa componente de investigação e desenho conjectural, já abordado neste trabalho.

Antes dos primeiros esboços, considerou-se pertinente a observação e análise de projectos de hotelaria com premissas semelhantes, cujo objectivo se centrou essencialmente na compreensão do funcionamento de um hotel, aliado à concepção de espaços que correspondem a programas precisos de arquitectura. Procurava-se chegar ao Programa para o Projecto a desenvolver, e foi a partir desta observação que a sua elaboração foi possível, e a partir do qual se coordenou este trabalho.

As questões colocadas para o seu desenvolvimento foram cruciais para a sua elaboração. Tratou-se de perguntas-chave, que, ao guiarem o processo, permitiram chegar a um resultado final:

Que tipo de Hotel se pretende?

Que tipo de intervenção: representação da época, aliança à contemporaneidade?

Ampliação da área de intervenção?

Qual o segmento de mercado que se pretende atingir?

Que tipo de serviços são prestados?

Qual a relação directa dos serviços externos do Hotel?

Qual a viabilidade económico-financeira?

Desta forma, a elaboração do Programa teve em consideração os seguintes: a decisão inicial do segmento de mercado, o número de suites como resposta à componente económico-financeira de um projecto desta dimensão, tipos de dependências e serviços (com conhecimento do local de implantação e da oferta existente nas imediações do Hotel), áreas e funções, e, por último, decisões de carácter operacional (estacionamento de veículos, transporte de bagagem, *room service*, tipo de dimensão dos quartos, cargas e descargas).

9.1 Programa Proposto

Segmento de Mercado (Cliente-Alvo)

Congressos
Turismo de Cidade
Eventos / Comemorações

Tempo de Permanência

Tempo Duração Eventos / Congressos
Fins-de-semana Prolongados – Feriados

Área de Hospedagem

Suite de Excepção (Suite Premium) A
Área a Definir em Estudo Prévio
Suite de Excepção (Suite Premium) B
Hóspedes com mobilidade condicionada
Suite de Excepção (Suite Premium) C
Área a Definir em Estudo Prévio
Suites Standard (Quartos Duplos)
Área 60-80m²
Serviços
Apoio Serviço Quartos
Circulações
Saídas Emergência

Áreas Públicas e Sociais

Lobby
Salas (Estar, Leitura, Fumo)
Restaurante
Bar
Salão de Eventos

Áreas Administrativas

Recepção e Gerências
Marketing
Contabilidade
Recursos Humanos

Áreas Serviço

Luggage
Lavandaria
Vestiários
Manutenção
Depósitos

Áreas Alimento e Bebidas

Recebimento
Pré-Preparo
Câmaras Frigoríficas
Cozinha Principal
Cozinhas Secundárias

Áreas de Equipamentos

Quadros
Caldeiras
Casa de Máquinas
Área Técnica: Sistema Energético
Área Técnica: Sistema Aquecimento
Recolha Águas Pluviais

Serviços Exploração

Wellness

Áreas Circulação

Circulação Vertical Serviço
Circulação Vertical Social
Circulação Horizontal Serviço
Circulação Horizontal Social

Infra-estruturas

Electricidade
Informática
Base Dados

O hotel que aqui se descreve insere-se na tipologia de Hotel Histórico, de localização urbana. A natureza da sua edificação (edifício de significado histórico) traduz-se na concepção de um projecto cuja clientela preferencial varia entre executivos (dada a proximidade ao Centro de Congressos Lisboa) e turistas (turismo histórico, de cidade) com predominância variável de uns e outros.

A proposta passa por duas componentes: a primeira, a recuperação do Palácio Ribeira e a sua conversão para a função hoteleira, respeitando a essência do edifício primitivo, e trabalhando a memória não na procura de revivalismos e de mimetismos, mas numa referência ao passado do edifício. A segunda proposta nasce como resposta à componente económica de um projecto desta dimensão; ao optar-se por soluções de natureza historicista, de referência à memória da habitação setecentista no edifício pré-existente, concluiu-se que o número de suites ali presentes não seria suficiente para o investimento que a proposta obrigaria, e que dificilmente traria o retorno financeiro exigido a uma intervenção com estas premissas. Assim, o novo edifício procura dialogar com o primeiro sem se impor a ele, a responde funcional e financeiramente ao que seria exigido por uma hipotética entidade investidora⁴³. Nesta proposta de projecto procurou-se assim fazer com que a intervenção contemporânea tornasse a sensação de passado ainda mais viva.

9.2 Ideias de Estruturas no Projecto

Conhecer a história do edifício e as intervenções sofridas, e uma vez que não existe um Relatório Estrutural (essencial num Projecto com estas características, para uma melhor compreensão do estado da estrutura existente), foi essencial para uma tentativa de análise estrutural do objecto de intervenção. Esta análise foi feita de forma empírica apoiada no método de observação directa (com apenas duas visitas ao imóvel), e na leitura das Plantas de Levantamento fornecidas. Desta forma, foi possível verificar que as intervenções sofridas ao longo da história do edifício contribuíram para o seu estado actual de degradação.

⁴³ *Para um empreendimento ser considerado viável economicamente, ele deve proporcionar uma remuneração do capital investido igual ou acima da remuneração oferecida pelo mercado (custo de oportunidade). (...) A avaliação da viabilidade de um empreendimento hoteleiro passa por uma serie de decisões tomadas progressivamente: grandeza do investimento, o tipo de hotel que se pretende implantar, seu tamanho aproximado e local.* Nelson Andrade, Paulo L. Brito e Edson W. Jorge em *Hotel: Planejamento e Projecto*, p.33.

Característica da época da sua construção, a estrutura autoportante de pedra alia-se à taipa de fasquio⁴⁴, argamassas e cal hidráulica, bem como à madeira (ao nível de pilares, paredes secundárias, tectos e pavimentos, e cobertura), que, apesar da resistência e durabilidade que a caracteriza, se encontra já no limiar da resistência. Além disso, verifica-se que o nível freático das marés do Tejo influenciou o estado da construção inicial, graças ao efeito da capilaridade nas paredes do piso térreo.

No entanto, à estrutura pombalina, nomeadamente às paredes estruturais em pedra, foram feitas intervenções posteriores em betão armado, em diversos pontos do edifício, e de forma aparentemente aleatória, fruto não só de tentativas de *restauro e conservação*, mas no sentido de adequar o edifício às funções que lhe foram sendo atribuídas. Assim, na ausência de um Relatório Estrutural, surgem de imediato algumas questões que devem ser respondidas na fase de Estudo Prévio, sendo a primeira a questão essencial da Reabilitação de Edifícios Antigos; a autenticidade e a durabilidade do Projecto de Arquitectura aliada ao imóvel patrimonial.

Em obras de recuperação em que nos deparamos com a existência de dois tipos de estruturas que são incompatíveis uma com outra (como é o caso), há que analisar a situação de forma cuidadosa. No Palacete da Ribeira Grande é notória a forma como o betão existente nos pisos superiores e na cobertura está a provocar danos na estrutura inicial, que se reflecte num assentamento diferenciado das fundações e numa fissuração acentuada nas paredes. O peso que o betão submete na construção inicial – as estacas de madeira têm um peso consideravelmente inferior – provoca fenómenos de encurvadura frequentemente associados a situações de colapso. Assim, todo o betão deve ser retirado, antes de serem criadas as condições para restauro e recuperação do edifício. E tratando-se de uma estrutura perimetral autoportante, a nova intervenção deve ser feita preferencialmente recorrendo-se a estruturas metálicas, que, entre outras, têm a vantagem de serem mais resistentes e simultaneamente mais leves, às quais é aliada a componente de pré-fabricação, permitindo uma obra mais rápida e mais limpa, sem danos para a pré-existência.

⁴⁴ *Técnica de construção de paredes interiores e exteriores, apenas utilizada para os andares superiores ao rés-do-chão, que é sempre feito de alvenaria de granito aparelhado. Estas paredes compõem-se de uma estrutura feita com tábuas de madeira, colocadas na vertical e sobre as quais se prega um segundo pano de tábuas na diagonal, travadas por último, com ripado horizontal, o fasquio.* Vasco Pereira (2005). *Materiais e Técnicas Tradicionais de Construção*. Monografia. Série Recuperação. Faculdade de Ciência e Tecnologia - Universidade Fernando Pessoa, Porto. 113 pp.

9.3 Iluminação

A iluminação é factor de sucesso ou insucesso de determinado espaço. No caso específico de um hotel, existem diversos estudos relevantes, que servem como referência ao tipo de iluminação a aplicar nos diferentes ambientes que compõem um espaço hoteleiro. (Anexo II – 01)

A iluminação num Hotel de Charme deve conseguir reproduzir os ambientes e as características inerentes a um espaço que se caracteriza pelo seu valor patrimonial, num edifício com um carácter especial, histórico, onde se procura aliar a contemporaneidade a detalhes de uma época passada. O Ribeira Grande Hotel de Charme será um espaço actual, desenhado sobre um edifício que revela todas as características do tempo que sobre ele passou. Desta forma, a iluminação deve contribuir para que a mensagem que se pretende passar seja feita de forma bem sucedida; não se pretendem revivalismos, pretende-se a compreensão de uma história. A atmosfera de época deve ser sentida através dos materiais e da luz, mas nela deve estar representada a intervenção dos dias de hoje.

Comparativamente, existe uma clara diferença na iluminação de um Hotel Contemporâneo, o chamado Design Hotel, para um Hotel de Charme. No primeiro verificamos uma tendência para uma iluminação mais directa, no segundo, pretende-se-á, de forma equilibrada mas bastante frequente, uma iluminação indirecta e controlada.

Dentro do universo de utilizadores de um Hotel de Charme, foi intenção de Projecto a concepção de um edifício hoteleiro onde a exclusão não exista; todos os utilizadores devem sentir que este Hotel foi desenhado para eles, sem excepção. Assim, perante esta premissa, conclui-se que a iluminação é essencial para obtenção deste propósito, se a ela for aliada uma sinalética competente. Trabalhar a comunicação do espaço por si próprio através de elementos claros e precisos, que estejam colocados não só em posições estratégicas, mas aos quais seja feito, através da arquitectura e da iluminação, um destaque coerente e constante.

9.4 Conforto Ambiental

Em qualquer projecto, o conforto ambiental é um factor que desempenha absoluta relevância, dado que se trata de um edifício público com características de espaço privado; o utilizador sente, durante o momento de estadia, uma noção de apropriação e de pertença ao ambiente em que se encontra. Desta forma, é essencial que em determinados espaços do edifício, nomeadamente nas suites e nos quartos, o conforto seja levado a um expoente máximo de cuidado. Por outro lado, tratando-se de um edifício composto por um diverso número de dispositivos espaciais, cada qual com características e exigências de conforto distintas, o conforto ambiental em hotelaria revela-se uma questão complexa, em que o AVAC desempenha um papel fundamental, desde o momento em que o utilizador atravessa o Lobby, até ao *check-out*. *Todos os sistemas e as instalações de um hotel devem funcionar ininterruptamente, durante 24 horas por dia, todos os dias, o ano todo. (...) O sistema de ar condicionado e ventilação tem por objectivo o estabelecimento de todas as condições de conforto em todas as dependências sociais do hotel, além dos apartamentos. Esse sistema deve garantir também condições adequadas de temperatura e humidade relativa e/ou a renovação do ar nas dependências destinadas ao armazenamento de produtos, às áreas de serviço e às áreas de apoio ao pessoal de manutenção e operação do hotel.*⁴⁵

Assim, no processo de desenvolvimento do exercício projectual, a importância dada a espaços de gestão deste tipo de equipamento deve ser tida como fulcral; a sua localização responderá a um funcionamento eficiente, e deve ser pensada em locais próprios, de fácil acesso para manutenção e montagem, permitindo uma boa integração na arquitectura. Em conjunto com os outros equipamentos essenciais para uma boa gestão e manutenção de um edifício hoteleiro, o AVAC encontra-se na chamada Área de Equipamentos ou Área Técnica, que corresponde às instalações centrais dos diversos sistemas presentes no edifício. O projecto em questão desenvolve-se em dois edifícios distintos, com características construtivas muito diferentes. Desta forma, a localização destes espaços teve que ser pensada de acordo com essa premissa; no que ao edifício novo diz respeito, e uma vez que é construído de raiz, tornou-se mais simples o estudo e a concepção das áreas técnicas em questão. Quando se trata de uma recuperação, o processo torna-se mais complicado, dada a dificuldade em gerir a componente acústica deste tipo de edifícios. *No projecto*

⁴⁵ Nelson Andrade, Paulo L. Brito e Edson W. Jorge em *Hotel: Planejamento e Projecto*, p.168.

dos sistemas de ar condicionado e ventilação é fundamental levar em consideração os problemas relacionados com o ruído, a vibração e a manutenção, além do consumo de energia e a confiabilidade dos sistemas⁴⁶. Assim, a opção projectual passou por dividir as áreas técnicas do edifício em duas localizações distintas, o que permitindo assim um resultado mais eficiente.

9.5 Design

Num Projecto que se pretende de luxo ou de charme, o design tem que vir mais intrincado que em qualquer outro, desde a ergonomia pensada no desenho de lances de escadas, à própria questão do design inclusivo, que surge não como contraditório ao “exclusivo/único” mas como inclusivo de todo o tipo de utilizadores. Pormenores como uma porta demasiado pesada para um idoso ou uma criança, uma torneira demasiado alta para um utilizador em cadeira de rodas, uma rampa demasiado íngreme para a força de dois braços, tudo isto são considerações de Designer que devem absolutamente ser também do Arquitecto.

Porque o que caracteriza o charme está absolutamente ligado a um ambiente com características distintas e especiais, e o que caracteriza o luxo não é necessariamente a ostentação. É o fim em si mesmo; um projecto que, de forma integrada e “invisível” responda a todas as necessidades – e problemas – que possam dele surgir. Porque o Design tem um defeito; só é visível, quando não existe⁴⁷.

No que respeita ao objecto, considera-se que a sua integração no Projecto de Arquitectura é essencial, se não das mais importantes componentes a ponderar, responsável pela materialização do espaço mas, acima de tudo, pelo conforto transmitido pelo mesmo. Pode tratar-se de equipamento fixo ou de mobiliário; é a mais primária forma de contacto entre o ambiente e o utilizador. Desta forma, o pensamento que rege a escolha dos objectos (fixos e móveis) em espaços hoteleiros é da maior importância, nomeadamente pela avaliação da qualidade dos seus materiais acabamentos.

O equipamento a complementar a arquitectura procurará relacionar-se com uma atmosfera de época (século XVIII), mas com uma tendência contemporânea; não

⁴⁶ Nelson Andrade, Paulo L. Brito e Edson W. Jorge em *Hotel: Planejamento e Projecto*, p.178.

⁴⁷ *Good design enables, bad design disables*. Declaração EIDD Estocolmo 2004

se pretende aqui criar mimetismos, num edifício cujas intervenções constantes tenderam a uma descaracterização.

Ao longo do século XVIII, vão existir três períodos distintos na história dos ambientes e do mobiliário: Louis XIV, Regência (período de transição) e Louis XV, demonstrando assim que a França era o ponto principal de influência. As principais características ao nível do mobiliário são a utilização da madeira folheada (trabalho com veios da madeira, num jogo de padrões de acordo com a combinação desses veios) e a importância conferida a elementos metálicos, nomeadamente o bronze e o ouro: puxadores, pés, *chutes* (reforço dos cantos dos móveis: representações femininas denominadas *espagnolletes*), e fechaduras.

No que respeita às épocas anteriores a evolução dos espaços demonstra uma maior procura de conforto que se vai traduzir na evolução dos móveis entre os reinados de Louis XIV e XV, à medida que se desenvolvem, a nível formal, das linhas rectas para linhas mais curvas e sinuosas, usadas até às últimas consequências, num sentido antropométrico de procura desse conforto. Vive-se o Barroco e o Rococó. Desta época, destacam-se peças-chave: a secretária, a consola, a cómoda e diversos modelos de cadeiras (*Fauteuil, Bèrgere, Fauteuile Cabriolet, Voyeuse, Canapé, la Duchesse* ou *Chaise-longue Brisée*). (Anexo I - Figura XIII)

Na visita ao Palácio Ribeira fomos informados que no que respeitava a equipamento, decoração e inclusivamente azulejaria, os poucos exemplares que restavam na altura da aquisição (o Palácio pertence actualmente a um grupo privado), e que não foram, ao longo dos anos, destruídos ou dados como desaparecidos, terão sido protegidos e armazenados para a sua integração futura.

No decurso desta investigação foram encontradas referências a quadros de artistas nacionais (existentes na Capela), a azulejaria e a equipamento que, a existirem, seriam uma componente essencial para o Projecto em questão. Alguns exemplares foram referidos pela Arquitecta Fernanda Castelo, que, no decurso do seu trabalho os documentou, no sentido de se proceder à sua protecção e conservação. Parte desse equipamento servia a função escolar e não se adaptaria naturalmente a um hotel de charme. No entanto, o conceito de hotel como este aqui proposto, onde se procura manter a memória de um passado, permite e exige que sejam aliada à intervenção contemporânea, nomeadamente à decoração, exemplares eruditos de equipamento da época; antiguidades que, neste tipo de projectos, envolvem também um elevado capital de investimento. Parte do espólio fotografado adaptar-se-ia perfeitamente. (Anexo I - Figura XIV)

9.6 Pré-Existência: Palácio Ribeira

O ambiente que se procurou conceber no antigo Palácio dos Condes da Ribeira passou por intervir no edifício respeitando a sua importância patrimonial, mas sem nunca camuflar ou falsear a intervenção contemporânea⁴⁸. Procurou-se distingui-lo do edifício novo pelos ambientes diferenciados, sem a estandardização característica das grandes cadeias de hotéis.

Assim, e através do estudo da habitabilidade setecentista aplicado a um novo uso de habitação temporária contemporânea, mantiveram-se os conceitos de apartamento que caracterizava a habitação da época em questão, resultando assim num número reduzido de quartos, transformados naturalmente em suites, cujas áreas generosas e ambientes que primam pela diferenciação e excepção procuram remeter o utilizador para a habitabilidade do passado, mas onde se assume a intervenção contemporânea.

A própria intervenção passou, assumidamente, por isso mesmo. Num programa de hotel recuperou-se o que se considerou económica e culturalmente viável e procurou-se uma viabilização que satisfizesse os níveis de exigência da actualidade, no que diz respeito a conforto, segurança e funcionalidade⁴⁹.

A salvaguarda de um monumento ou de um edifício histórico passa pela manutenção do seu valor tecnológico, isto é, pela preservação dos materiais e técnicas construtivas utilizadas, e por extensão do funcionamento estrutural original⁵⁰.

O Programa do Palácio Ribeira reflecte o pensamento acima descrito, tendo sido opção deste projecto dar resposta a outras componentes funcionais no edifício contemporâneo, no sentido de preservar ao máximo a estrutura original, que seria prejudicada se espaços funcionais como áreas técnicas e infra-estruturas necessárias a um projecto hoteleiro fossem aqui instalados.

⁴⁸ (...) a camuflagem de intervenções profundamente transformadoras sobre uma capa de aparente respeito patrimonial, demolindo a base da conservação urbana, ou seja, a preservação da tipologia fundiária, procedendo a anexações cadastrais, e camuflando tudo isto por detrás de um despidorado fachadismo. José Aguiar em *A Cidade do Futuro já Existe Hoje*, p11.

⁴⁹ Um monumento terá sempre que satisfazer exigências básicas de natureza funcional, de conforto, de saúde e de segurança para os seus utilizadores ou visitantes. José Aguiar em *Memória, Cidade e Projecto*, p.8.

⁵⁰ Victor Córias em Editorial. *Pedra & Cal* revista trimestral de Conservação do Património Arquitectónico e da Recuperação do Edificado nº 29.

Ao Palácio ficam associados os espaços públicos e as características de charme, nomeadamente o Restaurante e o Bar, as Salas, a Capela e os Salões de Eventos, bem como a hospedagem com características exclusivas, já referidas. A área necessária à gestão e administração de um Hotel com estas características é também associada à pré-existência, no edifício a ocidente da capela, que, ao criar a divisão dos dois edifícios pré-existentes, permite a individualização de funções inerentes a cada um.

As áreas técnicas existentes no edifício dizem respeito apenas às exigências do seu bom funcionamento, ou seja, à instalação de equipamentos de tratamento de ar, e localizam-se no último piso do edifício, com acesso exclusivo para manutenção.

9.7 Pormenores a Conservar

A par do projecto de conservação e restauro aliado à conversão do Palácio Ribeira para hotel de luxo com características de charme, considera-se pertinente destacar alguns pormenores que, por todo o edifício, se mantiveram (em melhor ou pior estado) resistentes à passagem do tempo e à negligência. Serão esses elementos os responsáveis pela preservação da memória do lugar, e a intervenção que se propõe exigiria naturalmente mão-de-obra especializada, no sentido de respeitar os materiais e a sua substância histórica original. (Anexo I - Figura XV)

- Vãos guarnecidos com mísula, em pedra de lioz;
- Escadaria principal;
- Janelas com guarnecimentos de cantaria
- Portas e portadas de madeira guarnecidas com molduras e bandeiras
- Grades de ferro (ventilador de tecto do Salão Nobre) e guardas (escadaria principal, varandas, balcões)
- No primeiro piso do edifício a ocidente (Século XIX):
 - Sala dos flamingos
 - Lambrins de Azulejos nas salas de estar
 - Fogão de sala integrado em lambrim
 - Tectos e portas envidraçadas

Seria igualmente impreterível a realização de uma limpeza de fachadas e das cantarias, bem como a pintura exterior e de todos os gradeamentos. Este processo faria naturalmente parte do processo de obra, mas considera-se pertinente a sua referência, uma vez que é trabalho do Arquitecto não só o respeito pela natureza dos elementos que caracterizam o edifício em questão, mas acima de tudo o pensamento de conservação dos mesmos, quando exista viabilidade para tal.

O destaque de um projecto desta natureza é feito em todos os momentos da intervenção, o que inclui naturalmente a forma como o edifício comunica com a sua envolvente exterior. No caso da Rua da Junqueira, onde é feita a entrada principal do hotel, pretendeu-se um destaque através da intervenção nessa fachada, propondo-se uma nova cor para o edifício.

A questão da cor nas cidades históricas é um tema de grande debate na actualidade, no qual existem naturalmente diversas teorias. Uma delas é a de que se deve defender a todo o custo a cor original das cidades históricas. Sem uma análise competente às paredes exteriores do edifício, é impossível concluir a cor original da sua fachada setecentista. No entanto, é facto conhecido que Lisboa não seria branca e monocromática como, durante tantos anos, se acreditou ser⁵¹. Esta investigação concluiu ainda, ao analisar os documentos que compunham o processo do imóvel no Arquivo Municipal de Lisboa (já referido neste trabalho), que o edifício teve intervenções na sua fachada, tendo a sua cor sofrido alterações para variações entre o *grenat* e o rosa claro. Esta intervenção pretende afirmar o edifício na sua envolvente pardacenta que hoje caracteriza a Rua da Junqueira, destacando-o dos edifícios vizinhos, referenciando-o no panorama de Belém e do Tejo, e recuperando a memória setecentista da sua construção. E sem estudos à policromia existente sob as camadas de tinta centenária, propõe-se assim a alteração da sua fachada, hoje com uma tinta descolorada pelo tempo, para o azul-barroco, precisamente pela identificação da época da sua construção. (Anexo I - Figura XVI)

⁵¹ (...) *A justificação histórica do branco – enquanto cor global na (e da) cidade de Lisboa – parece em geral residir na sua frequente referência por antigos viajantes, escritores e pintores (sobretudo os anteriores ao século XVIII). É evidente que numa região onde os calcários abundam o branco da cal sempre foi frequente no casario, sobretudo o mais pobre. No entanto a ideia de Lisboa cidade branca deriva igualmente do ardor de uma luz intensa e amplificada pelo espelho do Tejo que, associada aos efeitos da distância da observação (...). Nesta cidade sabemos hoje ter abundado o policromatismo, proliferando as técnicas decorativas exteriores, como os esgrafitos, os trabalhos de massa e os fingidos.* José Aguiar em *Sobre a Cor Escondida das Cidades Históricas Portuguesas e o Particular Caso do Palácio de Queluz*, 2002, p.3– 4.

9.8 Fase de Execução no Palácio Ribeira: Suite de Mobilidade Condicionada

Conceito proposto: uma segunda pele; percorrer o espaço, sentir o contraste; compreender a história, deslizar entre o ontem e o hoje.

O ambiente da suite pretende retratar e evidenciar um distanciamento significativo entre a existência e a intervenção resultante das opções seguidas. No entanto, e porque essas opções marcam sempre o resultado final, pretendeu-se mostrar as diferenças através do olhar e do tacto. A forma escolhida para concretizar o objectivo pretendido foi utilizar uma segunda pele, a intervenção contemporânea, e corredores que a circundam; dessa forma, o utilizador percorre todo o espaço com contacto permanente entre os dois tempos e as duas materialidades.

No que refere a vestígios do passado, este espaço sofreu (como tantos outros no Palácio), além das intervenções já referidas, outra que se caracteriza não só pela invasão mas acima de tudo pelo desrespeito ao património construído. Os vestígios do passado que se encontrariam neste espaço estão actualmente sob a camada de tinta de graffiti, cuja remoção provocaria a perda de substância histórica, não sendo por isso possível a sua recuperação⁵². (Anexo I - Figura XVII)

O quarto destinado a utilizadores com mobilidade condicionada é o mais amplo possível, a fim de facilitar a circulação e a autonomia. O segundo quarto, de menor área, reflecte mais o conceito de ligação passado-presente, graças a um ambiente *clean* e contemporâneo, inserido num contexto de alcova do século XVIII. (Anexo I - Figura XVIII)

9.9 Nova Intervenção

O novo edifício procura relacionar a intervenção contemporânea à linguagem do passado, sem nunca competir com o edifício principal, mas em estreita ligação a ele, numa linguagem contemporânea de linhas sóbrias e discretas que em comparação com a arquitectura do palácio, se tornam difusas, proporcionando-lhe todo o destaque. (Anexo I - Figura XIX)

⁵² (...) A sua remoção implica sempre perda do material constitutivo ou a alteração permanente das características físicas e químicas. José Aguiar em Cor, Espaços Públicos, o Moderno e a Cidade Histórica. Artigo para Cadernos e Edifícios, 2005, p.12.

Como já foi referido, a sua concepção/proposta surge com dois objectivos: o primeiro, como resposta a uma componente económica, no sentido do projecto poder oferecer um número de quartos que o tornasse financeiramente viável. O segundo, no sentido de responder às exigências funcionais que um projecto hoteleiro exige, nomeadamente no que respeita às áreas técnicas para o seu funcionamento, áreas de serviço e áreas de lazer.

Às sete suites de excepção propostas para o edifício do palácio aliam-se assim vinte e nove quartos duplos de áreas generosas, permitindo responder a dois tipos distintos de clientela, com conceitos de habitabilidade relativamente diferentes, mas que num todo permite uma resposta de projecto mais bem sucedida. O objectivo mantém-se; continua a tratar-se de um *boutique hotel*, com número reduzido de quartos (comparativamente às grandes cadeias hoteleiras), o que permite um tratamento diferenciado na relação *staff* - hóspede.

O programa do edifício contemporâneo responde às principais componentes de serviço de um hotel desta escala em diversas funções: estacionamento, uma questão projectual obrigatória a resolver, dado tratar-se de uma zona urbana com pouca resposta a essa componente, e uma vez que se sabia à partida que o Plano de Pormenor elimina o estacionamento do Centro de Congressos. Desta forma, resolve-se também a questão da zona das cargas e descargas diárias associadas ao esquema de serviços. Na mesma cave funcionam os depósitos das águas do complexo, desde as caldeiras, à recolha e tratamento das águas do *Wellness*, e recolha das águas pluviais, uma muito pequena pegada ecológica, mas que permite aliar a sustentabilidade ao projecto de arquitectura. Essa mesma pegada ecológica reflecte-se na cobertura do edifício, onde existe a possibilidade de instalação de painéis solares para aquecimento das águas de todo o hotel.

O piso térreo deste edifício, que, apesar de estar à mesma cota do palácio, se encontra enterrado devido às cotas do jardim, faz a ligação entre os dois edifícios, e nele estão resolvidas todas as áreas de serviço: áreas de pessoal (vestiários, instalações sanitárias, quartos, sala de descanso e copa), áreas técnicas (AVAC, Quadros Eléctrico, Geradores de Emergência), lavandaria e arrumos. Optou-se também por associar alguns dispositivos secundários do *Wellness*, como gabinetes e vestiários, a este piso, separando convencionalmente esta zona das restantes, uma vez que os hóspedes acedem a estes espaços.

O primeiro piso, à cota do Jardim, relaciona-se com o Palácio pelo exterior, através de uma alameda sob o eixo criado pelo antigo lago. Esse eixo termina na zona

da entrada, onde o acolhimento ao hóspede está instalado, associado a uma pequena zona de estar, com bar, e onde é feita a recepção ao espaço do *Wellness*.

É também a partir deste espaço, numa zona mais recolhida do edifício, que surge a comunicação vertical entre os três pisos de hospedagem, através de um átrio generoso onde nasce um volume de escadas em caracol. Procurou-se neste elemento criar uma escala de arquitectura directamente associada ao conceito de escadaria de aparato existente no palácio, que cria a relação entre os pisos principais. Neste caso, o volume de escadas é criado numa linguagem contemporânea de luxo e magnificência, associando os pisos principais do edifício e resolvendo de forma eficiente a circulação pública dos mesmos, deixando para os dois volumes de escadas nos extremos das duas alas do edifício a função de serviço e de fuga de segurança. (Anexo I - Figura XX)

O espaço *Wellness* deste projecto situa-se num dos extremos do edifício, relaciona-se com o jardim, mas está confinado a uma área reduzida, numa localização de hotel urbano. A opção por um espaço *Wellness* foi uma ponderação que levou a uma investigação acerca destes espaços e da forma como, actualmente, são concebidos dentro de hotéis. Existe uma tendência para uma implantação de espaços, comumente e comercialmente designados como SPAs, dentro de edifícios de hotelaria, que, salvo raras excepções, podem realmente ser designados como tal. Daí que neste projecto o espaço em questão seja designado como *Wellness*; uma área onde existem dispositivos que permitem ao hóspede momentos de descontração e relaxamento, mas cujas características não equivalem às necessárias a um SPA, nomeadamente no que diz respeito à área exigida para tal função.

O enquadramento visual é reduzido, devido ao confinamento dos muros do complexo. A oferta passa por duas piscinas, uma interior e outra exterior, sauna, banho turco, gabinete de estética e de massagens; dispositivos que permitem um relaxamento pontual ao hóspede. Não foi intenção deste projecto a concepção de um *Resort SPA* ou de um *Hotel SPA*, que se focalize na existência de um espaço de área consideravelmente generosa, cujo programa arquitectónico permita a oferta de tratamentos específicos, associados a produtos de propriedades profilácticas ou terapêuticas, nem áreas de meditação e contemplação.

Procurou-se aliar ao conceito de hotel de charme, cuja habitabilidade passa pelo conforto, um espaço que, associado ao restante programa, permita que a oferta de serviços seja o mais completa possível, dentro do contexto urbano em que está inserido.

9.10 Fase de Execução:

Quarto Convencional

No novo edifício, os quartos não se caracterizam pelo ambiente de diferenciação e exclusividade que se propõe para as suites do Palácio Ribeira. O conceito das suites contemporâneas passa por uma standardização, ou seja, todas as suites são iguais na sua componente arquitectónica e decorativa, salvo as excepções das suites preparadas para hóspedes com mobilidade condicionada.

O conceito de habitabilidade que caracteriza as suites do palácio, e que se relacionam com a habitação setecentista é deixado “dentro” do Palácio. Aqui, o projecto de arquitectura teve em conta uma utilização diferente, com um grau de exigência naturalmente menor ao das suites de excepção, mas com a preocupação de igual qualidade no que refere a níveis de conforto, nomeadamente exposição solar, ventilação natural e artificial, iluminação artificial e, naturalmente, na escolha do mobiliário. Procurou-se, no entanto, aliar à contemporaneidade elementos que remetessem ao passado, através da leitura dos vãos e na escolha do equipamento. Desta forma, existem nestes quartos peças semelhantes às das suites de excepção; elementos contemporâneos com conceitos clássicos que relacionam os ambientes e permitem uma maior percepção de que se trata de um projecto conciso. Igualmente nas instalações sanitárias se manteve esse traço de unidade, na escolha dos equipamentos sanitários, igual em todas as suites e em todos os quartos.

Estes quartos são concebidos de acordo com a tipologia de apartamento-tipo que rege os quartos de hotéis contemporâneos: corredor de entrada e distribuição, através do qual se acede às instalações sanitárias, e ao qual está associado o *closet*, que termina num espaço de áreas generosas onde é conciliado um ambiente de quarto a uma zona de estar e de trabalho. Neste caso, todos os quartos têm associada uma varanda, virada a nascente-sul, com vista para o jardim e para o Palácio, numa procura de relação entre o passado e o presente. Esta forma de distribuição do espaço resulta de forma eficiente enquanto unidade e enquanto módulo repetido ao longo do edifício, permitindo resolver componentes técnicas como condutas de ventilação e courettes, e resolve eficientemente a circulação dentro do próprio hotel. (Anexo I - Figura XXI)

10. CONCLUSÕES

Verifica-se actualmente uma tendência para uma reabilitação de edifícios históricos para fins económicos e comerciais mais elevados, como é o caso de hotéis; não que se tenha perdido a capacidade de reconhecer a importância destes edifícios para espaços museológicos ou de galerias de arte, mas porque a sociedade começa a aperceber-se do potencial deste tipo de edifícios para outros fins, que respondem não só como economicamente viáveis, mas porque contribuem, em diversas componentes, para a regeneração urbana. Assim, considera-se benefício desta investigação não só a forma de intervenção projectual neste tipo de edifícios, mas a sua análise de viabilidade para um projecto de arquitectura, a par com outras disciplinas, como a História, a Economia, e a Sustentabilidade.

Sendo o objecto de estudo um edifício com características complexas na tipologia em que se insere, esta investigação poderá vir a ser apropriada, num carácter exemplificativo, para futuros projectos hoteleiros em edifícios históricos com características semelhantes, uma vez que aqui foram explorados modos de percepção, vivência e apropriação de diferentes espaços trabalhados pela Arquitectura de Interiores. Pretende-se assim com este trabalho que a Arquitectura de Interiores desempenhe uma função e uma responsabilidade social, ao contemplar soluções que reabilitam e integram todas as componentes existentes num estudo direccionado para a recuperação de uma arquitectura existente. Assim, consideram-se cumpridos os objectivos deste trabalho, orientadores para uma Proposta de Intervenção no Palácio Ribeira, um edifício cuja carga histórica e localização privilegiada na cidade de Lisboa pressupõem uma sensibilização para a problemática da intervenção em edificado construído, na sistematização de critérios de intervenção e no recurso a técnicas e processos de construção e reabilitação. Procurou-se igualmente demonstrar que reabilitar é o primeiro passo para uma cidade sustentável e viva, e que habitar um edifício histórico é a melhor forma de conservar as suas características e a sua memória, no sentido de compreender a arquitectura setecentista e a sua recuperação possível para usos actuais.

Conclui-se ainda que esta investigação, a servir de pretexto para outras ou inclusivamente a ser continuada, teria necessariamente que ser fundamentada com uma componente de investigação mais complexa; através da análise de tratados de arquitectura, destacando-se para o enquadramento do tema em questão, autores como Le Muet e Blondel.

11. BIBLIOGRAFIA

AAVV (2000), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da Cultura*. Edição Século XXI. Editorial Verbo. Lisboa – S. Paulo.

AAVV (1830), *Gazeta de Lisboa*. Impressão Régia. Lisboa.

Andrade, N., Brito, P. e Jorge, W. (2005), *Hotel: Planejamento e Projeto*. 8ª Edição. Editora Senac. São Paulo.

Aguiar, J. (s.d.), *Memória, Cidade e Projecto – Questões e Paradoxos na Conservação do Património Arquitectónico e Urbano*. I Congresso da Ordem dos Arquitectos. (texto cedido pelo autor)

Aldemira, L. (1937), *Um Ano Trágico: Lisboa em 1836 – A Propósito do Centenário da Academia de Belas Artes*. Academia Nacional de Belas Artes – Edição Subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura. Sociedade Nacional de Tipografia, Lda. Lisboa.

Araújo, N. (1970), *Inventário de Lisboa: Fascículo VII*. Ed. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.

Ariès, P. e Duby, G. (1989), *História da Vida Privada*. 2ª Ed. Afrontamento. Porto.

Ataíde, M. e Gonçalves, A. (1962), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa: Tomo III*. Junta Distrital. Lisboa.

Camesasca, E. (1971), *História Ilustrada de La Casa*. Ed. Noguer. Barcelona/Madrid.

Castelo, F. (1987), *Memória Descritiva do Projecto de Remodelação e Conservação (1ª Fase) da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira*. Para a Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos – Gabinete Técnico. Lisboa.

Eleb-Vidal, M. e Debarre-Blanchard, A. (1989), *Architectures de la Vie Privée - Maison et Mentalités: XVII^e - XIX^e siècles*. Archives d'Architecture Moderne. Bruxelles.

Leão, L. (1964), *Portas e Brasões de Lisboa*. Ed. C. Municipal de Lisboa. Lisboa.

Mesquita, M. (1998), *Metodologias para o Estudo do Habitar Setecentista: o Contributo da Tratadística e a Decifração dos Códigos Habitativos*. Em Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo *Geha* Ano I n.º 1, pp. 61-66.

Pereira, J. (1992), *Arquitectura Barroca em Portugal*, 2ª Edição. Biblioteca Breve, Volume 103. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa. Lisboa.

Pereira, V. (2005), *Materiais e Técnicas Tradicionais de Construção*. Monografia: Série Reabilitação. FCT - Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Pires, F. (2000), *Para uma leitura da arquitectura doméstica em Portugal: uma investigação sobre a produção de uma tipologia habitativa no séc. XIX português em Lisboa – o hotel Avenida Palace*. Tese de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

Rolshoven, M. e Llorella Oriol, A. (2004), *Hoteles Urbanos: Relajación y Diseño*. Ed. Loft Publications. Barcelona.

Sanches, J. (1970), *Belém do Passado e do Presente*. Separata do Jornal “Ecos de Belém” [s.n.] Lisboa.

Souto, M. (1963), *Uma Relíquia Setecentista em Vias de Desaparecer*. Em Revista dos “Amigos de Lisboa” *Olisipo* n.º 102 (Abril). Lisboa.

Thornton, P. (1986), *L’Epoque et son Style – La Décoration Intérieure: 1620 – 1920*. Ed. Flammarion. Paris.

Vidal, F. (1955), *Os Velhos Palácios da Rua da Junqueira*. Em Revista dos “Amigos de Lisboa” *Olisipo* n.º 71 (Julho). Lisboa.

Vigarello, G. (1985), *O Limpo e o Sujo: a Higiene do Corpo desde a Idade Média*. Capítulo terceiro: *Da Água que Penetra no Corpo à Água que o Reforça*. Editorial Fragmentos, Lda. Lisboa.

12. PERIÓDICOS

Aguiar, J. (1999), *A Cidade do Futuro Já Existe Hoje – Algumas Notas sobre Reabilitação Urbana*. Em Revista de Construção *ATIC Magazine*, n.º 24. Lisboa.

Aguiar, J. (2002), *Sobre a Cor Escondida das Cidades Históricas Portuguesas e o Particular Caso do Palácio de Queluz*. Em *Cadernos e Edifícios*, n.29. Ed. LNEC. Lisboa.

Aguiar, J. (2005), *Cor, Espaços Públicos, o Moderno e a Cidade Histórica*. Em *Cadernos e Edifícios*, Ed. LNEC. Lisboa

Cóias, V. (2006) Editorial. Em Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado *Pedra & Cal*, Ano: VIII, nº 29.

Duarte, R. (2004), *P01 Arquitectura: Sheraton Porto Hotel – Domínio do Espaço e da Luz*. Em revista de Arquitectura e Construção *Arquitectura e Vida*, n.º 53, pp. 64-71.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, N. (1993), *Peregrinações em Lisboa: Volume IX*. 2ª Ed. Vega. Lisboa.
- Cantacuzino, S. (1989), *Re/Architecture: Old Buildings/New Uses*. Ed. Abbeville. NY.
- Coutinho, M. (1999), *O Mobiliário Francês do Século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa
- Eleb-Vidal, M. e Debarre-Blanchard, A. (1987), *Art et Savoir de la Distribution des Habitations: les XVII^e et XVIII^e siècles*. Em revista de Arquitectura *Arch. & Comport. / Arch. & Behav.*, Vol. 3, n.º 2, pp.117-136
- Fernandes, J. e Fernandes, F. (2008), *SPAs, Centro de Talasso e Termas: Turismo de Saúde e Bem-Estar*. Gestão Plus Edições. Lisboa
- Lamas, A. (1922), *A Rua da Junqueira: Cartas compiladas e anotadas pelo Autor de algumas delas*. Tipografia do Comércio de Lisboa, Ed. Do Autor. Lisboa.
- Neufert, P. (2004), *Arte de Projectar em Arquitectura*. Editorial Gustavo Gili. Barcelona/Amadora.
- Povolide, Condessa (1959), *A Nossa Junqueira*, [s.n.] Aveiras de Baixo.
- Rizzi, R. (2003), *Civilization of Living: The Evolution of European Domestic Interiors*. Edizione Lybra Immagin. Milão.
- Rybczynski, W. (1990), *La Casa: História de Una Idea*. Ed. Nerea. Madrid
- Sanches, J. (1940), *Belém e Arredores Através dos Tempos*. Ed. Universal. Lisboa
- Weidinger, H. (2007), *Hotels in the Course of History*. Em Revista de Arquitectura *Detail – Hotels: Hotel Design* n.º 3, pp.154-156.

14. CIBERGRAFIA

<http://buzzonantiques.blogspot.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://vandm.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.kaboodle.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.restaurationdemeubles.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.authenticite.fr>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.jacquesvaitty.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.designparis.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.gazette-drouot.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.marieclairemaison.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.designboom.com>, consultado em Julho de 2009.

<http://www.monumentos.pt>, consultado a 5 de Fevereiro de 2010.

<http://www.igespar.pt>, consultado a 5 de Fevereiro de 2010.

<http://www.fibeira.pt>, consultado a 17 de Maio de 2010.

<http://www.construir.pt>, consultado a 17 de Maio de 2010.

<http://www.dn.sapo.pt>, consultado a 17 de Maio de 2010.

<http://pt.wikipedia.org>, consultado a 25 de Julho de 2010.

<http://www.ipmuseus.pt>, consultado a 25 de Julho de 2010.

<http://www.citi.pt>, consultado a 25 de Julho de 2010.

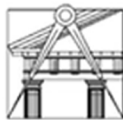
<http://www.parlamento.pt>, consultado a 25 de Julho de 2010.

<http://books.google.pt>, consultado a 25 de Julho de 2010.

<http://www.portaldahabitacao.pt>, consultado a 17 de Agosto de 2010.

<http://www.cm-lisboa.pt>, consultado a 17 de Agosto de 2010.

<http://ulisses.cm-lisboa.pt>, consultado a 17 de Agosto de 2010.



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA



RE - HABITAR O PALÁCIO RIBEIRA

Estudo do Habitar Setecentista Aplicado a Novos Usos:
Arquitectura Doméstica Temporária

VOLUME I

Joana Morais Gomes Cêra

Projecto para a obtenção de Grau de Mestre em

Arquitectura de Interiores

Orientador Científico: Professor Doutor Arqt.º José Afonso

Co-Orientador Científico: Professora Doutora Marieta de Morais Dá Mesquita

ANEXO I

Figuras

Lisboa, FAUTL, Dezembro 2010



Fig. I -1: Vista aérea de Alcântara e Rio Tejo. Fotografia sem escala – Google Earth.



Fig. I -2: Vista aérea da Rua da Junqueira, Belém. Fotografia sem escala – Google Earth.



Fig. I -3: Vista aérea do Palácio da Ribeira. Fotografia sem escala – Google Earth.



Fig. II -1: Palácio Ribeira, Alçado Sul (Rua da Junqueira). Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.



Fig. II -2: Palácio Ribeira, Alçado Sul (Rua da Junqueira). Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.



Fig. II -3: Palácio Ribeira, Alçado Sul (Rua da Junqueira). Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.



Fig. III -1: Palácio Ribeira,
Alçada Norte (jardim).
Fotografia cedida para fins
académicos pelo Grupo Fibeira
Engenharia e pelo Prof. Arqt.º
José Afonso.



Fig. III -2: Palácio Ribeira,
Alçada Norte (jardim).
Fotografia cedida para fins
académicos pelo Grupo Fibeira
Engenharia e pelo Prof. Arqt.º
José Afonso.



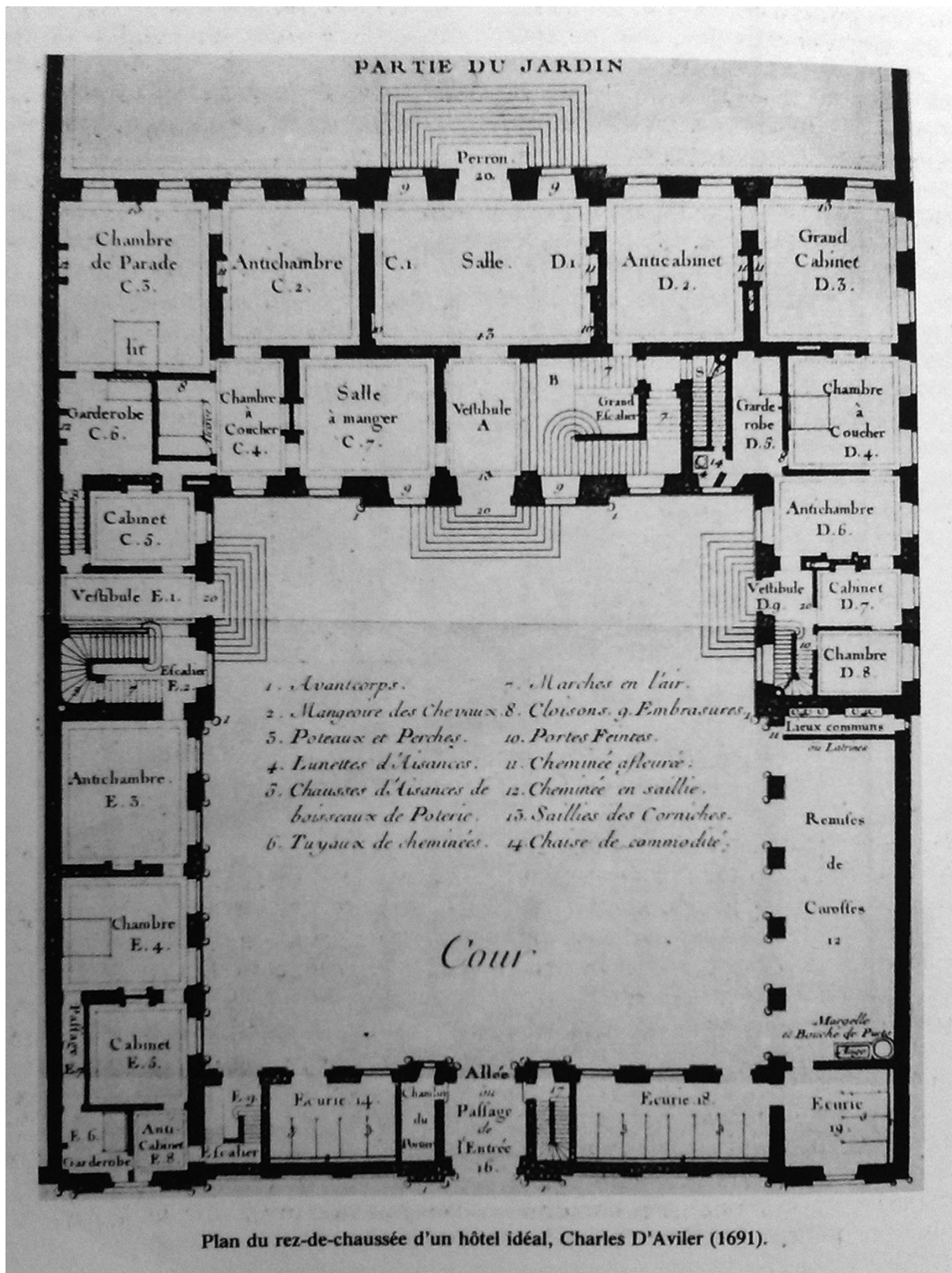
Fig. III -3: Palácio Ribeira,
Alçada Norte (jardim).
Fotografia cedida para fins
académicos pelo Grupo Fibeira
Engenharia e pelo Prof. Arqt.º
José Afonso.



Fig. IV-1: Planta Topográfica de Lisboa: fonte desconhecida, [s.d]. Imagem cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia.



Fig. IV-2: Planta Topográfica de Lisboa: Planta 6D, Lisboa 1909 in «Levantamento da Planta de Lisboa 1904-1911» C. M. Lisboa – Direcção Municipal de Cultura: Departamento de Bibliotecas e Arquivos – Arquivo Municipal de Lisboa.



Plan du rez-de-chaussée d'un hôtel idéal, Charles D'Aviler (1691).

Fig. V: Planta do rés-do-chão de um hotel ideal, de Charles D'Aviler in *Architectures de la Vie Privée: Maisons et Mentalités XVII – XIX Siècles* de Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, Bruxelles, 1989, p. 56.

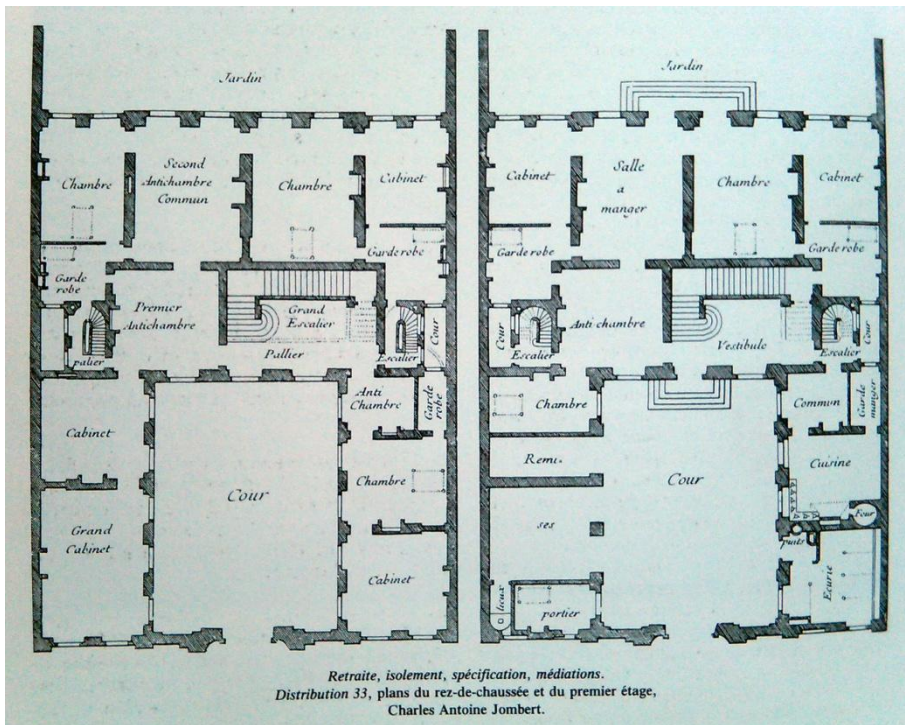


Fig. VI -1: Planta do andar térreo e do primeiro piso (andar nobre) de um palacete aristocrata in *Architectures de la Vie Privée: Maisons et Mentalités XVII – XIX Siècles* de Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, Bruxelas, 1989, p. 60.

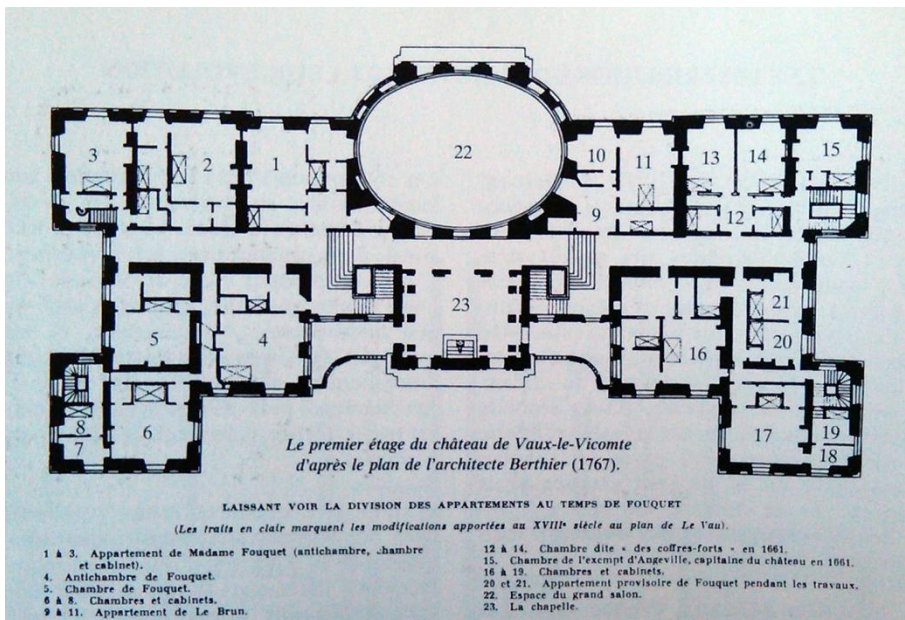


Fig. VI -2: Planta do primeiro piso (andar nobre) de um palacete aristocrata in *Architectures de la Vie Privée: Maisons et Mentalités XVII – XIX Siècles* de Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, Bruxelas, 1989, p. 62.



Fig. VI -3: Plantas do andar térreo e do primeiro piso (andar nobre) de um palacete aristocrata in *Architectures de la Vie Privée: Maisons et Mentalités XVII – XIX Siècles* de Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, Bruxelas, 1989, p. 60.

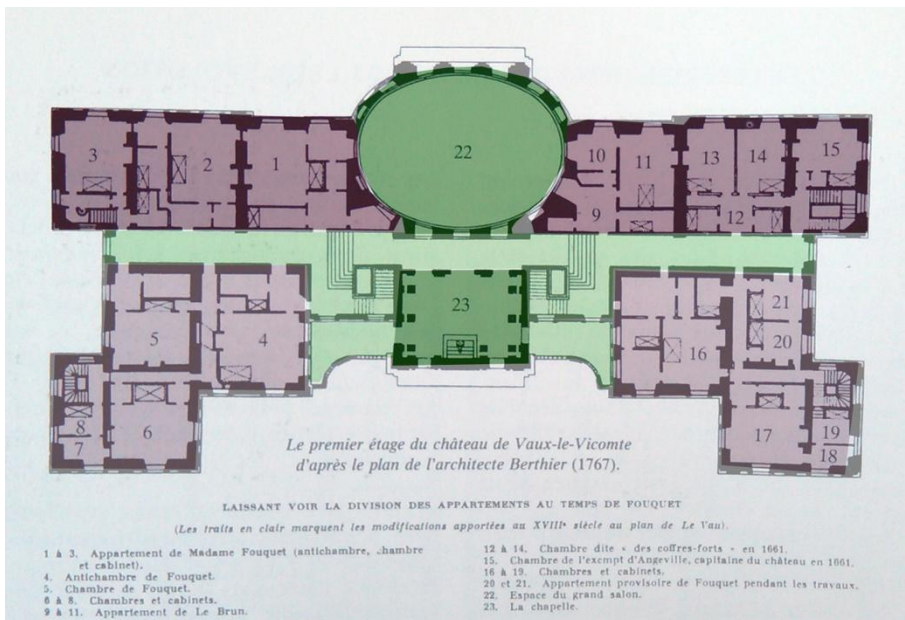


Fig. VI -4: Planta do primeiro piso (andar nobre) de um palacete aristocrata in *Architectures de la Vie Privée: Maisons et Mentalités XVII – XIX Siècles* de Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, Bruxelas, 1989, p. 62.

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Zonas de Serviço Circulação | <ul style="list-style-type: none"> Espaços de Recepção Espaços de Intimidade |
|--|---|



Fig. VII -1: Palácio Ribeira, entrada principal no piso térreo (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.



Fig. VII -2: Palácio Ribeira, entrada principal no piso térreo (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.



Fig. VII -3: Palácio Ribeira, da hall de distribuição do piso térreo (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.



Fig. VII -4: Palácio Ribeira, escadas de aparato entre o piso térreo e o andar nobre .
Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.

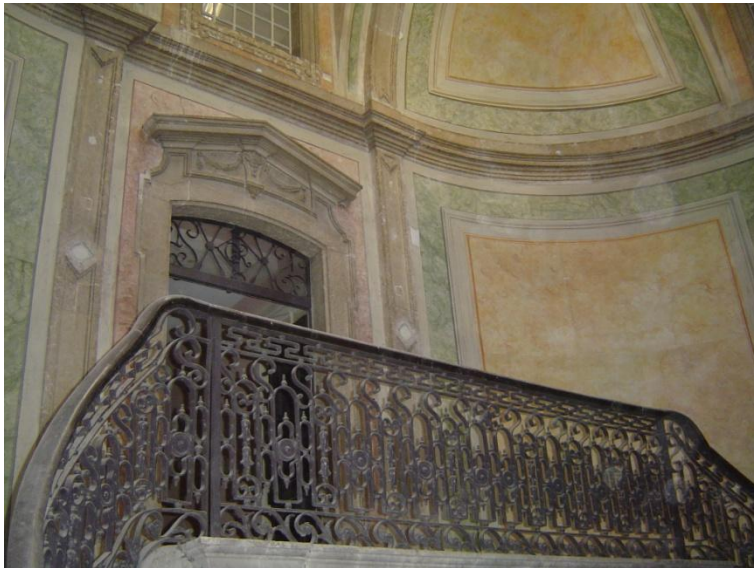


Fig. VII -5: Palácio Ribeira, escadas de aparato entre o piso térreo e o andar nobre.
Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.

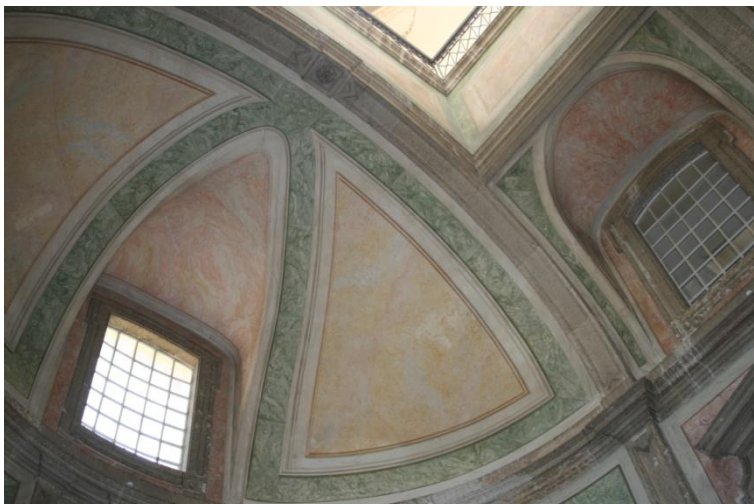


Fig. VII -6: Palácio Ribeira, da escadas de aparato entre o piso térreo e o andar nobre.
Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.



Fig. VII -7: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -8: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -9: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -10: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -11: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -12: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -13: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -14: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -15: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -16: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -17: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -18: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VII -19: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Sondagens *in loco*. Fotografia de autor.



Fig. VIII-1: Palácio Ribeira, Alçado Norte (jardim) entrada principal. Fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Fotografia de autor.

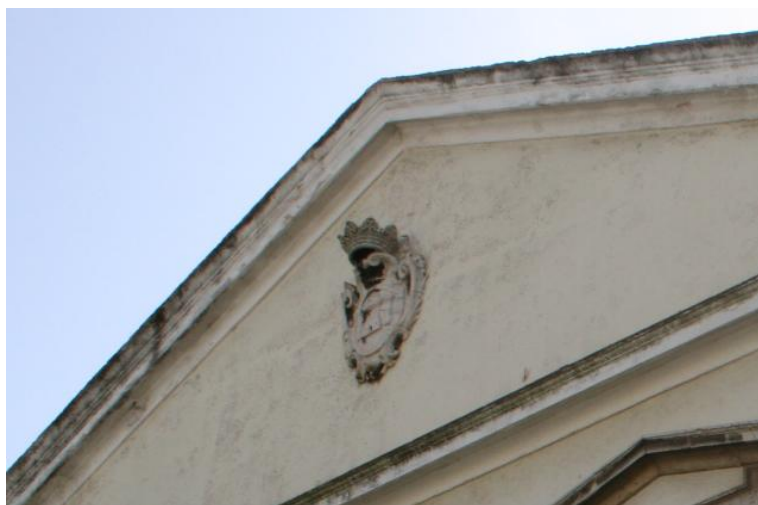


Fig. VIII-2: Palácio Ribeira, Alçado Norte (jardim) Brasão da Família Câmara. Fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2009. Fotografia de autor.

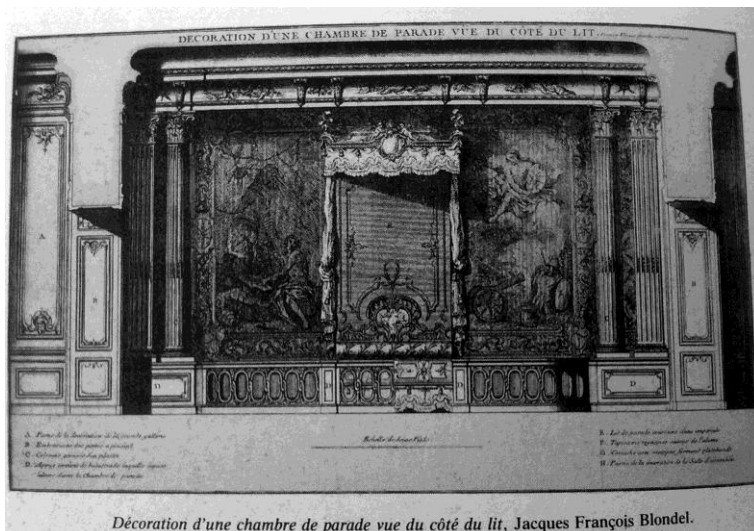


Fig. IX -1: Decoração de um quarto de aparato, Jacques François Blondel in *Architectures de la Vie Privée: Maisons et Mentalités XVII – XIX Siècles* de Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, Bruxelas, 1989, p. 50.

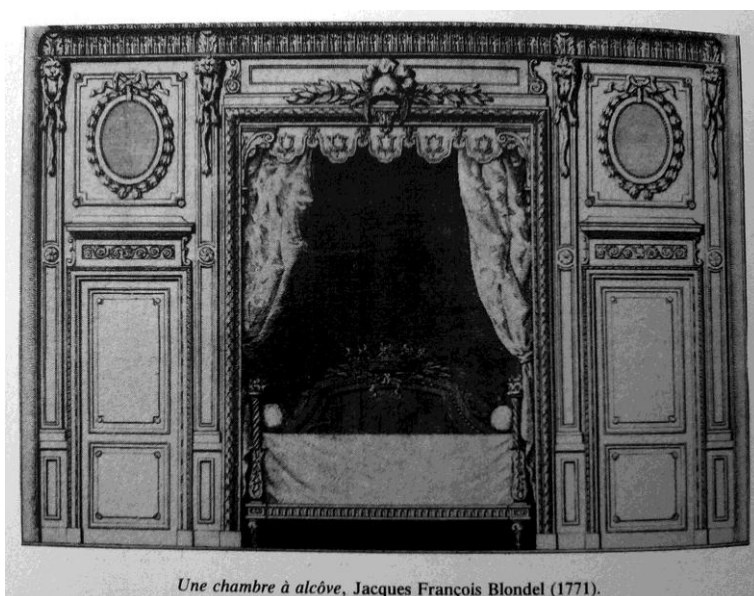


Fig. IX-2: Quarto com alcova, Jacques François Blondel in *Architectures de la Vie Privée: Maisons et Mentalités XVII – XIX Siècles* de Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, Bruxelas, 1989, p. 52.

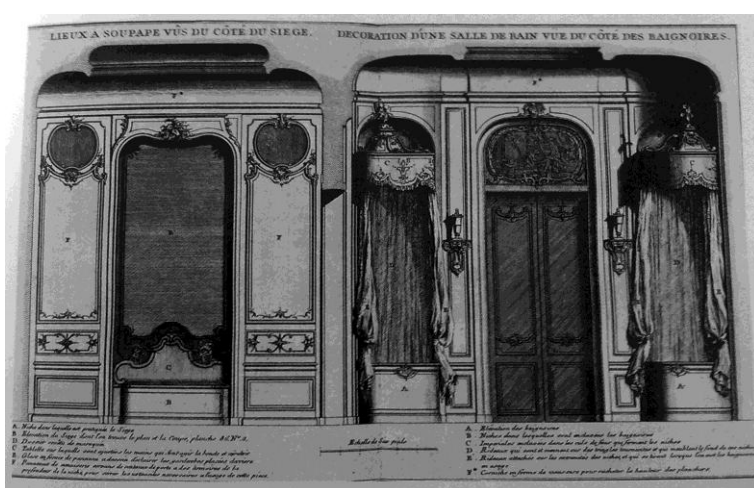


Fig. IX-3: Decoração de um quarto de banho in *L'Époque et son Style – La Décoration Intérieure: 1620 – 1920* de Peter Thornton, Paris, 1986, p. 115.



Fig. X -1 : Fotografia *in loco* de um pormenor construtivo, pela Arquitecta Fernanda Castelo . in Memória Descritiva da 1ª fase do Projecto de remodelação – recuperação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira. Lisboa, 1986.

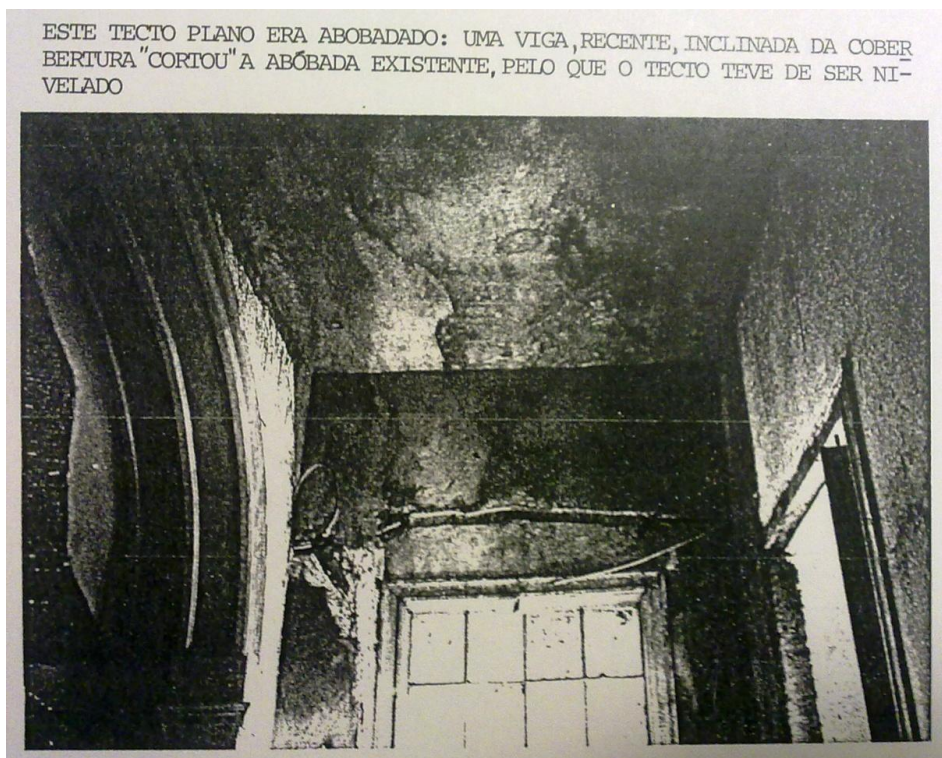


Fig. X -2 : Fotografia *in loco* de um pormenor construtivo, pela Arquitecta Fernanda Castelo . in Memória Descritiva da 1ª fase do Projecto de remodelação – recuperação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira. Lisboa, 1986.

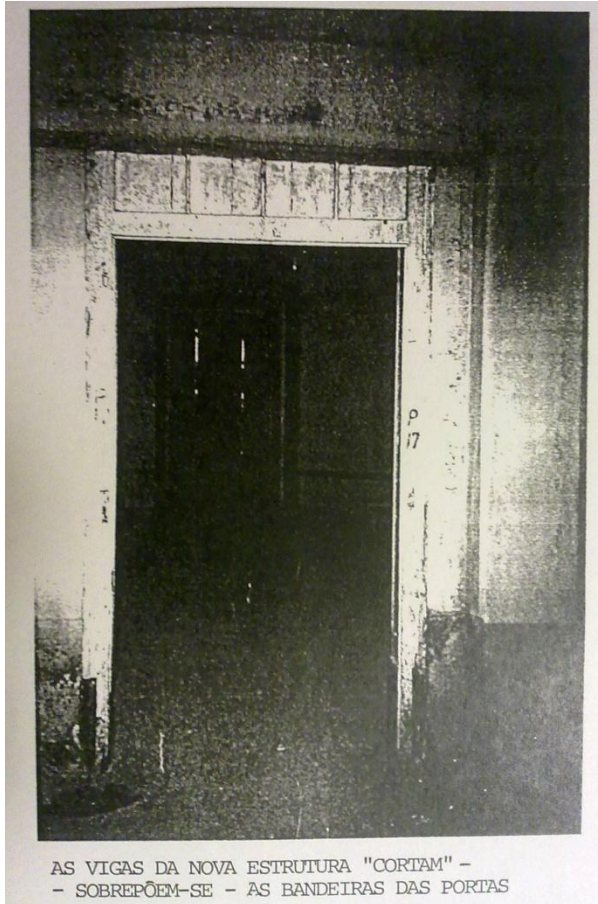


Fig. X -3 : Fotografia *in loco* de um pormenor construtivo, pela Arquitecta Fernanda Castelo .
in Memória Descritiva da 1ª fase do Projecto de remodelação – recuperação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira. Lisboa, 1986.



Fig. XI: Fotografia *in loco* da intervenção no pátio do piso térreo, pela Arquitecta Fernanda Castelo. Fotografia cedida para fins académicos pelo Grupo Fibeira Engenharia e pelo Prof. Arqt.º José Afonso.

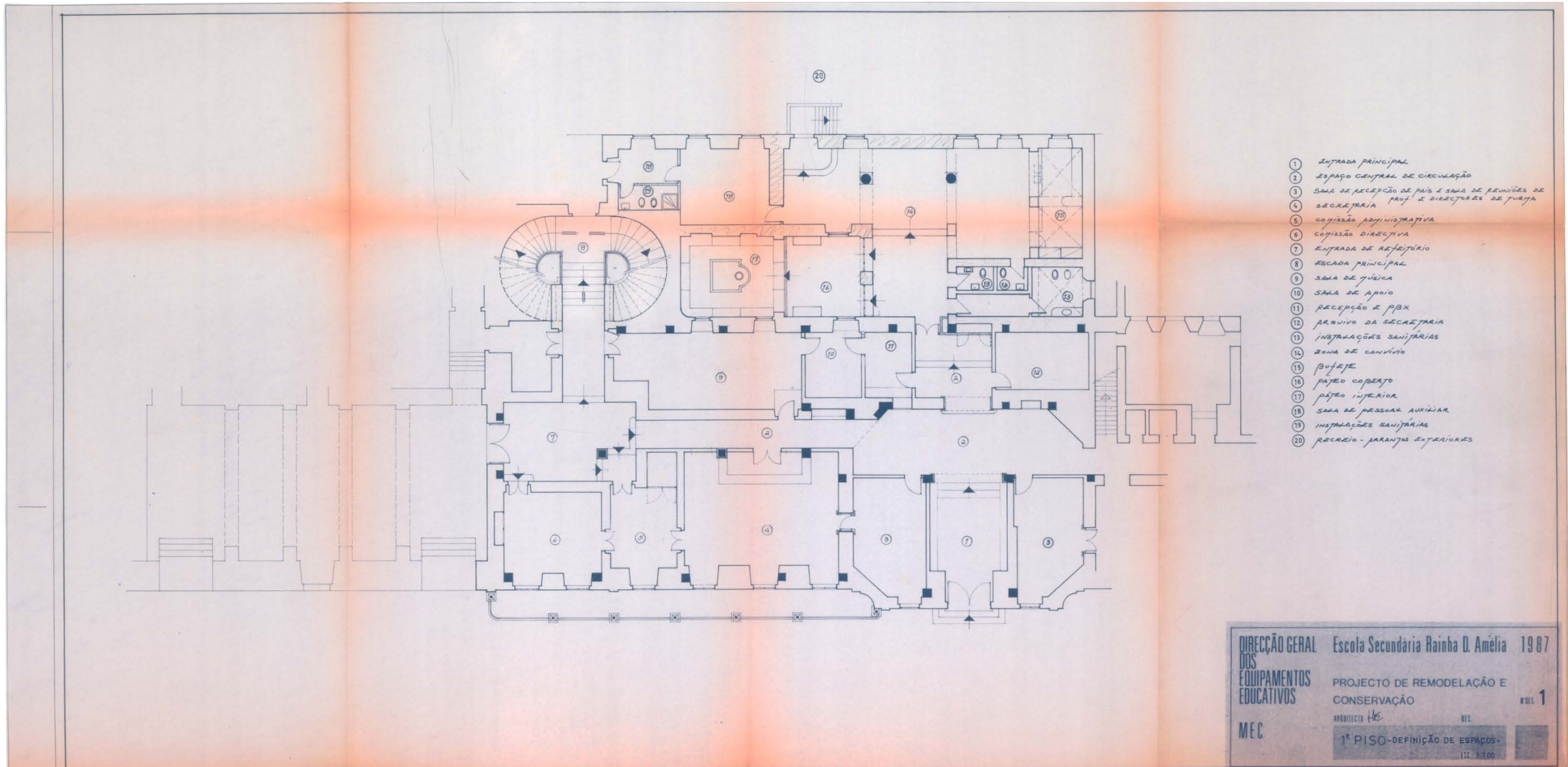
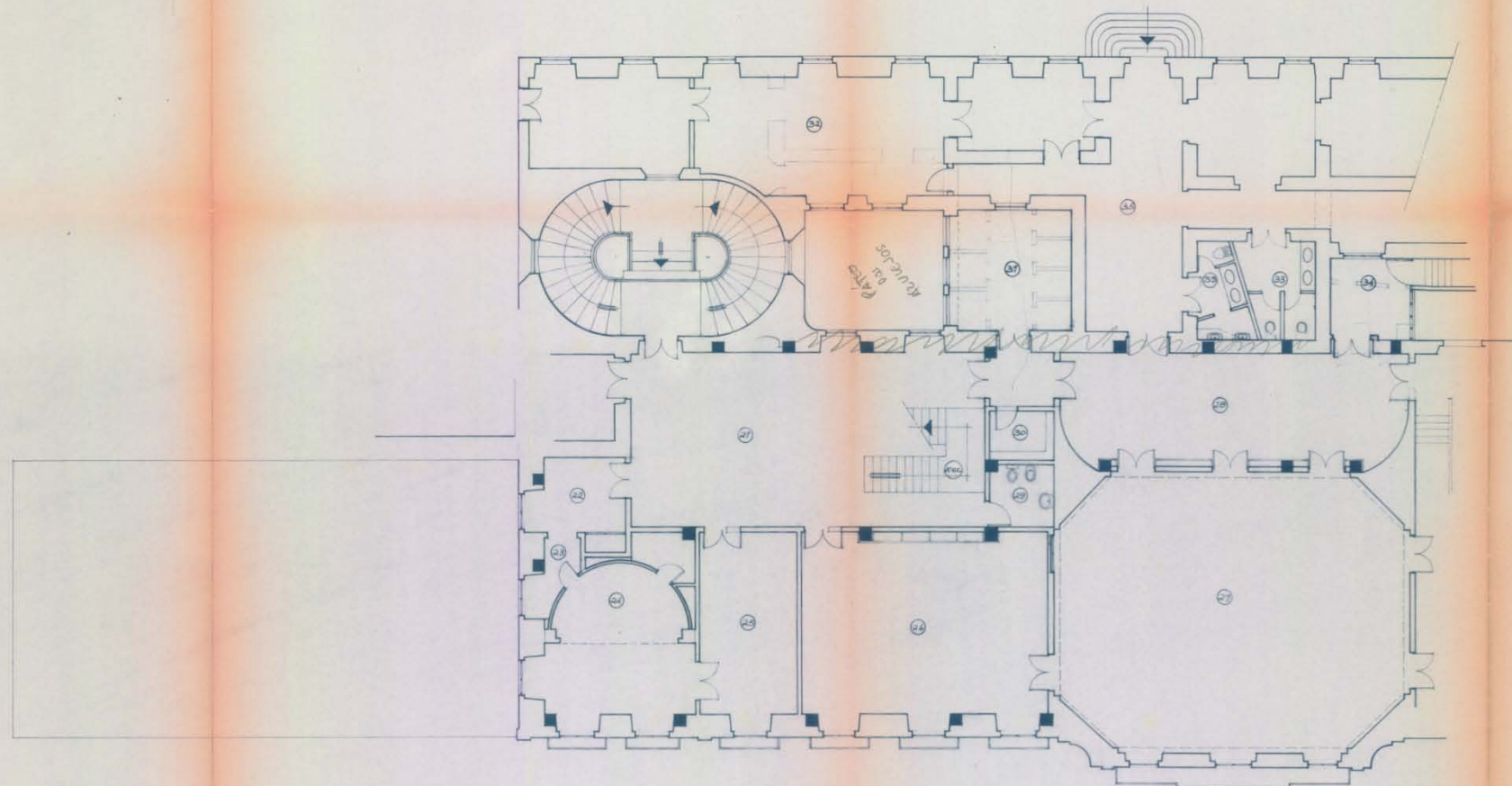


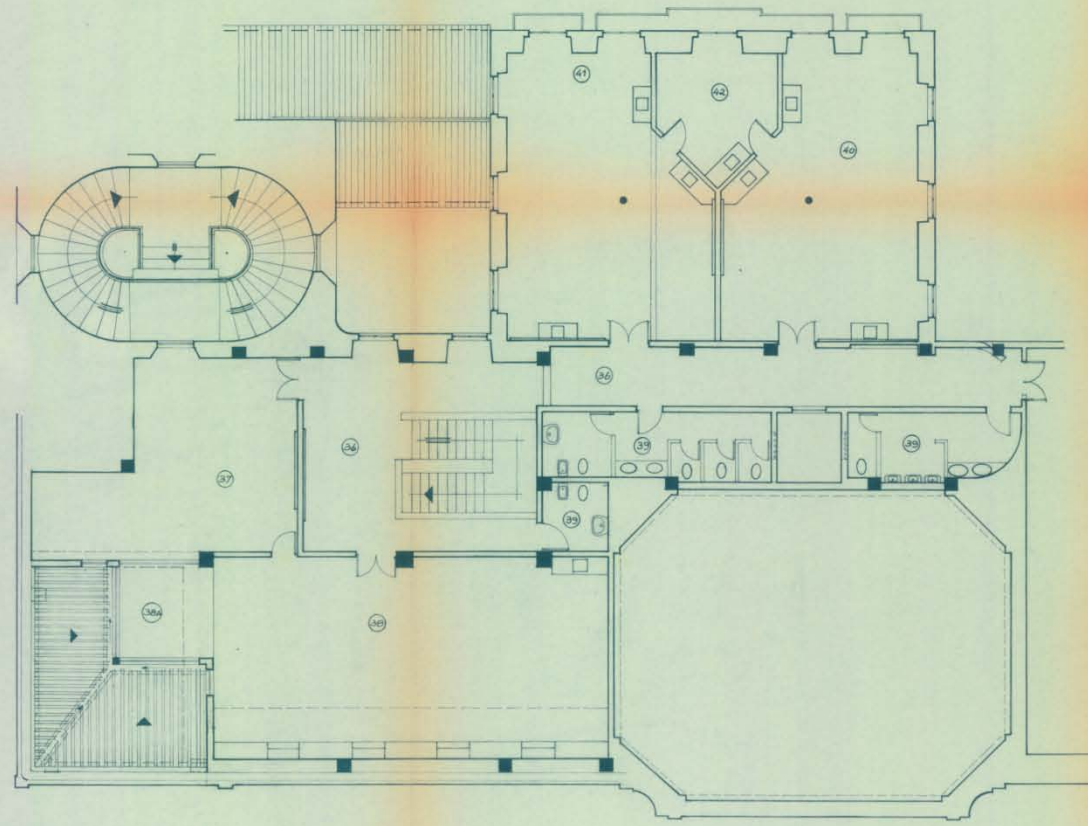
Fig. XII -1: Projecto de Remodelação e Conservação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira, pela Arquitecta Fernanda Castelo . Lisboa, 1986.



- 21 ESPAÇO DE ESTAR E CIRCULAÇÃO
- 22 PEQUENO GABINETE OU GABINETE MÉDICO
- 23 ACESSO
- 24 SALA DE PROFESSORES
- 25 SALA DE PROFESSORES
- 26 SALA GRANDE DE AULA - AN6 (QUADRO GIZEL)
- 27 BIBLIOTECA
- 28 ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO
- 29 INT. SANITÁRIAS DOS PROJ.
- 30 ARRECADADÃO
- 31 SALA DE TRABALHO
- 32 SALA DE AULA
- 33 ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO E ACESSO AO RECREIO

DIRECÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS M.E.C.	Escola Secundária Rainha D. Amélia	1987
	PROJECTO DE REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO	
	2º PISO-DEFINIÇÃO DE ESPAÇOS-	

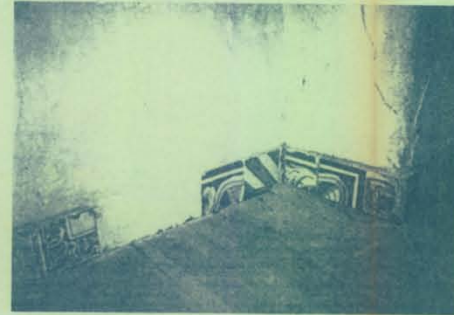
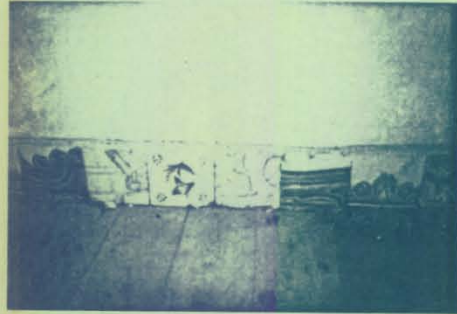
Fig. XII -2: Projecto de Remodelação e Conservação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira, pela Arquitecta Fernanda Castelo . Lisboa, 1986.



- 36 - ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO
- 37 - SALA DE TEXTEIS
- 38 - SALA GRANDE DE ÁGUA - AHS
- 39 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
- 40 - SALA DE CIÊNCIAS
- 41 - SALA DE CIÊNCIAS
- 42 - SALA DE PREPARAÇÃO DE CIÊNCIAS

DIRECÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS M.E.C.	Escola Secundária Rainha D. Amélia	1987
	PROJECTO DE REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO	FOL 3
	ARQUITECTA <i>fc2</i>	RES
3º PISO - DEFINIÇÃO DE ESPAÇOS		1:50

Fig. XII -3: Projecto de Remodelação e Conservação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira, pela Arquitecta Fernanda Castelo . Lisboa, 1986.



PEQUENO CONJUNTO DE AZULEJOS DE
"MOTIVOS SOLTOS" EXISTENTE NO RECREIO
EM RISCO DE DESAPARECEREM E SEM
DESTAQUE VALORATIVO

RODAPÉS FORMADOS COM AZULEJOS RETIRADOS DOS PAINÉIS ORIGINAIS SEC. XVIII.
GRANDE NÚMERO DESTES AZULEJOS ESTÃO COBERTOS COM CAMADAS DE TINTA
CASTANHA (A TINTA MADEIRA). REMODELAÇÕES FEITAS NO SEC. XIX, EM MANEIRA
TO DESRESPEITO PELA ARTE DO AZULEJO, SÓ SE PODE COMPREENDER ATENDENDO
A QUE COESES A SOBREPÔR-SE O GOSTO PELA PINTURA MURAL.

TRABALHO: 1º RETIRAR, EM TODO O EDIFÍCIO OS AZULEJOS DISPERSOS NOS RODAPÉS
2º LIMPEZA E REPOZIÇÃO DE ADERÊNCIAS
3º LAVAGEM DOS AZULEJOS UM A UM
4º ELIMINAÇÃO DE SAIS INSOLÚVEIS
5º RECOLOCAÇÃO DOS AZULEJOS NO PÁTIO INTERIOR EM PAINÉIS E CONJUNTO ORGANIZADO
SEGUNDO PROJECTO POR MENORIZADO (DES. Nº 57)



NO EDIFÍCIO HÁ AZULEJOS REPRESENTATIVOS DE TRÊS DAS QUATRO ÉPOCAS QUE CONSTITUEM A HISTÓRIA DO AZULEJO DO SEC. XVIII
(SEGUNDO SANTOS SIQUEIRA): - 1ª ÉPOCA - GRANDE PINTURA - AZUL E BRANCO - (1700-1725) NÃO HÁ NO PALÁCIO EXEMPLOS DESTA ÉPOCA
2ª ÉPOCA - GRANDE PRODUÇÃO - AZUL E BRANCO - (1700-1755)
3ª ÉPOCA - REGRESSO AO PADRÃO - AZUL, AMARELO TORNADO, COR DE VINHO E BRANCO (1755-1780)
4ª ÉPOCA - D. MARIA I - VERDE SECO CLARO, AMARELO, COR DE VINHO, AZUL E BRANCO (1780-1808)

NO CORPO LATERAL OCIDENTAL SUBSISTEM DUAS SALAS CONTÍGUAS ONDE FORAM ATÉ HOJE CONSERVADOS OS PAINÉIS
(TIPO D. JOÃO V E D. MARIA) EM QUASE PERFECTO ESTADO NO ENTANTO CONFORME SE PODE VER NA ULTIMA
FIGURA OS AZULEJOS DO PANO DE PRETO DA JANELA ESTÃO A SER ARRANCADOS... É POIS URGENTE A INTERVENÇÃO
NESTA ZONA DO PALÁCIO

DIRECÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS MEC

Escola Secundária Rainha D. Amélia 1987

PROJECTO DE REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO

ARQUITECTA *Fernanda Castelo* DES. *Fernanda Castelo*

Azulejos do Sec. XVIII Trabalho de recuperação

PÁG. 5

Fig. XII -4: Projecto de Remodelação e Conservação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira, pela Arquitecta Fernanda Castelo . Lisboa, 1986.



SA-1



SA-2

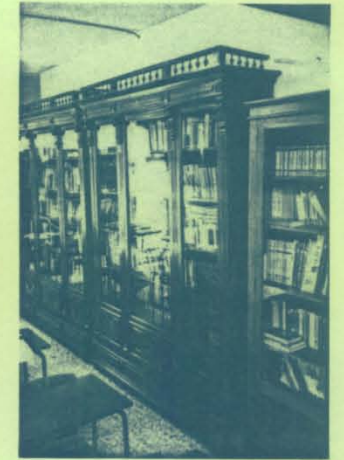


SA-3

SA-4



SA-5



AR-1

SECRETARIA - 1,30 x 0,80 h=0,80 - 1 UNIDADE

REPARAÇÕES: COLOCAÇÃO DE FECHADURAS E PIVOTADORES

REVESTIMENTO DO TAPETE O MATERIAL (TIPO KOTY) COM A ESCOLHER

LIMPESA E ENVERNIZAMENTO (VERNIZ A ESCOLHER)

SECRETARIA - 1,40 x 0,56 h=0,75 - 1 UNIDADE; 1,02 x 0,60 h=0,75 - 1 UNIDADE

REPARAÇÕES: COLOCAÇÃO DE FECHADURAS, CONserto DE PÉ

REVESTIMENTO DO TAPETE O MATERIAL (TIPO KOTY) COM A ESCOLHER

LIMPESA E ENVERNIZAMENTO (VERNIZ A ESCOLHER)

SECRETARIA - 1,76 x 0,76 h=0,82 - 2 (DUAS) UNIDADES

REPARAÇÃO: CONserto DE VÍ DOS PÉS E SUBSTITUIÇÃO DE

ALGUMAS FECHADURAS

REVESTIMENTO NOVO DO TAPETE, LIMPESA E ENVERNIZAMENTO

PELADE REVIZES - 300 x 1,27 h=0,80

QUANTIDADE - 2 (DUAS)

REPARAÇÕES: LIMPESA E ENVERNIZAMENTO

ARQUIVO DE BIBLIOTECA - 1,30 x 0,48 h=2,70

QUANTIDADE: 3 (TRÊS)

REPARAÇÕES: CONserto DE VÍ DOS QUARNECIMENTOS

CUBIÇULOS (BALANÇADA) E ENVERNIZAMENTO



AR-2



AR-3



CA-1



CA-2



CA-3

ARQUIVO - 1,00 x 0,30 h=1,25

QUANTIDADE - 1 (UMA)

REPARAÇÕES: LIMPESA E ENVERNIZAMENTO

ARQUIVO VITRINE - 1,43 x 1,14 h=1,42

QUANTIDADE - 2 (DUAS)

REPARAÇÕES: SUBSTITUIÇÃO DE ALGUMAS PARRAPENS,

COLOCAÇÃO DE PRATELEIRA DE VIDRO, PINTURA

C/ CORES A ESCOLHER

CADREIRA DUPLA - 1,70 x 0,40 h=0,80

QUANTIDADE - 9/12 (DOZE) UNIDADES IRÃO SER SUPERI-

ENCIADAS PEQUENAS TRANSFORMAÇÕES NA PARTE DA

ENFAP A PARAFUSADA POR FORÇA A ADAPTAR DENTAS

PIECAS A UTILIZAÇÕES DIVERsas: BANCO JUNTO A PAREDE,

BANCO DE JARDIM, ETC.

BANCO CORRIDO - 1,76 x 0,50 h=0,70

QUANTIDADE - 8 (OITO)

REPARAÇÕES: CONserto DE VÍ DO SUPR PÉ E

ENVERNIZAMENTO

CADREIRA O/ ASSENTO E ENCOSTO DE CAURO

QUANTIDADE - 12 (DOZE)

REPARAÇÕES: LIMPESA, CONserto POSSIVEL E

COLAGEM DA PELE DO ASSENTO E ENVERNIZAMENTO

DIRECÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS MEC

Escola Secundária Rainha D. Amélia 1987

PROJECTO DE REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO

ARQUITECTO

Mobiliário existente de qualidade - Trabalho de recuperação

RES 6

Fig. XII -5: Projecto de Remodelação e Conservação da Escola Secundária Rainha D. Amélia, Palácio Ribeira, pela Arquitecta Fernanda Castelo . Lisboa, 1986.



Fig. XIII-1: A Secretária Louis XIV: *Bureau Mazarin*
in *The Buzz on Antiques*: <http://buzzonantiques.blogspot.com>
Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-2: A Secretária Louis XV: *Bureau Plat*
in *VandM*: <http://vandm.com>
Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-3: A Consola Louis XIV
in *Kaboodle*: <http://www.kaboodle.com>
Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-4: A Consola Louis XV
in *Atelier Bence*: <http://www.restaurationdemeubles.com>
Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-5: A Cómoda Louis XIV
in *Authenticité*: <http://www.authenticite.fr>
Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-6: A Cómoda Louis XV
in *Atelier d'Art Jacques Vaitty*: <http://www.jacquesvaitty.com>
Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-7: A Cadeira de Braços Louis XIV: *Fauteuil* in Atelier Bence: <http://www.restaurationdemeubles.com> Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-8: A Cadeira de Braços Louis XV: *Fauteuil* in Design à Paris: <http://www.designaparis.com> Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-9: A *Bèrgere* Louis XV Design à Paris: <http://www.designaparis.com> Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-10: A *Voyeuse* Louis XV in La Gazette Drouot: <http://www.gazette-drouot.com> Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-11: O *Canapé* Louis XV in Marie Claire Maison: <http://www.marieclairemaison.com> Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIII-12: A *Duchesse ou Chaise-longue Brisée* Louis XV in DesignBoom: <http://www.designboom.com> Consultado em Julho de 2009.



Fig. XIV -1: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -2: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -3: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -4: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -5: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -6: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -7: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -8: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -9: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -10: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -11: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -12: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XIV -13: Palácio Ribeira, mobiliário existente 1987 (Escola Secundária Rainha D. Amélia). Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.

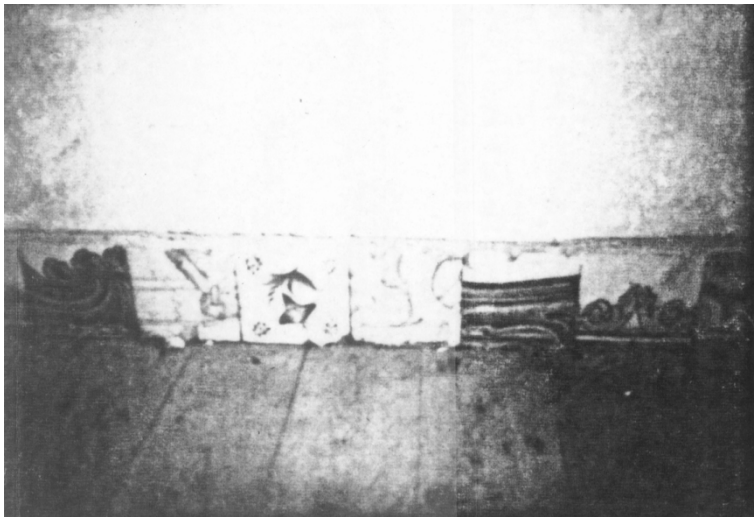


Fig. XV -1: Palácio Ribeira,
Pormenores a conservar:
rodapés em azulejo.

Fotografia cedida para fins
académicos pela Arqt.^a

Fernanda Castelo.

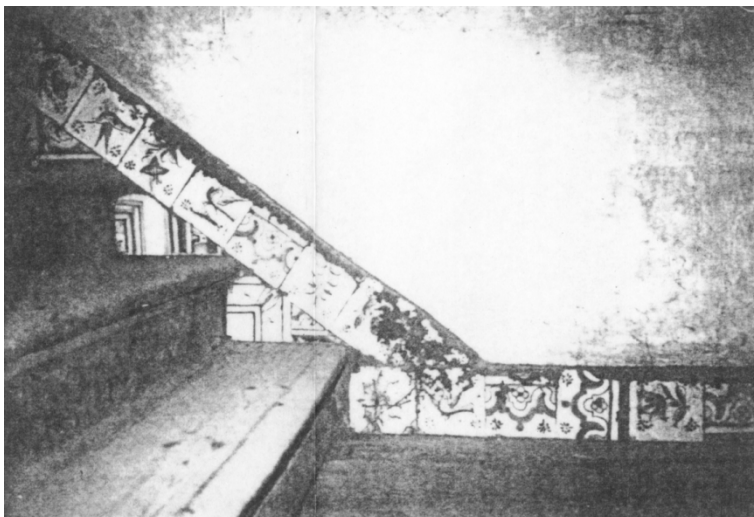


Fig. XV -2: Palácio Ribeira,
Pormenores a conservar:
rodapés em azulejo.

Fotografia cedida para fins
académicos pela Arqt.^a

Fernanda Castelo.



Fig. XV -3: Palácio Ribeira,
Pormenores a conservar:
azulejos dispersos.

Fotografia cedida para fins
académicos pela Arqt.^a

Fernanda Castelo.

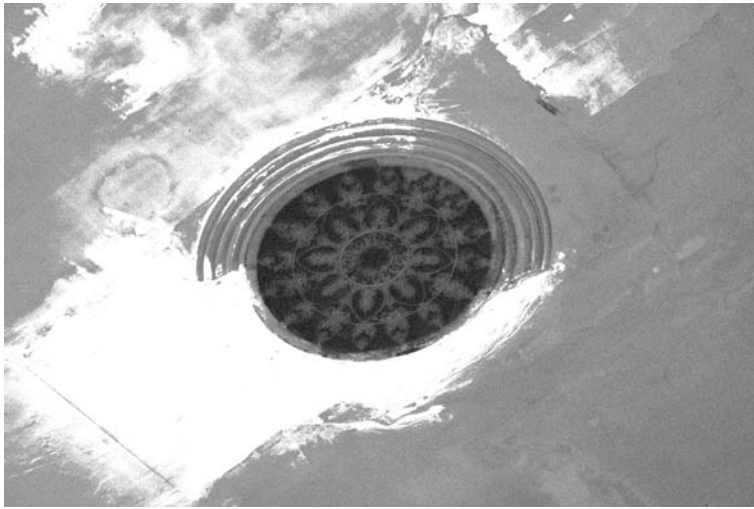


Fig. XV -4: Palácio Ribeira,
Pormenores a conservar:
ventilador de tecto do salão
nobre. Fotografia cedida para
fins académicos pela Arqt.^a
Fernanda Castelo.

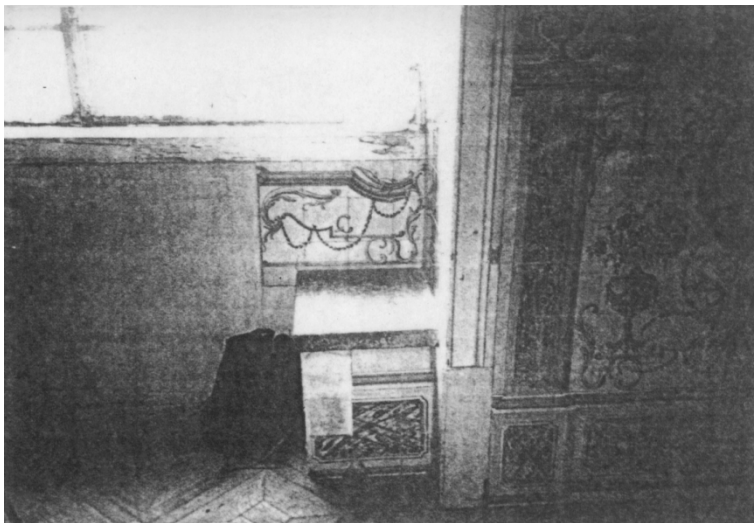


Fig. XV -5: Palácio Ribeira,
Pormenores a conservar:
lambrim de azulejo.
Fotografia cedida para fins
académicos pela Arqt.^a
Fernanda Castelo.



Fig. XV -6: Palácio Ribeira,
Pormenores a conservar: fogão
de sala integrado em lambrim.
Fotografia cedida para fins
académicos pela Arqt.^a
Fernanda Castelo.

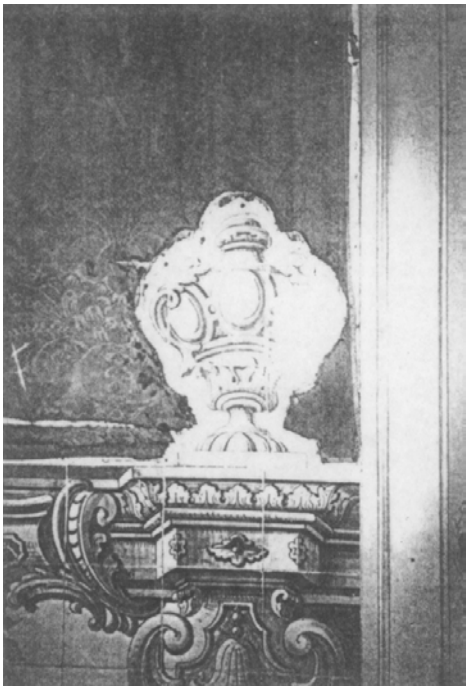


Fig. XV -7: Palácio Ribeira, Pormenores a conservar: lambrim de azulejos.
Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.

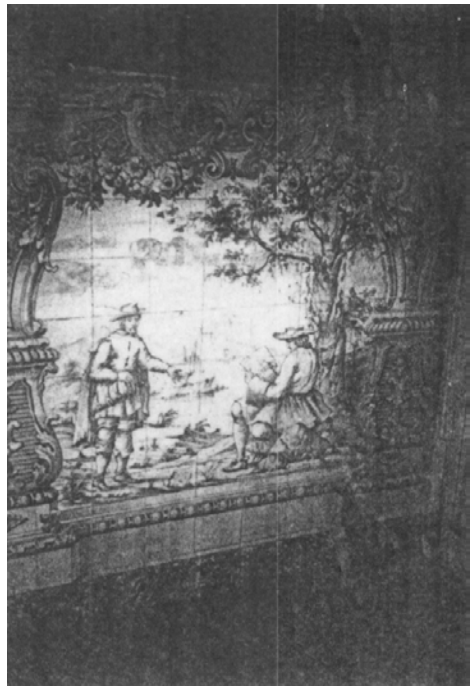


Fig. XV -8: Palácio Ribeira, Pormenores a conservar: lambrim de azulejos.
Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.

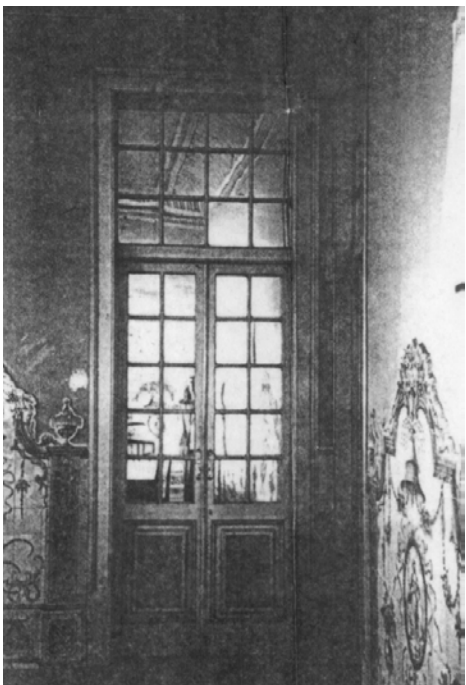


Fig. XV -9: Palácio Ribeira, Pormenores a conservar: porta envidraçada.
Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XV -10: Palácio Ribeira, Pormenores a conservar: guardas da escadaria principal.
Fotografia cedida para fins académicos pela Arqt.^a Fernanda Castelo.



Fig. XVI-1: Estudo de cor para o Palácio Ribeira.



Fig. XVI-2: Fotomontagem de proposta de cor para o Palácio Ribeira.



Fig. XVII -1: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2010. Situação actual: Suite Mobilidade Condicionada, 1º piso (nobre). Fotografia de Maria Torres Campos.



Fig. XVII -2: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2010. Situação actual: Suite Mobilidade Condicionada, 1º piso (nobre). Fotografia de Maria Torres Campos.



Fig. XVII -2: Palácio Ribeira, fotografias obtidas na visita ao imóvel em Março de 2010. Situação actual: Suite Mobilidade Condicionada, 1º piso (nobre). Fotografia de Maria Torres Campos.



Fig. XVIII -1: Maquete Tridimensional da Suite de Mobilidade Condicionada (Palácio Ribeira): Sala de Estar.



Fig. XVIII -2: Maquete Tridimensional da Suite de Mobilidade Condicionada (Palácio Ribeira): Quarto Preparado para Hóspedes de Mobilidade Condicionada



Fig. XVIII -3: Maquete Tridimensional da Suite de Mobilidade Condicionada (Palácio Ribeira): Instalação Sanitária do Quarto Convencional

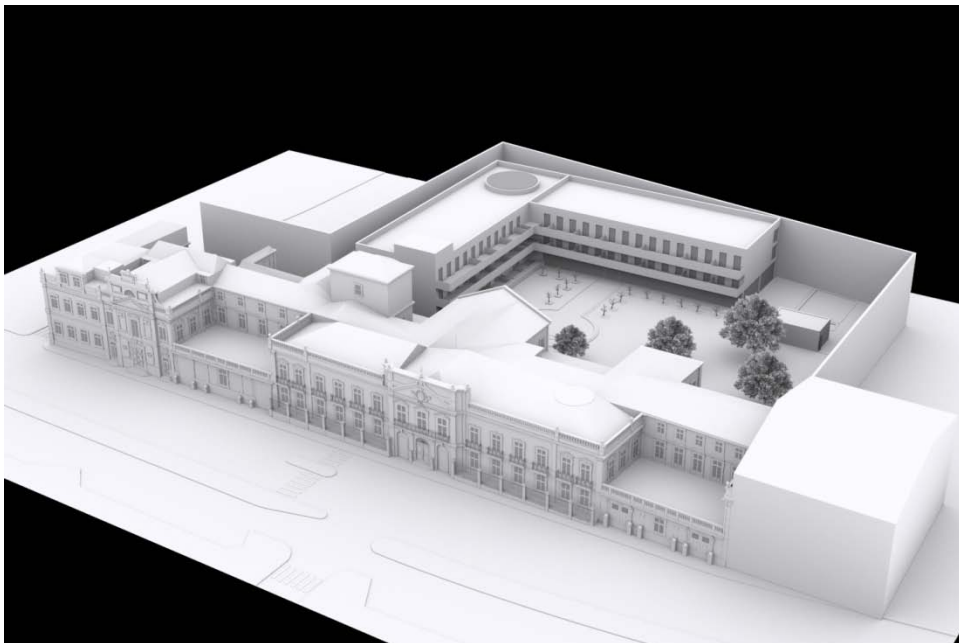


Fig. XIX -1: Maquete Tridimensional do Complexo Hoteleiro: Relação Palácio Ribeira – Edifício Contemporâneo



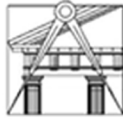
Fig. XIX -2: Maquete Tridimensional do Complexo Hoteleiro: Relação Palácio Ribeira – Edifício Contemporâneo. Jardim.



Fig. XX: Maquete Tridimensional do Edifício Contemporâneo: Circulação Vertical Entre os 3 Pisos de Hospedagem. Estudo de Volumetria e Iluminação Natural.



Fig. XXI: Maquete Tridimensional do Edifício Contemporâneo: Quarto Convencional.



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA



RE - HABITAR O PALÁCIO RIBEIRA

Estudo do Habitar Setecentista Aplicado a Novos Usos:
Arquitectura Doméstica Temporária

VOLUME I

Joana Morais Gomes Cêra

Projecto para a obtenção de Grau de Mestre em

Arquitectura de Interiores

Orientador Científico: Professor Doutor Arqt.º José Afonso

Co-Orientador Científico: Professora Doutora Marieta de Morais Dá Mesquita

ANEXO II

Mapas

Lisboa, FAUTL, Dezembro 2010

Anexo II - 01: Tabelas de Referência para Iluminação em Hotelaria

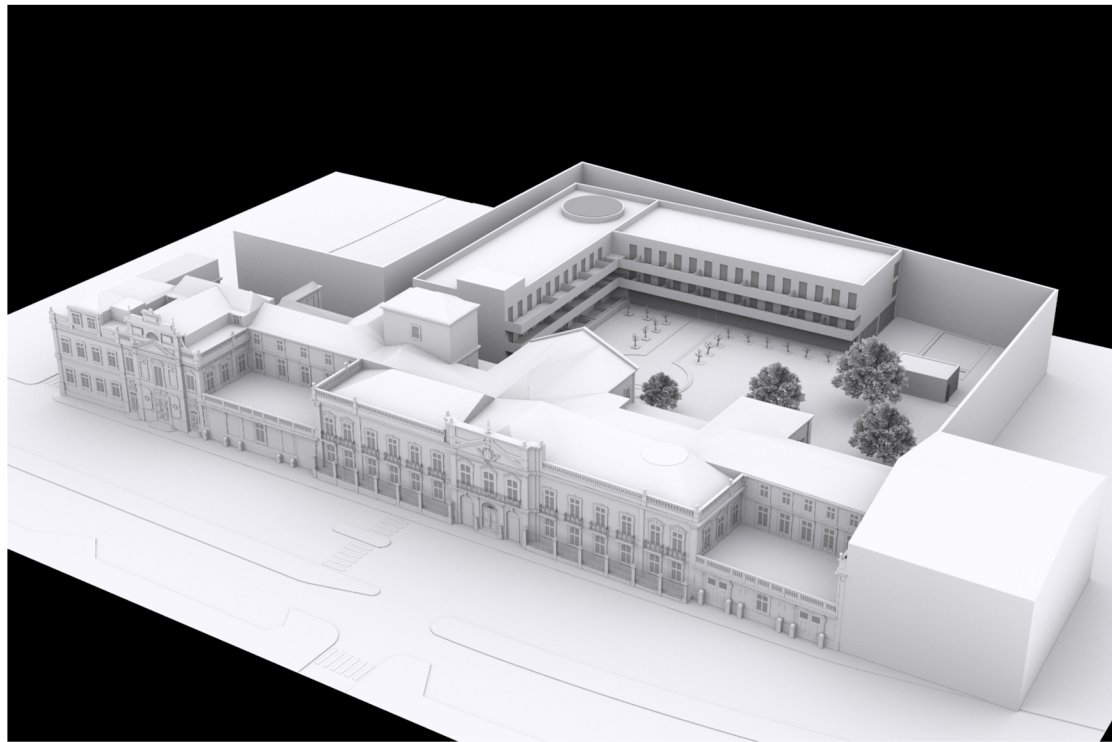
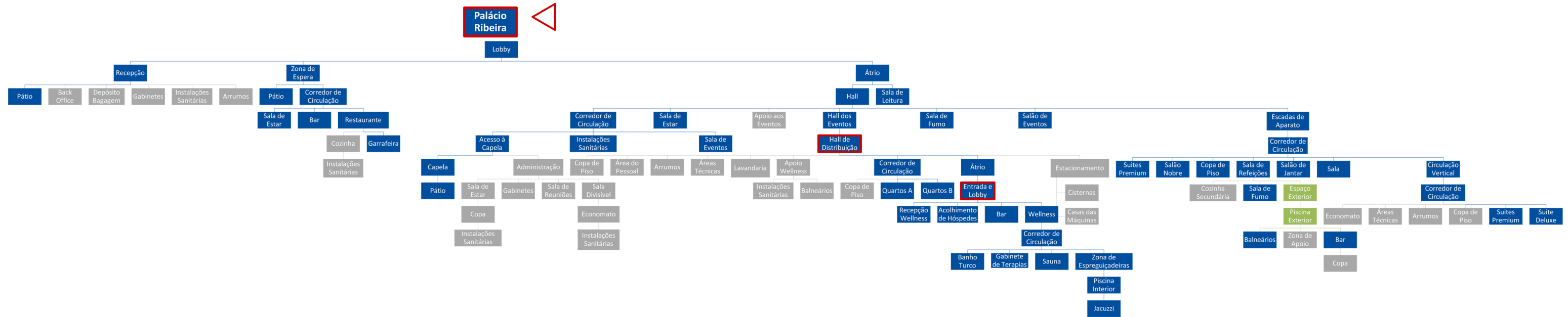
Espaço	lux
Instalações Sanitárias	150
Espelhos (iluminação suplementar)	500 – 250
Vestíbulos, Escadas, etc.	150
Cozinhas	500 – 250
Quartos	
Geral	150
Iluminação de cabeceira	500 – 250
Secretária	500 – 250
Toucador	500 - 250
Outras Salas	
Sala de Conferencias	150
Zona do Conferente	500 – 250
Exposições e demonstrações	500 – 250
Salão	150
Restaurante	150
Bar	150
Lavandarias	
Lavagem	150
Engomagem	500 – 250
Lojas	
Geral	1000 – 500
Iluminação suplementar (spot lighting)	5000 – 2500

Tabela Internacional de Iluminância – Iluminação Interior Edição: Philips, 1972

altura	nível nominal iluminação	Local
Até 3m	Até 200 lux	Restaurantes Foyers
	Até 500 lux	Escritórios padrão Bibliotecas Lojas Hall de entrada, lobby
	Até 750 lux	Cozinhas de hotéis
	Até 200 lux	Foyers Restaurantes
De 3m a 5m	Até 500 lux	Lojas Hall de entrada, lobby Restaurantes
	Até 750 lux	Bibliotecas, salas de leitura

Tabela de Iluminação Artificial in Arte de Projectar em Arquitectura de Peter Neufert e Planungs AG – Neufert Mittmann Graf, 2004

Anexo II – 02. Organograma Funcional do Projecto



Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m ²)
-1			
	(cota 3.00m)		
Edifício Novo	N 01	Estacionamento	1000
	N 02	Casa das Máquinas A	6,7
	N 03	Casa das Máquinas B	7
	N 04	Casa das Máquinas C	8,6
	N 05	Casa das Máquinas D	8,9
	N 06	Casa das Máquinas E	7
	N 07	Economato (Eventos)	17
	N 08	Circulação Limpos (Rest.)	8,85
	N 09	Circulação Sujos (Rest.)	20,2
	N 10	Cisternas	197
	N 10.1	Cisterna 1: Consumo	31,3
	N 10.2	Cisterna 2: Depósito Incendio	32,6
	N 10.3	Cisterna 3: Recolha Wellness	33,3
	N 10.4	Cisterna 4: Recolha Pluvial	32
		Áreas Circulação Horizontal	82,4
		Áreas Circulação Vertical (3)	376,1
		Caixas Elevadores (5)	22,4

Área Bruta de Construção: 2075 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
0			
	(cota 6.50m)		
Edifício Novo	N 11	<u>Hall Distribuição</u>	<u>62</u>
	N 12	<u>Copa de Piso</u>	<u>7</u>
	N 13	<u>Área Pessoal</u>	<u>154</u>
	N 13.1	<u>Sala</u>	<u>19,5</u>
	N 13.2	<u>Zona Refeições</u>	<u>18,9</u>
	N 13.3	<u>Copa</u>	<u>13,3</u>
	N 13.4	<u>Zona de Arrumos Masculino</u>	<u>7,45</u>
	N 13.5	<u>Quarto Masculino</u>	<u>10</u>
	N 13.6	<u>Vestiários Masculinos</u>	<u>21,5</u>
	N 13.7	<u>Zona de Arrumos Feminino</u>	<u>11,3</u>
	N 13.8	<u>Quarto Feminino</u>	<u>10</u>
	N 13.9	<u>Vestiários Femininos</u>	<u>21,5</u>
	N 14	<u>Arrumos Loiças</u>	<u>15</u>
	N 15	<u>Arrumos Atoalhados</u>	<u>15</u>
	N 16	<u>A. Técnica (Quadros Electricos)</u>	<u>29,2</u>
	N 17	<u>A. Técnica (AVAC)</u>	<u>52,7</u>
	N 18	<u>A. Técnica (Geradores Emergência)</u>	<u>79,7</u>
	N 19	<u>A. Técnica (Energ. e Segur. - CCTV)</u>	<u>47</u>
	N 20	<u>Lavandaria</u>	<u>217,5</u>
	N 20.1	<u>Costura</u>	<u>1,7</u>
	N 20.2	<u>A. Técnica AVAC 1</u>	<u>7,4</u>
	N 20.3	<u>A. Técnica AVAC 2</u>	<u>7,4</u>
	N 20.4	<u>Dobragem</u>	<u>5,9</u>
	N 20.5	<u>Depósito</u>	<u>4,7</u>
	N 20.6	<u>Triagem</u>	<u>8,5</u>
	N 20.7	<u>Depósito Roupas Hóspedes</u>	<u>34,9</u>
	N 20.8	<u>Engomadoria (Calandra)</u>	<u>30</u>
	N 20.9	<u>Lavagem (Lav. Extractoras)</u>	<u>20,7</u>
	N 20.10	<u>Lavagem Delicados</u>	<u>14,9</u>
	N 20.11	<u>Máquinas Secar</u>	<u>21</u>
	N 20.12	<u>A. Técnica</u>	<u>5,9</u>
	N 21	<u>Copa de Piso</u>	<u>7</u>

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
0			
	(cota 6.50m)		
Edifício Novo	N 22	<u>Apoio Wellness</u>	<u>200</u>
	N 22.1	Gabinete Médico	4,85
	N 22.2	Gabinete Estética	8,15
	N 22.3	Balneários	37,5
	N 22.4	A. Técnica	7
	N 22.5	A. Técnica Piscina Interior	105
		<u>Áreas Circulação Horizontal</u>	<u>200</u>
		<u>Áreas Circulação Vertical (3)</u>	<u>376,1</u>
		<u>Caixas Elevadores (2)</u>	<u>9,64</u>

Área Bruta de Construção: 1283 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
1			
	(cota 10.35m)		
Edifício Novo	N 23	Wellness	200
	N 23.1	Gabinete Terapias	10
	N 23.2	Sauna	15,7
	N 23.3	Banho Turco	15,7
	N 23.4	Jacuzzi	6
	N 23.5	Piscina Interior	34,5
	N 23.6	Zona Espreguiçadeiras	30
	N 24	Hall	7
	N 25	Entrada - Lobby	155
	N 26	Recepção Wellness	20,5
	N 27	Acolhimento Hóspedes	20,5
	N 28	Bar	20,5
	N 29	Átrio	200
	N 30	Quarto A	64,2
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	10,5
	N 31	Quarto B	63,6
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	9,75
	N 32	Quarto MC (Mob. Condicionada)	63,6
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,5
		Quarto	32,2
		Varanda	9,75
	N 33	Copa de Piso	7
		Áreas Circulação Horizontal	146,8
		Áreas Circulação Vertical (3)	376,1
		Caixas Elevadores (2)	9,64

Área Bruta de Construção: 1310 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
2			
	(cota 13.90m)		
Edifício Novo	N 34	Átrio	186
	N 35	Quarto C	59
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	5,35
	N 36	Quarto D	66
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	12,4
	N 37	Quarto E	72
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	17,9
	N 38	Copa de Piso	7
	N 39	Quarto F	78,4
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	24,4
	N 40	Copa de Piso	7
		Áreas Circulação Horizontal	182,8
		Áreas Circulação Vertical (2)	64,4
		Caixas Elevadores (2)	9,64

Área Bruta de Construção: 1377 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
3			
	(cota 16.90m)		
Edifício Novo	N 41	Átrio	186
	N 42	Quarto C	59
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	5,35
	N 43	Quarto D	66
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	12,4
	N 44	Quarto E	72
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	17,9
	N 45	Copa de Piso	7
	N 46	Quarto F	78,4
		Corredor/Closet	6,8
		Instalações Sanitárias	11,2
		Quarto	32,2
		Varanda	24,4
	N 47	Copa de Piso	7
		Áreas Circulação Horizontal	182,8
		Áreas Circulação Vertical (2)	64,4
		Caixas Elevadores (2)	9,64

Área Bruta de Construção: 1377 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
Cobertura			
(cota 19.90m)			
Edifício Novo	N 48	Zona Técnica Painéis Solares	540
	N 49	Cobertura Átrio	∅ 9,35
	N 50	Cobertura Acessível	590
		Área Circulação Vertical	32,2

Área Bruta de Construção: 1212 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
0			
	(cota 6.50m)		
Palácio	P 01	<u>Lobby</u>	<u>118</u>
	P 02	<u>Recepção</u>	<u>145</u>
	P 02.1	<u>Atendimento</u>	<u>45</u>
	P 02.2	<u>Back Office</u>	<u>22</u>
	P 02.3	<u>Depósito Bagagem</u>	<u>6,4</u>
	P 02.4	<u>Gabinete</u>	<u>15</u>
	P 02.5	<u>Arrumos</u>	<u>10,4</u>
	P 02.6	<u>Instalações Sanitárias</u>	<u>11,1</u>
	P 03	<u>Pátio</u>	<u>42</u>
	P 04	<u>Zona de Espera</u>	<u>26,3</u>
	P 05	<u>Corredor Circulação</u>	<u>70</u>
	P 06	<u>Instalações Sanitárias</u>	<u>45,2</u>
	P 07	<u>Sala de Estar</u>	<u>39</u>
	P 08	<u>Bar</u>	<u>48</u>
	P 09	<u>Restaurante</u>	<u>250</u>
	P 09.1	<u>Sala</u>	<u>200</u>
	P 09.2	<u>Garrafeira</u>	<u>11</u>
	P 09.3	<u>Circulação</u>	<u>39</u>
	P 10	<u>Cozinha</u>	<u>145</u>
	P 10.1	<u>Zona Confecção</u>	<u>16,5</u>
	P 10.2	<u>Zona Preparação</u>	<u>10,2</u>
	P 10.3	<u>Copa Limpa</u>	<u>6,3</u>
	P 10.4	<u>Despensa do Dia</u>	<u>15</u>
	P 10.5	<u>Câmaras de Frio</u>	<u>6,8</u>
	P 10.6	<u>Depósito Bebidas</u>	<u>3,1</u>
	P 10.7	<u>Copa Suja</u>	<u>9,85</u>
	P 10.8	<u>Armário Material Limpeza</u>	<u>2,9</u>
	P 10.9	<u>Depósito Vasilhame</u>	<u>3,2</u>
	P 10.10	<u>Depósito Lixos</u>	<u>4,9</u>
	P 10.11	<u>Circulação</u>	<u>33,7</u>
	P 10.12	<u>Instalações Sanitárias</u>	<u>14,1</u>
	P 11	<u>Pátio</u>	<u>33,1</u>
	P 12	<u>Átrio</u>	<u>85,4</u>
	P 13	<u>Escadas de Aparato</u>	<u>44</u>

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m ²)
0			
	(cota 6.50m)		
Palácio	P 14	Hall	37
	P 15	Sala de Leitura	50
	P 16	Sala de Estar	15,5
	P 17	Sala de Fumo	23
	P 18	Salão de Eventos	146
	P 19	Corredor Circulação	105
	P 20	Hall Eventos	64
	P 21	Apoio Eventos	17,6
	P 22	Sala Eventos	62
	P 23	Instalações Sanitárias	26
	P 24	Acesso Capela	12,6
	P 25	Capela de Nossa Sra. do Carmo	125
	P 26	Pátio	145
	P 27	Administração	160
	P 27.1	Gabinete	11,5
	P 27.2	Gabinete	11,3
	P 27.3	Gabinete	11,4
	P 27.4	Gabinete	9,6
	P 27.5	Gabinete	19,8
	P 27.6	Sala de Estar	18
	P 27.7	Copa	10,7
	P 27.8	Instalações Sanitárias	14,5
		Áreas Circulação Vertical (3)	38,2
		Caixas Elevadores (4)	14,45

Área Bruta de Construção: 2830 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
1			
	(cota 10.35m)		
Palácio	P 28	<u>Salão Nobre</u>	<u>125</u>
	P 29	<u>Suite Premium</u>	<u>160</u>
		Hall	17,9
		Antecâmara/Closet	18
		Quarto	26,7
		Instalações Sanitárias	18,3
		Sala (Estar/Jantar)	76,3
	P 30	<u>Suite Premium MC (Mob. Condicionada)</u>	<u>131</u>
		Sala (Estar/Jantar)	38,5
		Instalações Sanitárias	12,5
		Quarto	24,2
		Instalações Sanitárias MC	8,5
		Quarto MC	30,4
		Terraço	150
		Terraço	155
	P 31	<u>Suite Premium</u>	<u>142</u>
		Sala (Estar/Jantar)	84,9
		Closet	10
		Quarto	25
		Instalações Sanitárias	13,7
		Terraço	165
	P 32	<u>Sala</u>	<u>72</u>
	P 33	<u>Terraço</u>	<u>67</u>
	P 34	<u>Salão Jantar</u>	<u>63</u>
	P 35	<u>Sala Refeições</u>	<u>54</u>
	P 36	<u>Sala Refeições</u>	<u>100</u>
	P 37	<u>Sala de Fumo</u>	<u>17,5</u>

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
1			
	(cota 10.35m)		
Palácio	P 38	Cozinha Secundária	85,7
	P 38.1	Preparação e Confeção	12
	P 38.2	Copa Limpa	6,2
	P 38.3	Despensa do Dia	4,5
	P 38.4	Câmaras de Frio	3,5
	P 38.5	Armário Material Limpeza	3,1
	P 38.6	Depósito Lixos	3,9
	P 38.7	Depósito Vasilhame	3,6
	P 38.8	Copa Suja	7
	P 38.9	Balcão Apoio	3,55
	P 38.10	Circulação	15,7
	P 39	Copa de Piso	46,7
	P 39.1	Apoio Alim. Quartos	6,85
	P 39.2	Arrumos	35,6
	P 40	Capela	150
	P 41	Administração	178,9
	P 41.1	Gabinete	25
	P 41.2	Gabinete	23
	P 41.3	Hall Distribuição	12,75
	P 41.4	Sala Reuniões	35
	P 41.5	Sala Divisível	19,9
	P 41.6	Economato	10
	P 41.7	Instalações Sanitárias	24,9
	P 42	Escadas de Aparato	44
	P 43	Corredor Circulação	236,5
		Áreas Circulação Vertical (3)	64
		Caixas Elevadores (4)	14,45

Área Bruta de Construção: 2760 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
2			
	(cota 13.90m)		
Palácio	P 44	Suite Deluxe	100
		Sala (Estar/Jantar)	32
		Closet	10
		Quarto	31,2
		Instalações Sanitárias	20,6
	P 45	Suite Premium MC (Mob. Condicionada)	131
		Sala (Estar/Jantar)	38,5
		Instalações Sanitárias	12,5
		Quarto	24,2
		Instalações Sanitárias MC	8,5
		Quarto MC	30,4
	P 46	Suite Premium	125,3
		Sala (Estar/Jantar)	51,5
		Antecâmara	7,5
		Closet	5,6
		Quarto	28
		Instalações Sanitárias	13,3
	P 47	Suite Premium	140
		Sala (Estar/Jantar)	64,7
		Quarto	35,5
		Closet	10,8
		Instalações Sanitárias	25,6
	P 48	Copa de Piso	46,7
	P 48.1	Apoio Alim. Quartos	6,85
	P 48.2	Arrumos	35,6
	P 49	Corredor Circulação	197
	P 50	Economato	8,5
	P 51	Acesso Manutenção (A. Técnica Piso 3)	14
	P 52	Arrumos	7,45
		Áreas Circulação Vertical (3)	50
		Caixas Elevadores (2)	7,25

Área Bruta de Construção: 1120 m²

Anexo II - 03: Mapa de Quantificação de Áreas Finais do Projecto

PISO	DESIGNAÇÃO	ESPAÇO A CONSIDERAR	ÁREA (m²)
3			
	(cota 16.90m)		
Palácio	P 53	A. Técnica (UTA's)	50
	P 54	Circulação	39,5
	P 55	Sala da Capela	65
	P 56	A. Técnica	50
	P 57	Torre Escadas Aparato	40
		Áreas Circulação Vertical (2)	20,7
		Caixas Elevadores (1)	4,52

Área Bruta de Construção: 375,5 m²

Área Terreno: 7343 m²

Área Implantação: 4768 m²

Arranjos Exteriores: 1832 m²

Piscina e Equipamentos: 464 m²